

SABERES JURÍDICOS

EM DIREITO DIGITAL



RAFAEL FREIRE FERREIRA (ORG.)

ICARO EMANOEL VIEIRA BARROS DE FREITAS (ORG.)

ADIVE CARDOSO FERREIRA JÚNIOR | BRUNO RAMOS DE ANDRADE

GUILHARDES DE JESUS JÚNIOR | ISAC BARRA SANTOS

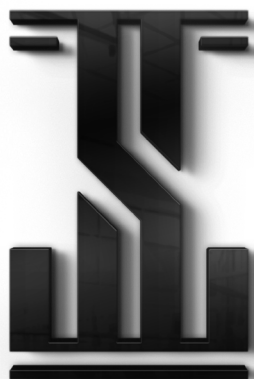
LUCAS EVANGELISTA DE MENEZES | LUCAS HAVINER COSTA SILVA

MORIS MARQUES DA SILVA | NOEL SOARES GABRIEL

PEDRO HENRIQUE BATISTA FRANÇA | RHUAN VICTOR MATOS DE SOUZA

TAMIRES SOUSA OLIVEIRA | VIVIANE SILVA DAS CHAGAS

RAFAEL MAYNART CALÓ DA SILVA PEREIRA SOUZA



Copyright © 2024 **Os organizadores**

Todos os direitos e responsabilidades, reservados e protegidos pela Lei 9.610.
É proibida a reprodução total ou parcial sem a autorização do proprietário da obra.

AUTORES NESTA OBRA:

Adivé Cardoso Ferreira Júnior - Bruno Ramos de Andrade - Guilhardes de Jesus Júnior - Ícaro Emanuel Vieira Barros de Freitas - Isac Barra Santos - Lucas Evangelista de Menezes - Lucas Haviner Costa Silva - Moris Marques da Silva - Noel Soares Gabriel - Pedro Henrique Batista França - Rafael Freire Ferreira - Rafael Maynart Caló da Silva Pereira Souza - Rhuan Victor Matos de Souza - Tamires Sousa Oliveira - Viviane Silva das Chagas

Editor literário: Linaldo B. Nascimento

Coedição: **NUPOD Publicações**

Capa, projeto gráfico e diagramação: Papel da Palavra

Linha editorial: papeldodireito

Produzido e registrado por © 2024 Agência Editorial **Papel da Palavra**

Prefixo na Agência Brasileira desde 2015 | papeldapalavra.com

CNPJ 23.325.026/0001-05



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sa134

Saberes Jurídicos em Direito Digital / Ícaro Emanuel Vieira Barros de Freitas; Rafael Freire Ferreira. (Organizadores) – 1. ed. – Campina Grande, PB : Papel da Palavra, 2024. – (Coleção Saberes Jurídicos; 3).

168p. : p&b ; 23cm - Vários autores.

ISBN 978-65-85626-67-5 (Físico)

ISBN 978-65-85626-68-2 (Digital)

DOI: <https://doi.org/10.29327/5404329>

1. Direito. 2. Direito digital. 3. Justiça. I. Título.

1. ed. CDD 340 | CDU 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito 340

2. Direito em geral 340

doi doi.org/10.29327/5404329



SABERES JURÍDICOS

EM DIREITO DIGITAL

RAFAEL FREIRE FERREIRA (ORG.)

ÍCARO EMANOEL VIEIRA BARROS DE FREITAS (ORG.)

ADIVE CARDOSO FERREIRA JÚNIOR | BRUNO RAMOS DE ANDRADE

GUILHARDES DE JESUS JÚNIOR | ISAC BARRA SANTOS

LUCAS EVANGELISTA DE MENEZES | LUCAS HAVINER COSTA SILVA

MORIS MARQUES DA SILVA | NOEL SOARES GABRIEL

PEDRO HENRIQUE BATISTA FRANÇA | RHIUAN VICTOR MATOS DE SOUZA

RAFAEL MAYNART CALÓ DA SILVA PEREIRA SOUZA

TAMIRES SOUSA OLIVEIRA | VIVIANE SILVA DAS CHAGAS



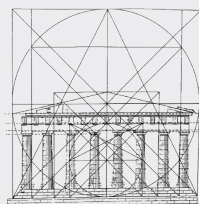
NUPOQ
PUBLICAÇÕES

CAMPINA GRANDE
1ª Edição | 2024



Ciência, Sistema, Teoria e Filosofia do Direito
Wissenschaft, System, Theorie und Philosophie des Rechts

DGP / CNPq / UFPB / PRPGP-UEPB
Co-edição na © *Papel da Palavra*



CONSELHO EDITORIAL CONSELHO CIENTÍFICO

Luciano Nascimento Silva (UEPB/UFPB)	Afrânio Silva jardim (UERJ)
Artur Stamford da Silva (FDR/UFPE)	Anne Augusta Alencar Leite (UFPB)
Antônio Roberto Faustino da Costa (UEPB)	Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)
Celso Fernandes Campilongo (USP/PUC-SP)	Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)
Diego Duquelsky (UBA)	Eduardo Ramalho Rabenhosrt (UFPB)
Enrique Zuleta Álvarez (ANHRA/Argentina)	Fernando José Ludwig (UFT)
Gelanda Shkurtaj (Albania/Itália)	Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)
Javier Espinoza de los Monteros (ANAHUAC/México)	Germano Ramalho (UEPB)
Fabio Saponaro (Unitelma Sapienza/Itália)	Glauber Salomão Leite (UEPB)
Giovanni Girelli (Università degli Studi Roma Tre)	Gonçalo N. C. S. de Melo Bandeira (IPCA/PT)
Jorge E. Douglas Price (UNCOMAHUE/Argentina)	Giovanna Truda (UNISA/IT)
Raffaele De Giorgi (UNISALENTO/Itália)	Guilherme de Azevedo (IHU/UNISINOS)
Vincenzo Carbone (UNINT/Itália)	Heloisa Estellita (FGV/SP)
	Hilda Esperanza Zornosa Prieto (Externado/Colombia)
	Jonas Eduardo Gonzales Lemos (IFRN)
	Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)
	Luigi Di Viggiano (UNISALENTO/IT)
	Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)
	Maria Pina Fersini (FDUMA/ES)
	Maria Grazia Russo (UNINT/IT)
	Newton de Oliveira Lima (UFPB)
	Pierre Souto Maior C. Amorim (ASCES)
	Rodrigo Costa Ferreira (UEPB/UFRN)
	Rosmar A. R. C. de Alencar (UFAL)
	Roberto Dutra Torres Júnior (LGPP/UENF)
	Rômulo Rhemo Palitot (UFPB/UNIFE)
	Tiago Medeiros Leite (UNIFIP)
	Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)



“Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo.”

— ARLANO SUASSUNA

Entrevista à Folha de São Paulo



SUMÁRIO

PREFÁCIO, 11

Tomo I

DIREITOS DE PERSONALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA SUPEREXPOSIÇÃO DIGITAL, 15

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402824>

LUCAS EVANGELISTA DE MENEZES

RAFAEL FREIRE FERREIRA

RAFAEL MAYNART CALÓ DA SILVA PEREIRA SOUZA

RHUAN VICTOR MATOS DE SOUZA

Tomo II

A RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DA VIOLAÇÃO AOS DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE VIRTUAL, 43

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402857>

LUCAS HAVINER COSTA SILVA

PEDRO HENRIQUE BATISTA FRANÇA

RAFAEL FREIRE FERREIRA

TAMIRES SOUSA OLIVEIRA

Tomo III

RACISMO ALGORÍTMICO: A NEUTRALIDADE ALGORÍTMICA QUESTIONÁVEL E AS OFENSAS A DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS AMBIENTES VIRTUAIS, 65

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402894>

MORIS MARQUES DA SILVA

Tomo IV

DESAFIOS E IMPACTOS DA LGPD NOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, 81

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402910>

ÍCARO EMANOEL VIEIRA BARROS DE FREITAS

NOEL SOARES GABRIEL

VIVIANE SILVA DAS CHAGAS

Tomo V

A COLISÃO ENTRE A TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS: DESAFIOS PARA A REVELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS APROVADOS EM CERTAMES PÚBLICOS, 99

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402942>

BRUNO RAMOS DE ANDRADE

GUILHARDES DE JESUS JÚNIOR

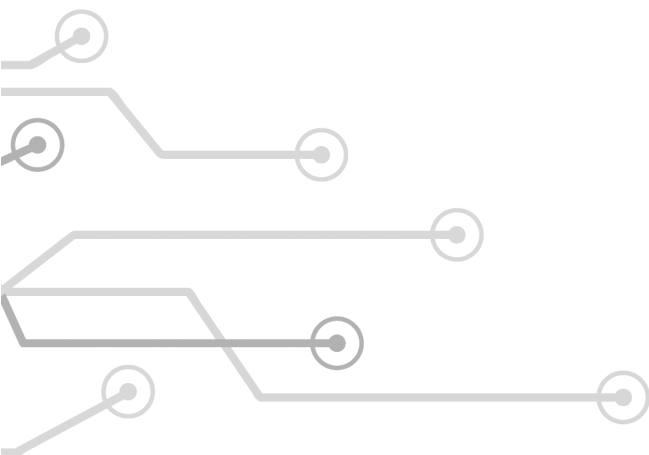
Tomo VI

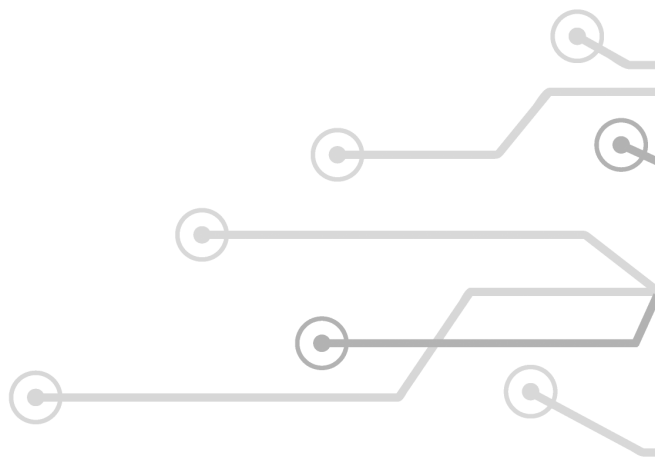
**DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS, REFLEXOS
JURÍDICOS E IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS
NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 133**

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402960>

ISAC BARRA SANTOS

ADIVE CARDOSO FERREIRA JÚNIOR







PREFÁCIO

Este compêndio relevante e atual, dividido em diversos tomos, é uma obra que reúne o conhecimento e a expertise de juristas da região Cacaueira na Bahia, oferecendo uma análise aprofundada sobre os desafios e complexidades do universo jurídico no contexto digital.

No TOMO I, os autores Lucas Evangelista de Menezes, Rafael Freire Ferreira, Rafael Maynard Caló da Silva Pereira Souza e Rhuan Victor Matos de Souza exploram com maestria os “Direitos de Personalidade de Crianças e Adolescentes na Superexposição Digital”. Em um mundo cada vez mais conectado, compreender e proteger os direitos dos mais jovens diante da superexposição digital é uma tarefa crucial.

O TOMO II, sob a autoria de Lucas Haviner Costa Silva, Pedro Henrique Batista França, Rafael Freire Ferreira e Tamires Sousa Oliveira, lança luz sobre a “Responsabilidade Civil em Decorrente da Violação aos Dados Pessoais no Ambiente Virtual”. Em um cenário em que a privacidade é frequentemente desafiada, a análise cuidadosa da responsabilidade civil diante de violações de dados é essencial.

No TOMO III, Moris Marques da Silva apresenta uma abordagem singular sobre o “Racismo Algorítmico”, explorando as implicações de algoritmos questionáveis e as ofensas a direitos fundamentais nos ambientes virtuais. Este capítulo destaca a importância de questionar a suposta neutralidade algorítmica e suas consequências prejudiciais.

O TOMO IV, elaborado por Ícaro Emanuel Vieira Barros de Freitas, Noel Soares Gabriel e Viviane Silva das Chagas, foca nos “Desafios e Impactos

da LGPD nos Escritórios de Advocacia”. A Lei Geral de Proteção de Dados é um marco significativo, e compreender seus impactos específicos nos escritórios de advocacia é crucial para a conformidade e a excelência profissional.

No TOMO V, Bruno Ramos de Andrade e Guilhardes de Jesus Júnior abordam a “Colisão entre a Transparência Administrativa e o Direito Fundamental à Proteção de Dados”. O dilema entre revelar informações dos aprovados em certames públicos e a necessidade de proteger dados pessoais destaca um desafio complexo e atual.

Finalmente, no TOMO VI, Adiver Cardoso Ferreira Júnior e Isac Barra Santos exploram o “Direito de Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial”, destacando os desafios, reflexos jurídicos e impactos das novas tecnologias nos direitos e garantias fundamentais.

Este livro, com sua abordagem abrangente e profundidade analítica, é uma contribuição inestimável para a compreensão e aplicação do Direito Digital. Os autores demonstram um compromisso excepcional com a pesquisa e a discussão de temas cruciais, refletindo a evolução constante do campo jurídico em resposta às transformações digitais.

Que esta obra inspire e guie não apenas os profissionais do direito, mas também todos os interessados em compreender os desafios e possibilidades do mundo jurídico na era digital. Parabéns aos autores por sua dedicação e expertise, que certamente enriquecerão o entendimento e a prática do Direito Digital.

Região Cacaueira, 07 de fevereiro de 2024.

Ícaro Emanuel Vieira Barros de Freitas
Rafael Freire Ferreira.







TOMO I

DIREITOS DE PERSONALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA SUPEREXPOSIÇÃO DIGITAL

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402824>

LUCAS EVANGELISTA DE MENEZES

Advogado. Bacharel em Comunicação. Especialista em consultoria de empresas. Pós graduando em Direito Público, Processual Civil, Tributário e Previdenciário. E-mail: contatomenezesadv@hotmail.com

RAFAEL FREIRE FERREIRA

Escritor, Professor e Advogado. Mestre em Direito (UAL/Pt). Especialista em Direito Público (UGF). Especialista em Ciência de Dados e Big Data Analytics (FAMEESP). Bacharel em Administração (UESC). Estudante de Licenciatura em História (Unifatecie). Editor da Revista Jurídica Graduação em Movimeto (UNEX). Membro da Academia Grapiúna de Artes e Letras, cadeira n. 27. E-mail: profrafaelfreire@outlook.com

RAFAEL MAYNART CALÓ DA SILVA PEREIRA SOUZA

Bacharel em Direito pela Unex. Pós graduando em Direito público.

E-mail: maynartrafa@gmail.com

RHUAN VICTOR MATOS DE SOUZA

Bacharel em Direito pela UNEX/Itabuna. Pós graduando em Direito Civil e Direito Processual Civil. E-mail: rhuanvmssouza@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Internet surgiu nos Estados Unidos, na década de 60 ainda quando acontecia a Guerra Fria, para atender os militares na troca de informações; mas somente na década de 90 que ganhou uma proporção universal de informação e comunicação.

Em 2000, surgiu as Redes Sociais Digitais: redes de compartilhamentos online, que reúnem pessoas com algum objetivo em comum; em que estas expõem suas rotinas, relatam seu dia a dia e suas atividades, sejam estas pessoais ou profissionais. Com esse surgimento, o comportamento humano mudou, as pessoas modificaram o conceito de privacidade, assim, nem as crianças escaparam da ganância dos pais nas redes sociais.

Atualmente, pessoas de todo o mundo já conseguem acompanhar as ações em tempo real de todos os lados, bastando apenas ter em mãos um *smartphone*, *tablet* ou microcomputador conectado com a rede mundial de computadores.

O ato de compartilhar fotos de crianças na internet tornou-se tão comum que um vocábulo foi criado para categorizar esse comportamento: o *sharenting*, que significa uma combinação de duas palavras: compartilhamento e parentalidade.

O exercício desse fenômeno está no hábito do envolvimento dos pais, que sentem a necessidade em expor seus filhos através de fotos, vídeo, localização, dados pessoais e muito mais, criando uma esfera digital, que segue por muito tempo na vida dos envolvidos.

Nesse contexto, o problema que direciona essa pesquisa é: A superexposição infantil de crianças e adolescentes dentro das redes sociais viola os seus direitos da personalidade?

Essa indagação decorre do fato de que, a superexposição infantil nas redes sociais pode configurar uma violação aos direitos alcançados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao expor crianças na internet, os responsáveis podem estar colocando em risco a privacidade e a segurança destas, além de expô-las a possíveis situações de exploração e abuso.

Nesse cenário, suscita-se a hipótese de que a superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais pode comprometer significativamente seus direitos de personalidade, visto que a exposição constante à públicos desconhecidos, a divulgação de informações íntimas e a pressão para se conformar com as normas online podem minar sua autonomia de privacidade.

Diante dessa conjuntura, essa pesquisa objetiva analisar, interpretar e discutir como a superexposição digital promove a violação dos direitos das personalidades das crianças e adolescentes.

Para se alcançar tal objetivo, a presente pesquisa se dividirá em três etapas, que podem denominar-se também de objetivos específicos: analisar a literatura sobre os conceitos de Cibercultura, ciberespaço, comunidades virtuais e sociedade em rede; conceituar o *sharing* e demonstrar como ocorre a violação de imagem de crianças e adolescentes, por fim, demonstrar que a superexposição viola o direito de personalidade de crianças e adolescentes.

No que diz respeito a metodologia utilizada nesta pesquisa, é caracterizada pela natureza pura, sendo um tipo de pesquisa que reúne estudos com um intuito de findar um questionamento (Gil, 2019). Dentro desse liame, utilizou-se da abordagem qualitativa do problema, a qual busca enfocar o nível da realidade do debate (Minayo, 2014), compreendendo as razões das variáveis. Quanto aos fins, utilizou-se da pesquisa descritiva, que busca levantar informações sobre a situação em específico, descrevendo as características de

uma população ou fenômeno e a relação entre variáveis (Gil, 1991). Nesta pesquisa, os termos chaves utilizadas são: superexposição, direitos de personalidade, exposição digital.

Quanto ao método de abordagem utilizou-se o indutivo, segundo Marconi e Lakatos (2003), que busca alcançar conclusões de teor amplo quando comparado ao conteúdo da pesquisa. O indutivismo desta pesquisa ocorreu a partir da identificação de algumas obras em que foram citados casos reais de crianças e adolescentes, com direitos de personalidades violados, conduzido, pois, da observação mínima para tentativa de generalização dos fatos.

Acerca da interpretação foi utilizado o método sistemático, que busca a compressão do todo para que seja possível compreender o contexto das partes (Soares, 2019). Em relação às pesquisas realizadas, o método bibliográfico utilizado possibilita o levantamento de referências teóricas acerca da temática, para que possa ser alcançado o propósito final da pesquisa científica.

Como técnica auxiliar, foi realizada a busca de estudos primários utilizadas em estudos secundários, por meio do qual há uma cadeia de referências, e algumas destas tendo caráter de base. Após a verificação da temática, foram obtidos aproximadamente 316 resultados, sendo selecionados 36 pesquisas considerando o período temporal de 1999 a 2021.

2 CIBERESPAÇO E CIBERCULTURA

A Internet surgiu no ano de 1969, nos Estados Unidos, com fins de estratégia para um grupo de militantes com o objetivo de pesquisas, que se transformou em um poder de conexão em que todas as pessoas tiveram acesso a troca de informações como ver, ouvir e vivenciar as mais diferenciadas experiências sem sair da frente da tela de um computador.

O que hoje faz parte de nossa realidade e conhecida como Novas Tecnologias das Informações e de Redes de Comunicação entre Computadores e Internet, o autor Lévy (1999) chama de ciberespaço.

O crescimento do ciberespaço, de acordo com o pensamento de Lévy (1999), se produz entre jovens que estão habilitados a viver uma nova comunicação e ao novo espaço que essa comunicação permite. O pensamento do

autor não cria limites ao seu cunho técnico, mas a sua evolução de disponibilizar uma quantidade de informações digitalizadas e de acesso ilimitado. Lévy (1999) afirma que: O termo ciberespaço especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Levy, 1999, p.11).

Para o autor Lemos (2002), o ciberespaço, por obter uma didática de comunicação aberta, permite amplas direções de mensagens de todas as formas. Lemos (2002) traz uma afirmação que a nova lógica dos sistemas do ciberespaço atua sobre um sujeito que não recepta mais informações iguais de forma centralizada, mas de forma “caótica, multidirecional, entrópica, coletiva e ao mesmo tempo personalizada”.

Partindo dessa análise, Lévy (1999) infantiza o poder da Internet como um instrumento de grande potência, que facilita ao usuário uma imersão em diversos grupos culturais e comportamentos de inúmeros lugares do mundo, além de proporcionar novas formas de se relacionar e expressar.

Os indivíduos ou grupos participantes são imersos em um mundo virtual, ou seja, eles possuem uma imagem de si mesmos e de sua situação. Cada ato do indivíduo ou do grupo modifica o mundo virtual e sua imagem no mundo virtual. Na navegação por proximidade, o mundo virtual orienta os atos do indivíduo ou do grupo (Lévy, 1999, p. 72).

O fato é que, o ciberespaço é um fenômeno tecnológico que não é um espaço físico, mas engloba todos os seres para uma cultura digital em um espaço virtual. O ciberespaço é uma fonte de informação em que é possível ligar pessoas ao mundo moderno, transformando a vida social de todo o mundo.

A Cibercultura forma toda junção entre a informática e as telecomunicações, que surgiu em 1975 com a função de reproduzir a relação de troca entre sociedade, cultura e as novas tecnologias. Com isso, a Internet tornou-se rotina das pessoas, facilitando a comunicação entre os usuários.

Atualmente, pessoas de todo o mundo já conseguem acompanhar as ações em tempo real de todos os lados, bastando apenas ter em mãos um *smartphone*, *tablet* ou microcomputador conectado com a rede mundial de computadores. Esse crescimento tem sido constante, pois a medida em que as pessoas se conectam, fazem novas descobertas.

Sendo assim, essas ferramentas acabam facilitando o dia-a-dia das pessoas, tanto que a criança cada vez mais cedo tem contato com a Internet, estendendo-se de geração a geração, o que comprova a cada dia que a cibercultura está em todo o lugar.

O autor Lévy (1999), afirma que quanto mais o ciberespaço se amplia, mais se torna universal:

Em primeiro lugar, que o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Em segundo lugar, estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano (Lévy, 1999, pg. 111).

O sociólogo e autor Castells (1999), define Cibercultura como a revolução da informação, pois acredita que foi constituída em um momento relevante em que tudo se envolve a relação de informação e a ligação da capacidade de processamento e de geração de conhecimentos através do mundo digital.

A afirmativa traz o pensamento de que a cibercultura tem uma fórmula de movimentar o setor econômico e o mercado financeiro, pois a estrutura que a rede proporciona uma comunicação digital tem a capacidade de restabelecer uma nova versão da economia mundial:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é só a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e desta informação para a geração de

conhecimentos e de dispositivos de processamento, comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (Castells, 1999, p. 51).

Diante dessa realidade, o pensamento do autor Lemos (2002) é de que o ciberespaço se tornou um fator imprescindível para a cibercultura, pois não desconecta da realidade que crescem os olhos, já que se encaminha para uma interligação da rede total entre si, e ao mesmo tempo interage em três dimensões do ciberespaço; pois aumenta-se a realidade e supre o espaço físico das duas concepções do ciberespaço em uma nova camada eletrônica:

Os novos meios de comunicação que coletam, manipulam, estocam, simulam e transmitem os fluxos de informações criam uma nova camada que vem sobrepor aos fluxos materiais que estamos acostumados a receber. O ciberespaço é um espaço sem dimensões, um universo de informações navega de forma instantânea e reversível. Ele é, dessa forma, um espaço mágico, caracterizado pela ubiquidade, pelo tempo real e pelo espaço não-físico. Estes elementos são característicos da magia como manipulação do mundo. (Lemos, 2002, p. 128)

Lemos (2002), enfatiza o surgimento da Cibercultura não apenas como colheita de um fator técnico, mas traz um pensamento igualitário de Lévy (1999), quando diz que a cibercultura é a ligação entre a sociedade e a cultura contemporânea. A afirmativa compreende que as novas tecnologias de informação, vão além do que Castells (1999) protagoniza, quando se trata de um fator altamente de cunho capitalista.

Lemos (2002) compreende também que a Internet é um espaço de comunicação surreal, onde nada é excluído, nem o que é positivo e nem o que é negativo, ou quaisquer outras definições que tendem à separação. A internet envolve a presença da humanidade em

todo o tempo, já que todas as culturas, paixões, disciplinas se entrelaçam, ela manifesta a conexão do homem com sua essência que é a aspiração

da liberdade, o que abre espaço não só 5 para o poder econômico, mas para mecanismos de lazer e prática de esportes, por exemplo.

Embora a Cibercultura tenha um termo tendencioso a cibernética, ela não possui nenhum vínculo com a ciência e embora as linhas de pensamento dos autores parcialmente se desconfiguram, sendo Castells com um pensamento Marxista da sociedade capitalista e Lévy com pensamento voltado a antropologia, o fato que não se deve negar é que a conclusão desses pensamentos se levam a certeza de que não é possível ignorar a proporção que as novas tecnologias vem impactando a humanidade.

3 COMUNIDADES VIRTUAIS E SOCIEDADE EM REDE

Segundo o autor Dantas (2012), o termo “comunidade virtual” foi proposto de forma pioneira e trouxe as primeiras pesquisas sobre as conexões entre o consumidor e o computador, mediando o envolvimento para o aspectos cultural entre a relação independente do espaço geográfico.

Lemos (2002), tem a perspectiva de que a comunidade virtual é inserida em um contexto de sociedade em que os humanos e máquinas têm se tornado basicamente um só, onde os aparelhos de celulares acabem se tornando extensões do corpo humano, próteses mecânicas e que passam a ser um membro.

O autor ainda expõe que as características próprias das comunidades virtuais abalam a rigidez das formas sociais modernas, de forma a colocar tudo em tempo real, instantâneo. Lemos (2002), faz uma explicação para o empoderamento dessa fala a partir do pensamento de Mercier, onde ele afirma que:

[...] os usuários não se contentam em se submeter à técnica [...] os novos objetos técnicos. São eles que, pelas práticas vão desenvolver e afinar, da incidência efetiva das novas tecnologias sobre a transformação de suas vidas cotidianas [...] um processo de reaproximação mais ou menos consciente das técnicas que o público nem concebeu nem explicitamente desejou (Lemos, 2002, p. 78).

Dantas (2012), ainda afirma que, as comunidades virtuais continuam como uma convergência social que emerge as redes, assim como também é colocado pelo autor Castells (1999) acerca do assunto. Dessa forma, compreende-se que o autor identifica uma eficiência do pensamento coletivo dentro do ciberespaço, uma vez que, existe um número de pessoas que participam de um diálogo, que por sua vez é longo, permitindo suficientes emoções e formando ligações pessoais em ambientes virtuais, demonstrando a soma para a comunidade virtual e uma nova forma de ligação entre o ciberespaço.

Desse modo, dá-se a ciência de que a Internet, sendo ela uma miscigenação, é o suporte da comunidade em rede, assim como indica Castells (1999). Porém, a Internet precisa ser entendida como uma rede que converge para uma mistura de grupos de rede, que não é apenas de microcomputadores e sim de pessoas e também de informações.

Seguindo o mesmo pensamento sobre rede, essa convergência, Lévy (1999) titulariza de cultura do ciberespaço e diz: “O ciberespaço (que também chamarei de ‘rede’) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores” (Levy, 1999, p.17).

As comunidades virtuais ou também convergência virtual, como consequências da cibercultura, tem como conceito para Lévy (1999) “os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato”. No entanto, o direcionamento humano do ciberespaço, onde as familiaridades não encontram fronteiras, são livres e transversais.

Diante da afirmação acima, Lemos (2002) afirma que as comunidades virtuais são como uma comunidade que estão relacionadas por intermédio do ciberespaço. A comunidade que traz a permissão e a oportunidade de uma interconexão entre pessoas, promove conexão entre agregação social de indivíduos ao redor de um cunho segmentado por cultura, temas, discussão, ideologia ou objetivo, tornando-se assim, uma comunidade virtual.

Esta maneira de vida apoiada à tecnologia contemporânea é mostrada por Lemos (2002), através dos “vírus de computador, dos *hackers*, da realidade virtual, do cibersexo e das comunidades virtuais” (Lemos, 2002, p.78)

Nessa perspectiva, a cibercultura mostra-se uma consequência das escolhas sociais frente a informática, que ao ultrapassar as barreiras de tempo e

espaço, nas comunidades virtuais agregaram-se membros: um grande número de pessoas, mas que possuem algum tipo de afinidade e fidelidade. Entretanto, assim como Lévy (1999), o autor Castells (1999) hesita o determinismo tecnológico, partindo de um pensamento de que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (Castell, 1999, p.98).

A Internet tem um papel sublime na era da informação e novas tecnologias que estabelece uma relação de conceitualização entre autores sobre a sociedade em rede e Cibercultura. Castells (1999), conceitualiza a sociedade em rede “uma sociedade em que a estrutura social é feita de redes alimentadas por informação eletrônica e tecnologias comunicacionais”. (Castell, 1999, p. 103)

Para o Castells (1999), essa estrutura de redes gera uma demarcação social em um grau de interesse mais elevados do que dos interesses sociais. Segundo o autor, o poder dos fluxos na rede ou a ausência do poder “são fontes cruciais de transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela morfologia social sobre a ação” (Castell, 1999, p. 08).

Lévy (1999) explica a permissão de demarcação de um novo modelo de vida cotidiana através da relação entre tempo e espaço, com a identidade individual ou de grupos na qual ele está interagindo e contribuindo para a formação da cibercultura. O autor analisa também a sociedade em rede como um fenômeno semelhante a Cibercultura, pois, traz a tratativa de um novo espaço onde as pessoas se interagem de acordo com a realidade virtual: a cultura da informática.

Castells (1999), chama atenção em um fato que a construção das novas redes dominantes de espaço e tempo desenvolvem através de uma esfera que ignora a essência, os grupos sociais e desvalorizam os territórios, com isso gera um distanciamento social. Castells (1999), enfatiza também que a sociedade em rede é um ato revolucionário que pode movimentar a economia com a apropriação da internet, usando seus adjetivos incorporados pelo sistema neocapitalista.

A sociedade em rede é uma sociedade capitalista. Pela primeira vez na história, o modo capitalista dá forma às relações sociais em todo o planeta. Mas este novo capitalismo tem duas características importantes: é global e está estruturado em uma rede de fluxos financeiros (Castells, 1999, p.134).

Diante da perspectiva do processo comunicativo, tanto Castells (1999) quanto Lévy (1999) chamam a atenção para as novidades trazidas pela Internet, incentivando e dando oportunidades a novas experiências individuais e coletivas. A comunicação digital, relatada por Castells (1999), dirige para influências das convergências de mídias como um novo modelo de criar conteúdo cultural, sempre observando os conflitos sociais remetentes dessas transformações.

Portanto, entende-se que a sociedade em rede é uma nova ordem existencial, ou o início de uma era da informação, que tem por conceito um modelo da inteligência coletiva, onde as redes são construídas através do aproveitamento das novas tecnologias de informação, comunicação e multimídias.

4 O SHARENTING E A VIOLAÇÃO DE IMAGEM

O termo *sharenting* é uma combinação das palavras *share* (compartilhar) e *parenting* (criação de filhos), e descreve a prática de ativamente compartilhar informações sobre os filhos nas redes sociais. Esse compartilhamento pode atingir níveis extremos de exposição da intimidade da criança, incluindo vídeos do banho, fotos das refeições e comentários sobre seu desempenho escolar. O problema é que, à medida que essa criança cresce, ela inevitavelmente precisa lidar com as consequências do que foi publicado por seus próprios pais, frequentemente sem seu consentimento.

Plunkett (2020), acredita que o conceito de *sharenting* abrange qualquer tipo de divulgação feita por pais, familiares ou responsáveis a respeito das crianças da família. Isso inclui não apenas as redes sociais, mas também qualquer dispositivo capaz de capturar e armazenar dados, como câmeras

inteligentes, dispositivos de rastreamento e até mesmo assistentes virtuais como a Alexa (Plunkett, 2020).

Segundo Brosch (2016), o termo *sharenting* deve ser precisamente definido como a ação dos pais de tornar públicas informações detalhadas sobre seus filhos por meio de fotos, vídeos e postagens nas redes sociais, práticas que invadem a privacidade das crianças. Brosch (2016), argumenta ainda que a definição atualmente fornecida pelos dicionários é excessivamente ampla e carece de um elemento que explique verdadeiramente a natureza desse fenômeno (Brosch, 2016).

Constantemente, novas plataformas de redes sociais emergem trazendo consigo um fluxo contínuo de usuários que compartilham todos os aspectos de suas vidas. Portanto, o alvo desse comportamento são crianças e adolescentes, cujas imagens e vídeos são compartilhados por seus pais. Essa exposição frequentemente ocorre de forma minuciosa, incluindo a divulgação de detalhes sobre a vida pessoal dos filhos, como sua instituição de ensino, preferências alimentares e atividades de lazer em casa (Coutinho, 2019). Em outras palavras, essa prática abrange virtualmente todas as atividades realizadas pela criança, podendo ocorrer até mesmo antes de seu nascimento.

Frequentemente, os pais se envolvem no ato de *sharenting* com a intenção de apresentar seus filhos ao mundo, despertando o interesse de seguidores curiosos que desejam acompanhar o desenvolvimento da criança. Além disso, alguns pais e mães optam por compartilhar suas próprias experiências nessa jornada (Martins, 2019).

Entretanto, é importante destacar que essa é uma fase crucial da vida, repleta de processos significativos, como a descoberta de si mesmo: o desenvolvimento físico e emocional, entre outros aspectos que moldarão o crescimento e a personalidade dessa criança (Resende, 2018).

Nesse contexto, Eberlin (2017) salienta a questão jurídica que se origina do *sharenting*, decorre dos dados pessoais das crianças que são divulgados na internet e permanecem acessíveis por longos períodos, podendo ser consultados a qualquer momento, seja pelo titular dos dados, a própria criança na época da divulgação, ou por terceiros. Essas informações podem resultar em

impactos prejudiciais, expondo as crianças a situações constrangedoras devido a narrativas, fotografias ou representações.

Dessa forma, a prática do *sharenting* pode acarretar uma série de repercussões nas dinâmicas familiares, incluindo a violação da privacidade da experiência individual, a perda da autonomia e espontaneidade infantil, a exposição precoce a práticas datificadas, adultização prematura, e outros aspectos. A superexposição de crianças e adolescentes no ambiente virtual aumenta sua vulnerabilidade, já que ficam sujeitos a diversos riscos, podendo inclusive se tornar alvo de criminosos, como os predadores digitais das redes, que contribuem para a indústria de pornografia infantil.

Além disso, a excessiva exposição nas redes sociais tem o potencial de promover transformações na concepção da infância. Nessa nova dinâmica, as gerações mais jovens já nascem e crescem carregando responsabilidades e preocupações típicas da vida adulta, o que se deve, em parte, à frequente utilização de perfis infantis para fins comerciais, incluindo a exploração da imagem e do corpo das crianças.

Assim, de acordo com Ferreira (2020):

Uma primeira reflexão diz respeito à certeza de que o conteúdo online moldará a identidade digital dessas crianças e adolescentes. Os progressivos mecanismos de dataficação (ou datificação) certamente vão gerar consequências para o futuro dos infantes e para o exercício de seus direitos, tanto no aspecto patrimonial quanto na esfera extrapatrimonial (Ferreira, 2020, n.p.).

As crianças estão em pleno processo de desenvolvimento, o que significa que, apesar de serem indivíduos com estruturas físicas, morais e psicológicas, são igualmente vulneráveis e detentoras de seus próprios direitos. Pais recorrem às redes sociais para criar uma espécie de álbum digital, construindo assim uma presença virtual para seus filhos, tornando-se os narradores das vidas das crianças, sem obter qualquer consentimento prévio.

Consequentemente, as crianças não possuem o discernimento necessário para compreender os impactos associados à exposição pública, uma vez

que são incapazes de expressar opiniões ou tomar decisões sobre si mesmas. Assim, são compelidas a se conformar a um padrão digital pré-estabelecido por seus responsáveis.

A partir de uma análise teórica, Antônio Chaves define a imagem como “a representação, por meio da pintura, escultura, fotografia, cinema, e outros meios, de um objeto qualquer, incluindo a pessoa humana” (1972, p. 1). Por outro lado, Stoco argumenta que “A imagem é a projeção dos elementos visíveis que compõem a personalidade humana; é a emanante da própria pessoa, é a manifestação dos traços físicos que a individualizam” (2014, p. 2917).

Portanto, quando se trata do direito à imagem, é fundamental compreender que esse direito está inserido no conjunto dos direitos da personalidade, destinados a garantir a dignidade e a integridade da pessoa humana. Nesse contexto, a proteção da imagem de crianças no âmbito nacional é respaldada por três principais conjuntos normativos presentes na legislação brasileira, a saber, a Constituição Federal de 1988, o Código Civil Brasileiro de 2002 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Assim, Guerra (2004) ressalta que a imagem é categorizada como um bem sagrado, destinado à proteção da figura humana e amparado pelo propósito de evitar que qualquer pessoa a utilize de maneira imprópria sem prévio consentimento. Essa utilização inadequada pode abranger tanto o uso de fotografias quanto a exposição da imagem em si.

Destarte, o Código Civil de 2002, versa sobre a proteção ao direito da imagem, previsto no art.º. 20:

Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Brasil, 2002)

Atualmente, no que concerne à proteção da imagem, há um entendimento jurisprudencial estabelecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme expresso na súmula nº 403, que estipula o seguinte teor: “A indenização pela publicação não autorizada da imagem de uma pessoa para fins econômicos ou comerciais independe de comprovação do prejuízo” (Brasil, 2009, n.p.). Portanto, a violação da imagem é considerada um pressuposto para reivindicação de danos morais e patrimoniais indenizáveis, desencadeando consequências nas esferas civil e criminal.

Quando se trata do direito à imagem de crianças, esse fica sob a responsabilidade de seus pais, uma vez que estes detêm o poder familiar, conferindo-lhes o direito e o dever de cuidar e proteger seus filhos, conforme estipulado no artigo 1.634 do Código Civil de 2002. É importante destacar que o poder familiar tem o propósito de assegurar o bem-estar do indivíduo, orientando, educando, zelando e defendendo seus interesses.

Portanto, é evidente que a prática do *sharenting* se tornou um hábito comum entre as pessoas, muitas vezes sem que sejam considerados os riscos imediatos e futuros que esse comportamento pode acarretar, especialmente no que diz respeito às crianças e adolescentes, que não têm autonomia para decidir se desejam ou não que suas imagens e vidas sejam compartilhadas.

5 DIREITOS DE PERSONALIDADE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE A LUZ DO ORNAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Historicamente, o desenvolvimento do direito geral da personalidade teve início na Alemanha, especialmente associado à escola jurídica conhecida como “jurisprudência de conceitos” no início do século XX, com figuras proeminentes como Regelsberger e Von Gierke. Posteriormente, esse conceito foi retomado no cenário jurídico alemão, durante meados do mesmo século, pela documentação que acompanhou a elaboração do Código Civil alemão (Maluf et al., 2019).

Em sua obra, Ferreira (2023) afirma o conceito de personalidade como o direito de defender tudo que lhe é próprio:

Os direitos de personalidade, ou na mais adequada denominação: da personalidade-, podem ser definidos como o direito de defender tudo que lhe é próprio enquanto ser humano, excetuando, portanto, os direitos patrimoniais, referindo-se aos direitos extrapatrimoniais, como a vida, o nome, a liberdade, a honra, a imagem e o corpo. Ferreira, 2023, p.33)

Conforme Diniz (2012), os direitos de personalidade são considerados absolutos, uma vez que podem ser opostos a todos, independentemente de terceiros; além disso são também extrapatrimoniais, pois não estão vinculados a um patrimônio direto, embora a possibilidade de avaliação do patrimônio possa surgir em caso de violação dos direitos de personalidade.

Para o Código Civil Brasileiro de 2002, os direitos da personalidade são, portanto, direitos subjetivos absolutos, sendo que regulamentam os aspectos mais essenciais e relevantes da personalidade humana. Além disso, não possuem caráter patrimonial e são inalienáveis, intransmissíveis, irrenunciáveis e imprescritíveis (Brasil, 2002).

Nesse sentido, os direitos personalíssimos das crianças e adolescentes são de natureza transcendental e estão intrinsecamente relacionados ao princípio da dignidade da pessoa humana. Em outras palavras, elas desfrutam de um conjunto de direitos inerentes à sua condição como indivíduos em processo de formação. A garantia constitucional dessa proteção encontra-se de maneira explícita no art. 227 da Constituição Federal de 1988, que estabelece:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1998)

Dessa forma, é possível identificar a existência de três agentes encarregados de garantir a proteção desses direitos, a saber: a família, a sociedade e o Estado. Essa proteção especializada decorre do fato de que crianças e adolescentes são indivíduos com personalidades e direitos específicos, resultantes de suas fases singulares de desenvolvimento, ou que os colocam na condição de sujeitos vulneráveis, necessitados de cuidados e amparo.

Essa lógica fundamental, motivou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que desenvolveu a abordagem da proteção integral e prioritária, com a intenção de garantir esses direitos, conforme disposto nos artigos 15 e 17.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. [...] Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (Brasil, 1990)

Reconhecer a criança e o adolescente como detentores de direitos parece ser uma necessidade evidente, uma vez que, independentemente da idade, são seres humanos com dignidade merecedora de respeito. No entanto, culturalmente, a sociedade ainda em sua maioria adota uma perspectiva adultocentrista ou paternalista, desconsiderando os direitos fundamentais subjacentes aos indivíduos menores de dezoito anos, sob a premissa de que são incapazes de expressar sua vontade de maneira significativa.

Pickler (2021), reforça que embora as crianças e adolescentes sejam dotados de direitos, existe o poder parental. Afirma a autora:

Recorda-se que esse dever-direito de cuidado é chamado de autoridade parental ou “poder parental”, termo originado no pater potestas romano, onde o pai era figura de poder absoluto

e figura dominante dentro da família. Hoje o poder parental inclui ambos genitores ou responsáveis pela criança, sendo um instituto que volta sua proteção aos interesses da criança em regime de igualdade (Pickler, 2021, p.23).

No que diz respeito ao direcionamento do “melhor interesse da criança”, Pereira (2015) chama a atenção para a margem especial de discriminação conferida ao juiz na definição desse conceito. A falta de decisão na formulação desse princípio pode resultar em decisões injustas para uma criança. Pereira (2015) destaca o direcionamento de atendimento à população infanto-adolescente, que deve se concentrar no “imediatamente benéfico, com uma perspectiva de longo prazo, abrangendo todos os aspectos do indivíduo, promovendo sua liberdade e, acima de tudo, refletindo uma abordagem transformadora”.

5.1 DIREITO À IMAGEM

Com a crescente das Mídias digitais nos meios de comunicação e a grande projeção que esses meios alcançam, o direito de imagem se tornou um protagonista no cenário jurídico atual (Maluf; Maluf, 2018). Nesse contexto, a redação do artigo 5º da CF, especificamente no inciso X, faz referência aos direitos de personalidade, abrangendo a segurança da imagem pessoal. Simultaneamente, o inciso XXVIII autoriza a proteção da reprodução da imagem, um conceito que é compreendido e aplicado pelos tribunais em todo o país.

Portanto, é importante ressaltar que, mesmo quando a imagem é empregada em um contexto positivo, como uma homenagem, a ausência de autorização já configura uma violação. O direito de imagem não se limita apenas a preservar a boa confiança, mas engloba o poder de decidir e estabelecer os limites referentes à própria imagem, como destacado por Schreiber (2014).

5.2 DIREITO À HONRA

Um dos institutos mais relevantes no campo do direito de personalidade é o direito à honra, o qual se estende desde o nascimento até após o falecimento

do indivíduo (Pamplona, 2018). É notório que, o direito de imagem deriva diretamente da honra, uma vez que qualquer violação da imagem afeta automaticamente a honra do indivíduo (Vendruscolo, 2008).

A previsão legal do direito à honra encontra-se no Código Civil (Brasil, 2002), especificamente no mesmo artigo que trata da proteção ao nome, a saber, o artigo 17. No entanto, apesar de esses dois institutos frequentemente caminharem juntos, é importante destacar que eles são distintos e possuem soluções jurídicas próprias, não devendo ser confundidos.

5.3 DIREITO À PRIVACIDADE

Conforme Ferreira (2023) destaca, o direito à privacidade conferida ao respeito de personalidade diante do cenário tecnológico despontando, onde as informações circulam em velocidade inimaginável e onde as redes sociais e bancos de dados públicos e privados estão cada vez mais amplo e sofisticado. Essa perspectiva é corroborada por Maluf e Maluf (2018), que enfatizam que a privacidade diz respeito a aspectos pessoais mais externos, ou seja, àquilo que o indivíduo deve decidir se compartilhar com a sociedade, visto que essas informações fazem parte da sua intimidação e não da esfera pública.

Do ponto de vista da proteção jurídica, o Código Civil aborda a privacidade em seu artigo 20. No entanto, a interpretação flexível desse artigo sugere que a proteção à privacidade somente pode ser acionada quando esta for afetada não que se refira à “honra, boa fama ou respeitabilidade” ou se as informações forem destinadas a fins comerciais (Schreiber, 2018).

5.4 DIREITO A INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA

A expressão da vida íntima é um dos aspectos mais significativos do direito à vida privada, proporcionando proteção singular ao indivíduo, preservando o seu espaço pessoal. Exemplos de esferas íntimas que estão presentes na vida de praticamente todos os seres humanos incluem o lar, a família e a correspondência (Pamplona Filho, 2018).

Conforme ressaltado por Bittar (2015), o direito à intimidade tem adquirido uma relevância cada vez maior devido à virtualização da era em que vivemos. Como resultado, os momentos de privacidade tornam-se cada vez mais escassos, uma vez que uma nova cultura social, impulsionada pelos meios eletrônicos, muitas vezes obriga as pessoas a se exporem. Nesse contexto, o direito à intimidação consiste em proteger a privacidade do indivíduo, impedindo que terceiros tenham acesso a informações privadas sem o consentimento do titular, mantendo, assim, essas informações como privacidade.

5.5 DIREITO DE PERSONALIDADE

A invenção da internet revolucionou a comunicação global, principalmente por meio das redes sociais, pois quais se tornaram o principal meio de interação. Como resultado, os meios de comunicação tradicionais, como rádio e televisão, viram seu consumo diminuído em comparação com o autosserviço dessas plataformas (Mazzuoli, 2015).

O ser humano está sob “olhos eletrônicos”, seja quando inserido na rede digital, seja na realidade física quando passa da porta do seu resguardo domiciliar para fora. Os espaços de convivência públicas e privados são monitorados, inclusive condomínios residenciais. A utilização da *internet* é monitorada. Enfim, o “olho” escondido (ou não) não descansa nunca, postula (Ferreira, 2023).

Com a ampla disseminação da internet e o fácil acesso aos meios digitais, os usuários das redes sociais ganham uma plataforma para expressar suas opiniões e ideias de maneira rápida e eficaz. Entretanto, quando essas informações são veiculadas, muitas vezes entram em conflito com os direitos estabelecidos no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal (Brasil, 1988), resultando -em certos momentos- em evidente dos direitos fundamentais essenciais, como a honra, a intimidade e a privacidade (Pussi Filho, 2018).

A imagem é um dos direitos de personalidade intrínsecos à condição humana, acompanhando o indivíduo desde antes de seu nascimento, registrada por meio de ultrassonografias, e até depois de sua morte, perpetuada em fotografias e vídeos.

O direito à imagem não se limita unicamente à representação visual de um indivíduo, mas abrange todas as características que o define, como sua personalidade, voz, partes do corpo, maneira de falar, caso seja comprovado dano moral ou material, cabe uma indenização que será designada ao sucessor jurídico (Ferreira; Doi, 2018).

Quando se trata da imagem de crianças e adolescentes, a questão se torna mais sensível e é tratada de forma distinta no sistema legal. Isso resulta em uma proteção mais rigorosa, uma vez que lida-se com indivíduos que ainda não têm capacidade civil plena e que, em geral, estão sob a representação ou assistência de seus pais. É importante ressaltar que, mesmo com a existência de regulamentações que protegem a imagem de crianças e adolescentes, isso não impede a circulação de suas fotos e filmagens.

Contudo, crianças e adolescentes, devida à sua condição de desenvolvimento e vulnerabilidade, muitas vezes têm suas imagens divulgadas por meios de comunicação que os tratam de maneira desrespeitosa e desconsiderada (Maciel apud Mascarenhas, 2015). Esse tipo de tratamento reflete a visão de que, em certos momentos, eles são percebidos como seres invisíveis (Cury Júnior, 2006).

Quanto à responsabilidade dos pais em relação à imagem de seus filhos, ela pode ser dividida em duas vertentes: aquela decorrente do abuso do poder familiar e a responsabilidade por violação da imagem de terceiros praticada pelo filho. Os artigos 1415, caput, 1426; caput e 2017, incisos V e VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) concedem à criança e ao adolescente o direito de acesso à justiça para pleitear seus próprios interesses que conflitam com a responsabilidade dos pais, mesmo que estes não concordam (Cury Júnior, 2006).

É crucial que os pais desempenhem um papel ativo na proteção da imagem de seus filhos, uma vez que tal proteção é fundamental para o desenvolvimento de suas personalidades. Portanto, se os genitores consentirem que as imagens de seus filhos e adolescentes sejam utilizadas em meios de comunicação, devem considerar atentamente os aspectos positivos e negativos dessa exposição.

Quando se trata do direito à imagem, que é um dos direitos de personalidade, a divulgação da imagem de uma criança ou adolescente deve ocorrer apenas se for de acordo com a vontade desses indivíduos (Cruz, 2016). Nesse contexto, os pais desempenham um papel fundamental na preservação dos direitos da criança e do adolescente, especialmente em um ambiente social que tem a capacidade de influenciar a forma como esses jovens enxergam o mundo e como sua privacidade pode ser afetada (Coutinho, 2019).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) baseia-se em princípios como o melhor interesse, a proteção integral e a prioridade absoluta, considerando as crianças e os adolescentes como titulares de direitos por meio de um marco legal. Nesse contexto, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente amplia o alcance da legislação e busca uma maior efetivação das normas apresentadas no ordenamento jurídico brasileiro, com o objetivo de proteger e atender às necessidades das crianças e dos adolescentes.

Destacou-se a existência de leis, que garantem a proteção de direitos fundamentais independente da idade. Entretanto, questiona-se a aplicabilidade de toda essa promessa de cuidado por parte do Estado e da sociedade. O art. 17 do ECA afirma que inviolável, entre outras coisas, a integridade psíquica e moral do menor, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos espaços e objetos pessoais (Brasil, 1990).

Já o artigo 18 -do referido Estatuto- ordena que todos garantam a dignidade da criança e do adolescente, evitando qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Se os direitos citados são garantidos pela legislação, mas violados por terceiros, nada impede que em um futuro não muito distante os jovens busquem uma indenização pelas situações de abuso sofridas no mundo digital, tentando resgatar o direito de contar sua história e apagar (ainda que superficialmente) as pegadas digitais deixadas pelos pais ou terceiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superexposição digital, que ocorre quando informações pessoais, imagens e detalhes da vida de crianças e adolescentes são compartilhados

excessivamente nas redes sociais, plataformas de mídia digital e outros meios online, levanta questões sérias e complexas relacionadas à privacidade, à dignidade e ao bem-estar desses jovens. As consequências podem ser prejudiciais, afetando sua autonomia, liberdade e segurança.

Nesse contexto, é fundamental que pais, responsáveis, educadores e a sociedade em geral estejam cientes dos potenciais riscos da superexposição digital. A exposição excessiva pode não apenas comprometer a privacidade e a segurança das crianças e adolescentes, mas também impactar seu desenvolvimento, à medida que se veem expostos a comentários, julgamentos e até mesmo assédio online.

Portanto, considerando o resultado obtido dessa pesquisa aponta para a violação dos direitos de personalidade de crianças e adolescentes devido à superexposição digital, é crucial refletir sobre as implicações desse cenário. É necessário adotar uma abordagem equilibrada, buscando educar e conscientizar sobre os riscos, incentivando a autorreflexão e o diálogo com jovens. Além disso, é importante promover a proteção de seus direitos de personalidade, respeitando sua autonomia e privacidade.

Os legisladores e as autoridades também desempenham um papel fundamental na elaboração e aplicação de leis e regulamentações que protejam os direitos de personalidade de crianças e adolescentes no ambiente digital, medidas que visem coibir a exposição excessiva e o compartilhamento não autorizado de informações pessoais devem ser consideradas.

Em última análise, a conscientização e o respeito aos direitos de personalidade de crianças e adolescentes na era digital são essenciais para garantir que cresçam em um ambiente seguro e saudável, onde sua dignidade e privacidade sejam preservadas, contribuindo para seu desenvolvimento integral e bem-estar. É dever de todos zelar pela proteção desses direitos, garantindo que a superexposição digital não se traduza em prejuízos irreparáveis para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil (2002). Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 8. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

BROSCH, Anna. **When the child is born into the Internet:** Sharenting as a growing trend among parents on Facebook. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução Maria Luiza Borges, São Paulo: Zahar, 2001.

CHAVES, Antônio. Direito à própria imagem. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 67, p. 45-75, 1972.

COUTINHO, Amanda de Cassia Pereira. **A proteção da reserva da vida privada de menores enquanto dever parental, em especial na era digital**. Faculdade de Direito – Universidade do Porto. 2019. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/126141/2/384898.pdf>. Acesso em 30 de out. 2023.

CRUZ, Rossana Martingo. **A divulgação da imagem do filho menor nas redes sociais e o superior interesse da criança**. Portugal, 2016. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/47936>. Acesso em: 30 de out. 2023.

CURY JUNIOR, David. **A proteção jurídica da imagem da criança e do adolescente**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp011640.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

DANTAS, Lara. **Comunidades virtuais como ambientes de aprendizagem: adoção e homoafetividade em debate**, 2012. Disponível em: < <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0193-1.pdf>.> Acesso em 15 nov 2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: https://www.academia.edu/39909033/Maria_helena_diniz_curso_de_direito_civil_brasileiro. Acesso em: 10 out. 2023.

EBERLIN, Fernando Büscher. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: O papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, 2017.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; DOI, Cristina Teranise. **A proteção integral das crianças e das adolescentes vítimas**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/protecao_integral_ferreira.pdf. Acesso em 06 de nov. 2023.

FERREIRA, Lucia Maria Teixeira. A superexposição dos dados e da imagem de crianças e adolescentes na Internet e a prática de Sharenting: reflexões iniciais. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro** nº, v. 78, p. 165, 2020.

FERREIRA, R. F. **Autodeterminação informativa e a Privacidade na Sociedade da Informação**. 5. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

GUERRA, MGRM; SANTOS, ACGG. Dos reflexos da crise do direito liberal na atualidade quando do exercício da parentalidade responsável. **Revista Direito e Justiça-Reflexões sociojurídicas**, n. 23, p. 131-148, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMONS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999. MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus.

Introdução ao Direito Civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Renata Soares. **Entre curtidas no Instagram**: a exposição de crianças nas redes sociais e suas possíveis consequências ao desenvolvimento infantil. 2019. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7135>. Acesso em 14 nov 2023.

MASCARENHAS, Lucas Araújo. Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Mídia Brasileira. **Revista do CEPEJ**. Bahia, n. 18, p. 349-377, 2015. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/CEPEJ/article/view/20434/12985>. Acesso em: 30 out. 2023.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos comunicativos como direitos humanos: abrangência, limites, acesso à Internet e direito ao esquecimento. **Revista do Direito de Língua Portuguesa**. Lisboa, v. 6, n. 1, p. 219-240, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil**: volume único. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

PEREIRA, Marília do Nascimento. A superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais: necessária cautela no uso das novas tecnologias para a formação de identidade. **Anais do 3º congresso internacional de direito e contemporaneidade: mídias e direitos em rede**. Santa Maria, p. 618-641, 2015.

PICKLER, Carolina de Moraes. **Sharenting e a violação de direitos fundamentais da criança e do adolescente**: entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade. 2021. Disponível em: < <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19623/1/TCC%20CAROLINA%20DE%20MORAES%20PICKLER.pdf> >. Acesso em 14 nov 2023.

PLUNKETT, Leah. To Stop Sharenting & Other Children's Privacy Harms, Start Playing: A Blueprint for a New Protecting the Private Lives of Adolescents and Youth (PPLAY) Act. **Seton Hall Legis. J.**, v. 44, p. 457, 2020.

PUSSI FILHO, William Artur. **A colisão dos direitos fundamentais e da personalidade versus as mídias sociais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro Universitário Cesumar de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/1027>. Acesso em: 05 de nov. 2023.

RESENDE, Manuela Mendonça. **Redes Sociais e Direito à Imagem e Privacidade das Crianças e Adolescentes**. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/33916/1/Manuela%20Mendon%C3%A7a%20de%20Resende%20-%20TCC.pdf>. Acesso em 25 set 2023.

SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade: **Revista e Atualizada**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

VENDRUSCOLO, Weslei. **Direito à própria imagem e sua proteção jurídica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%c3%a7%c3%a3oVers%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 outubro 2023.





TOMO II

A RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DA VIOLAÇÃO AOS DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE VIRTUAL

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402857>

LUCAS HAVINER COSTA SILVA

Bacharel em Direito pela UNEX/Itabuna.

E-mail: lucashaviner@gmail.com

PEDRO HENRIQUE BATISTA FRANÇA

Bacharel em Direito pela UNEX/Itabuna.

E-mail: pedrofranca1320@gmail.com

RAFAEL FREIRE FERREIRA

Escritor, Professor e Advogado. Mestre em Direito (UAL/Pt). Especialista em Direito Público (UGF). Especialista em Ciência de Dados e Big Data Analytics (FAMEESP). Bacharel em Administração (UESC). Estudante de Licenciatura em História (Unifatecie). Editor da Revista Jurídica Graduação em Movimeto (UNEX). Membro da Academia Grapiúna de Artes e Letras, cadeira n. 27. E-mail: profrafaelfreire@outlook.com

TAMIRES SOUSA OLIVEIRA

Bacharela em Direito pela UNEX/Itabuna. Técnica em Administração.

E-mail: tamoliver708@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia vivenciado pela sociedade em escala mundial trouxe consigo uma nova forma de compreender a realidade, podendo-se afirmar que reduziu a distância entre as pessoas e permitiu que estes pudessem ter acesso a qualquer informação em tempo real e simultaneamente, sendo que, tudo isso só foi possível em razão da internet, que possibilitou uma gama de troca de informações entre os indivíduos de diferentes partes e locais do mundo. Com essa nova realidade e sua infinidade de possibilidades dentro do ambiente de navegação, foi necessária uma adaptação do sistema jurídico no sentido de garantir a proteção e a segurança no ambiente virtual em analogia com a vida real.

Com efeito, essa inovação tecnológica permitiu que diversas empresas de mercado de capital pudessem expandir seus produtos e serviços por meio de plataformas digitais seja de maneira gratuita ou condicionado através de um pagamento de determinado montante. Nesse sentido, muitos indivíduos se valiam da internet para comunicação e também para o comércio, instando salientar que a compra e venda é fator marcante e primordial de movimentação econômica na atualidade, sendo que, estas circunstâncias se davam por intermédio de plataformas digitais.

Com o imensurável aumento do uso da internet muitas pessoas deixavam passar despercebidos minuciosos detalhes, uma vez que, para se valer do uso destas plataformas era necessário proceder com a realização de um cadastro que se vale do fornecimento de informações particulares de cada indivíduo, como nome completo, RG, CPF, Data de Nascimento, sem contar o cruzamento de

dados que era realizado entre as plataformas o que permitia a estas oferecer o produto adequado ao indivíduo com base em seu histórico de pesquisa.

Esse problema de compartilhamento de dados foi fator limitante para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018) que tem como intuito justamente impor limites e condições acerca do tratamento dos dados pessoais no meio digital visando assim trazer segurança e proteção as pessoas que utilizam estas plataformas. Entretanto, mesmo com previsões legislativas vigentes muitos ainda insistem de forma errônea em se valer das informações pessoais dos indivíduos, chegando a utilizar delas até como moeda de valor, com o comércio ilegal de dados.

Por conseguinte, o problema identificado foi justamente a ausência de segurança no tratamento dos dados pessoais no ambiente digital, circunstância esta que levou a análise de quais os meios que estão sendo utilizados para evitar esta situação. Com isso, a pesquisa junto às plataformas e o próprio ordenamento jurídico se mostram essenciais para que se possa ter uma noção de como é realizado o cadastro dos dados pessoais e se as plataformas estão de fato se valendo da observância a LGPD e os direitos fundamentais e assim buscar identificar as circunstâncias que estão permitindo o compartilhamento dos dados pessoais, visando assim trazer a tona quais os impactos que esta situação pode trazer para a liberdade civil e como pode implicar nos direitos fundamentais resguardados na Constituição Federal e na LGPD.

A delimitação desse tema tem por base os seguintes objetivos: o aumento da interação no mundo digital, a transmissão de informações e a ausência de segurança dos dados pessoais no ambiente virtual. Com isso, observando estas situações foi que se despertou o interesse por este conteúdo, mais especificamente como ocorre o tratamento dos dados pessoais nas plataformas digitais e por que muitas dessas informações são compartilhadas ou até vazadas a terceiros. Cumpre ressaltar que, sendo a internet um meio de expansão e comunicação entre os diversos indivíduos em várias partes do mundo, este também tem por obrigação proporcionar melhores condições de proteção e qualidade de funcionalidade para seus usuários, levando em consideração a segurança e o bem-estar de cada um deles.

2 RESPONSABILIDADE CIVIL E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2.1 Histórico da LGPD

Embora a proteção de dados e privacidade seja agasalhada em diversos diplomas de ordenamento jurídico pátrio, como a Constituição Federal (art. 5º, X e LXXII), o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) ou a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), era imprescindível a regulação transversal, através de lei própria, do tratamento de dados pessoais.

Segundo Ferreira (2023, p. 193)^[1] “Após a exposição dos dispositivos legais percebe-se que a autodeterminação informativa, no Brasil, carece de regulamentação, a privacidade está atrofiada na sociedade da informação e na intimidade comprometida [...]”

A Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais, sancionada em agosto de 2018 passou a entrar em vigor a partir de 18 de setembro de 2020, visando tratar e proteger os dados pessoais.

Possuindo uma função dupla a LGPD tem como propósito fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico; e, proteger direitos e liberdades fundamentais. A Lei se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada tanto por pessoa natural quanto por pessoa jurídica (independente do porte da empresa); seja realizada em território brasileiro, ou com dados coletados no território nacional, mas também àquelas que oferecem serviços ao mercado consumidor brasileiro ou coletam e tratam dados de pessoas localizadas no país.

A implementação da LGPD e a proteção de dados já compõem realidades locais e globais, proteção e oportunidades únicas para que construam relações de confiança ainda mais fortes com clientes, fornecedores, terceiros e a sociedade em geral.

¹ FERREIRA, Rafael Freire. **Autodeterminação informativa e a privacidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

A transparência, como um princípio básico do Direito, tornou-se ainda mais crucial para as organizações que lidam com os dados pessoais dos seus clientes, fornecedores e colaboradores. Nesta nova era tecnológica, o que parecia ser trivial deve ser encarado com cuidado, igualmente por todos os setores.

Em última análise, a percepção dos dados pessoais como um ativo de valor intangível ganhou dimensão e forma.

2.2 Responsabilidade civil na LGPD

A revolução digital do século XXI trouxe consigo inúmeras oportunidades e desafios, com a proteção de dados pessoais emergindo como uma questão de extrema importância em um mundo cada vez mais interconectado. Nesse cenário, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), entrou em vigor no Brasil em setembro de 2020, representa um marco regulatório fundamental na proteção da privacidade e dos direitos dos indivíduos no ambiente digital.

A LGPD estabelece diretrizes claras para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais, visando garantir que as informações sensíveis dos cidadãos sejam tratadas com o devido respeito e segurança. No entanto, a complexidade do ambiente digital e a constante evolução tecnológica trazem desafios significativos quando se trata de cumprir com os requisitos da LGPD.

Um dos aspectos mais cruciais da LGPD é a questão da responsabilidade civil. A lei prevê a responsabilidade das organizações que lidam com dados pessoais, estabelecendo que elas devem tomar medidas adequadas para proteger a privacidade e segurança desses dados. Isso significa que, em caso de violação da LGPD, as organizações podem ser responsabilizadas e sujeitas a sanções.

Este Artigo tem como objetivo a responsabilidade civil estabelecida pela LGPD, abordando acerca dos desafios e implicações legais enfrentados por organizações que lidam com dados pessoais, bem como os direitos e recursos disponíveis para os indivíduos afetados. Além disso, buscou identificar as melhores práticas para garantir a conformidade com a LGPD e minimizar o risco de violações, contribuindo para um ambiente digital mais seguro e confiável.

A responsabilidade civil está regulamentada na Seção III do Capítulo VI da LGPD, intitulada de “Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos”.

É importante salientar que a LGPD representou um marco significativo na proteção de dados pessoais, sendo que, a sua compreensão em termos de aplicabilidade é de suma importância para empresas, instituições e indivíduos no Brasil para que possam prosseguir em inteira harmonia. Neste contexto, este trabalho visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada da responsabilidade civil na LGPD, promovendo assim a conscientização sobre a importância da proteção de dados pessoais no ambiente digital em constante evolução.

2.3 Confidencialidade dos dados do ser humano

A proteção de dados pessoais e a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) são assuntos que afetam a população de maneira geral.

No cotidiano, por vezes, é normal a inserção de informações em diversos sites sem no entanto, haver por parte do usuário uma preocupação no que diz respeito ao destino final de seus dados. Nesse sentido, é preciso considerar que algumas farmácias utilizam esses para desenvolver um mapeamento das doenças e vender para planos de saúde, por sua vez algumas empresas se valem destas informações para exercer a precificação dinâmica, ou seja, ofertando o produto que mais condiz com as características do usuário. Para além disso, foi criada indústrias de venda de *mailing* de clientes, em que, vários dados podem constar nessas listas, nesse tipo de situação até mesmo o wi-fi público grátis não tem nada de grátis, o que ocorre é a troca de internet por dados pessoais utilizados para finalidades bem diversas à de entregar acesso à internet.

Chega a ser um fato cômico a perseguição da publicidade, há que considerar que posterior a uma rápida pesquisa de um determinado item, logo em seguida ao entrar em qualquer plataforma é enviada várias publicidades e propagandas simultaneamente, seduzindo e perseguindo até ceder e realizar a compra de determinado produto.

Os dados pessoais é um reflexo da individualidade, ajuda a identificar e tem o poder de influenciar as nossas decisões e até minar a democracia, são

extremamente importantes e essenciais, porque refletem o conhecimento da empresa sobre aquele determinado cliente. Assim, pode-se interpretar quanto mais conhecimento uma empresa possui, maior ela cresce, mais vendas ela realiza e mais lucrativa ela se torna.

A LGPD visa estabelecer as normas para que os controladores possam manter os dados como sua matéria prima principal, sendo essencial a proteção dos direitos dos proprietários. Isso promove confiança, eficiência e transparência no tratamento dos dados.

2.4 As redes sociais e a evasão dos dados pessoais em decorrência de uma segurança precária

Nas redes sociais, é normal compartilharmos todo os tipos de informações, porém devemos manter as informações sensíveis o mais longe de estranhos. Antes de se registrar nas redes sociais, devemos considerar que tipo de conteúdo vamos compartilhar dentro delas e relevar se elas não vão conter dados importantes do usuário.

É mais que notório que mais da metade da população do planeta tem acesso a rede de internet, dentre estes se considera que 98% façam o uso de redes sociais e afins, seja para se comunicar com os amigos ou parentes ou simplesmente para fazer a postagens de conteúdos e compartilhar vídeos e fotos de seu interesse. As redes sociais se tornou o meio de comunicação mais bem cotado no mundo, haja vista que, tem como funcionalidade específica aproxima aqueles que se encontram distantes e facilitar a divulgação de diversos tipos de conteúdos.

Não obstante a realidade das redes sociais há aqueles que se valem desta para a prática de atos ilegais, que seja a venda de dados, a invasão de privacidade,

o compartilhamento de dados sigilosos e a prática de crimes contra a honra. Em que pese estas práticas ilícitas, a mais freqüente é a evasão e venda de dados, a qual é sabido que viola totalmente a privacidade do indivíduo. Apesar de todos esses dados serem comercializados legalmente, uma vez que o usuário “aceita” a política de utilização do site ou da rede social, existe

outro mercado que comercializa estes dados ilicitamente. No mesmo sentido Marcelino (2011) discorre que:

As práticas de venda desses dados são ilegais, pois viola a privacidade do consumidor, o Artigo 5º da Constituição assegura a inviolabilidade da vida privada e da intimidade do cidadão, permitindo ao indivíduo que foi vítima desse abuso, o direito à indenização. Apesar dessa segurança garantida em lei, a privacidade é exposta de qualquer maneira, seja por livre e espontânea vontade ou não (MARCELINO, 2011) ^[2].

Um caso muito interessante sobre a questão da evasão dos dados pessoais aconteceu em 2014, haja vista que, foi um fato que naquele momento teve grande repercussão, tendo em vista que, foi praticado por uma grande corporação. Naquela ocasião a empresa de telefonia Oi, teve uma multa no percentual de R\$ 3,5 milhões de reais por conta de uma constatação de violação ao direito à privacidade.

A situação que acarretou para com esta penalidade teve origem em investigações por parte do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), sobre a parceria entre a Oi e a empresa britânica Phorm, restou constatado o desenvolvimento do Software Navegador Oi Velox feria o princípio básico da privacidade, na medida que, tinha por função mapear o tráfego de dados do consumidor, com o objetivo de compor um perfil de navegação do usuário.

O vazamento de dados é uma realidade tão cotidiana que no ano de 2021 aconteceu mais uma cena que deixou o mundo digital estagnado, frente à notícia do vazamento de dados de e-mail e números de telefone de cerca de 533 milhões de contas vinculadas ao facebook em um fórum de hackers. A reportagem foi trazida a conhecimento por intermédio da revista “Business Insider”. Com efeito, este não foi o único escândalo envolvendo a empresa.

² MARCELINO, Caroline. **Empresas vendem dados do consumidor na internet**. São Paulo: AASP, 2011.

No ano de 2018, uma situação semelhante ocorreu, sendo que, na época a empresa britânica Cambridge Analytica, capturou os dados pessoais de milhões de usuários do Facebook para propagandas políticas.

A precariedade e a ineficiência são nítidas sendo por tanto necessária a adoção de medidas que visem reparar estes danos. Com isso, é Importante salientar que nas redes sociais já existem mecanismos que dificultam que invasores possam ter acessos a informações pessoais dos usuários.

Um destes métodos é o controle de acesso a informações pessoais, em que, conforme estabelece Marteleto (2018):

Apenas pessoas que estão conectadas podem tem acesso às informações que compartilhamos no perfil, porém, a rede social permite separar em grupos tais como: família e colegas de trabalho e delimitar o acesso a determinado tipo de informação para cada um deles, dando mais controle ao dono do perfil (MARTELETO, 2018)^[3].

Outra forma é a privacidade do perfil que se manifesta através de HAMADA (2019) no seguinte entendimento:

As rede sociais possuem “configurações de privacidade”, onde podemos definir quem pode acessar determinado tipo de conteúdo tais como: fotos, posts, vídeos e etc. Assim podemos evitar que pessoas indesejadas tenham acesso a esse conteúdo (HAMADA; NASSIF, 2019)^[4].

³ MARTELETO, Regina Maria. **REDES SOCIAIS, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE 20 INFORMAÇÕES: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: BRAPCI, 2010.

⁴ HAMADA, Hélio Hiroshi; , Lilian Noronha Nassif. **PERSPECTIVAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DE SMART CITIES: desafios e oportunidades para as organizações policiais**. Minas Gerais: Revista UEMG, 2018.

Com efeito, existem diversos outros métodos que podem ser utilizados para evitar ou dificultar que os dados do indivíduo sejam vazados, como por exemplo: Evitar compartilhar informações sigilosas nos chats de bate papo, Não clicar em links suspeitos e desativar redes sociais que não utilizar cotidianamente. Sobre esta circunstância MARTELETO (2018) afirma que: “Com a grande quantidade de ataques as redes sociais, o seu uso pode parecer perigoso. Porém se algumas dicas e boas práticas forem empregadas, é possível se proteger e evitar esse tipo de incidente ocorra durante o usos dessas plataformas”⁴.

Pelo que foi analisado resta claro que os dados pessoais não se encontram seguros juntos as redes sociais, haja vista que, a todo o momento milhares de pessoas podem está sendo vítimas da evasão de seus dados particulares. Entretanto, conforme se observou existem maneiras de dificultar ou evitar que indivíduos de caráter malicioso tenham acesso a estes dados, sendo que, podendo-se seguir estes métodos é possível tentar esquivar-se de uma possível evasão de dados.

2.5 Proteção e segurança: Como o ambiente virtual pode trabalhar gerando confiança e garantindo direitos aos seus usuários

O advento da tecnologia trouxe consigo diversos avanços significativos, contudo, em meio a este progresso novos desafios surgiram em relação à segurança da informação. Importante pontuar que o aumento da conectividade e a dependência cada vez maior das pessoas aos dispositivos e sistemas digitais, fez com que a proteção de dados e informações se tornasse um assunto essencial.

Com essa nova realidade se fez necessário o desenvolvimento de um pensamento estratégico voltado à área da segurança da informação, sendo que, se fez essencial neste momento desenvolver práticas, políticas e tecnologias que tivessem como intuito a proteção dos dados dos usuários contra ameaças de hackers, malware e violações de privacidade, buscando também ceifar qualquer tipo de evasão de informações por parte dos provedores de dados.

Com esta intenção e visando proteger as informações daqueles que se valem da utilização da rede de internet, foram desenvolvidos os seguintes mecanismos:

A **Criptografia** que se refere ao processo matemático de tornar uma mensagem impossível de ser lida, é um conjunto de regras que visa fazer a codificação da informação onde apenas o emissor e o receptor consigam ter acesso a elas (Surveillance Self-Defense, 2018)^[5];

A **Autenticação** diz respeito à confirmação da identidade dos usuários, sendo por tanto um processo que emprega a utilização de senhas seguras e uso de biometria, ou seja, utiliza-se do método de autenticação de dois fatores (2FA), objetivando assim que apenas usuários legítimos acessem suas contas e informações pessoais.

As **Políticas de Privacidade** são exigências que empresas e organizações têm de adotar no desenvolvimento de suas atividades, sendo utilizadas como uma forma de anuência pela qual o usuário concorda para com a utilização dos seus dados baseado na ideia de coleta, utilização, transparência e proteção.

A **Legislação e suas Regulamentações** são mecanismos criados por meio de legisladores com força de lei que tem como intuito coibir atitudes que violem a segurança dos dados pessoais dos usuários que utilizam de sites ou aplicativos, visando assim garantir a segurança e a privacidade no ambiente digital.

Considerando estes mecanismos adotados e a dinamicidade do direito, é essencial sempre prezar pela proteção a dignidade da pessoa humana, a sua privacidade e principalmente a sua intimidade, há que pontuar que a Carta Magna preconiza no art. 5º, inciso X, acerca desta temática e estampa o seguinte: “X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;” (BRASIL, 1988)

Neste entendimento lapidado pela Constituição Federal há que se levar em consideração a privacidade do indivíduo a qual segundo Marques (2008)^[6] é dívida em três níveis, com decrescente intensidade de proteção,

⁵ SURVEILLANCE SELF-DEFENSE. **O que eu deveria saber sobre criptografia?**. São Paulo: SSD.EFF.ORG, 2019.

⁶ MARQUES, E., Scalon, C., Oliveira, M. **Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e São Paulo**. Rio de Janeiro: Revista Dados, 2008.

sendo que, o direito à privacidade em suas palavras é tido como aquilo que preserva o indivíduo do conhecimento alheio, reservando este a sua própria realidade e vivência.

Em suma, pode-se considerar que a proteção dos dados pessoais dentro do âmbito virtual vem a cada dia evoluindo e garantido de maneira incisiva a segurança do usuário. Com efeito, contrário a isso, a evasão de dados ainda é muito frequente e o desenvolvimento de mecanismos maliciosos só vem aumentado, fato este que acaba por gerar nos indivíduos receio quanto ao compartilhamento de seus dados. Com isso, conclui-se que é a manipulação de dados é um complexo desafio e precisa por tanto de investimentos mais eficazes que permitam combater o vazamento de dados em massa, os cybers crimes e os hackers, fortalecendo assim a tecnologia e gerando um ambiente virtual ordeiro e de boa qualidade, que permita o acesso mútuo a seus usuários sem preocupações ou qualquer tipo de risco a sua privacidade.

2.6 Critérios para a definição do *quantum indenizatório*

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) não especifica critérios detalhados para a definição do quantum indenizatório em casos de violação de dados pessoais. No entanto, a LGPD estabelece princípios gerais que podem ser usados como referência para determinar a extensão das indenizações em casos de violação de dados pessoais. Aqui estão alguns critérios e princípios que podem ser relevantes:

Dano Moral: O quantum indenizatório deve levar em consideração o dano moral sofrido pela vítima da violação de dados pessoais. Isso inclui aspectos como a gravidade da violação, a sensibilidade dos dados vazados e o impacto sobre a vida do titular dos dados.

Natureza da Violação: A gravidade da violação desempenha um papel importante na determinação da indenização. Violações mais sérias, que resultem em danos substanciais, geralmente resultarão em indenizações mais altas.

Negligência ou Intencionalidade: Se a violação de dados pessoais resultar de negligência grave ou de ações intencionais por parte da empresa ou organização responsável, isso pode aumentar o valor da indenização.

Perdas Financeiras: Caso a violação de dados pessoais tenha causado perdas financeiras diretas para o titular dos dados, essas perdas também devem ser consideradas no cálculo da indenização.

Gravidade da Violação: A LGPD prevê que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode aplicar sanções administrativas às empresas que violarem a lei. Essas sanções podem incluir multas significativas, que também podem ser consideradas ao determinar o quantum indenizatório.

Consentimento: A LGPD exige que as empresas obtenham o consentimento dos titulares de dados para o processamento de suas informações pessoais. Se a violação ocorreu sem o consentimento adequado, isso pode ser um fator relevante na determinação da indenização.

Vale-se se ressaltar que o art. 944 do Código civil também discorre que “a indenização se mede pela extensão do dano”, neste sentido CAPANEMA⁷, 2020, p. 163 discorre que:

- a) a quantidade de dados pessoais afetados;
- b) a natureza dos dados pessoais afetados: o vazamento de dados pessoais sensíveis, por exemplo, determinará uma indenização maior, especialmente se se tratar de dados biométricos, que não podem ser substituídos;
- c) a reincidência da conduta;
- d) a omissão em tomar medidas de segurança e técnicas para minorar o dano ou em colaborar com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- e) a ausência de notificação dos usuários da ocorrência do incidente;
- f) a comprovada utilização dos dados vazados de titulares por terceiros;

Outro ponto a ser discorrido, é no tocante a responsabilização solidária pelo operador e pelo controlador dos dados pessoais, o art. 42 da LGPD prevê que:

§ 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados: I - O operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em

⁷ CAPANEMA, Walter Aranha. **A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados**. São Paulo: Cadernos Jurídicos, 2020.

que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei; II -os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei. Logo é possível se verificar tanto ambos têm responsabilidade mútua para realizar a gestão destas informações, de modo a garantir a total privacidade destes dados

É importante lembrar que, em muitos casos, a LGPD prevê que o titular dos dados pode buscar uma ação judicial para buscar indenização por danos materiais e morais em caso de violação. Os tribunais brasileiros têm a autoridade para considerar todos esses critérios ao determinar a indenização em um caso específico.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL – DO DIREITO DE INDENIZAR – DA PRÁTICA DE ATO ILÍCITO

3.1 Requisitos para a configuração da responsabilidade civil

Existem diversos requisitos a serem analisados para a responsabilização civil de uma pessoa física ou jurídica, que responde após o cumprimento de determinados pressupostos.

Os requisitos principais são:

- Conduta: refere-se a uma ação, omissão ou comportamento humano que gera consequências jurídicas. Conforme a legislação, a conduta que causa dano é considerada ilícita, como detalhado a seguir.

- Dano: para caracterizar a responsabilidade civil e, conseqüentemente, o dever de indenizar, a ação ou omissão ilícita deve resultar em dano. Sem dano, não há obrigação de indenização, e a responsabilidade civil não é configurada. O dano pode ser patrimonial (material) ou extrapatrimonial, este último subdividido em danos morais ou estéticos.

Para ilustrar, alguns dispositivos do Código Civil são relevantes:

Art. 186: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direitos e causar dano a outrem, mesmo que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927: Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

- Nexo de Causalidade: é o elo que une a conduta ao dano. Se há apenas conduta sem dano, não se configura responsabilidade civil. Da mesma forma, se há dano sem uma conduta comprovada, também não há responsabilidade.

- Culpa: do ponto de vista doutrinário, há discordância sobre a necessidade da culpa para a responsabilidade civil, especialmente ao discutir a responsabilidade objetiva e subjetiva. A culpa ocorre quando alguém, ao realizar uma conduta, não age com a devida atenção, podendo incorrer em imperícia (inaptidão ou falta de qualificação técnica), imprudência (atitude precipitada ou sem cautela) ou negligência (ausência da atitude ou da conduta esperada, por descuido ou indiferença). Portanto, na responsabilidade subjetiva.

3.2 Da caracterização da responsabilidade civil

Na análise acerca da qualificação da responsabilidade civil, sob o olhar da Lei Geral de Proteção de Dados, é possível denota-se duas circunstâncias, quais sejam: a) a violação de normas jurídicas, do microssistema de proteção de dados; b) a violação de normas técnicas, voltadas à segurança e proteção de dados pessoais; c) o dano causado ao titular dos dados pessoais decorrente das violações citadas.

No entanto, a Lei Geral de Proteção de Dados não é exatamente clara quanto à aplicabilidade da responsabilidade subjetiva (aquela decorrente de uma conduta voluntária – dolo – ou de uma conduta negligente, imperita ou imprudente), ou da responsabilidade objetiva (aquela independente de culpa, bastando a prova do dano e do nexo de causalidade).

Quando se trata de incidente que gera danos a consumidores, a possibilidade de responsabilização objetiva, independentemente de culpa, se torna mais evidente, na medida em que aplicável o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

Essencialmente quando a tecnologia é envolvida, a responsabilidade civil em materiais de dados pessoais é fundamental para o equilíbrio das relações dessa natureza.

Apesar do cenário jurídico nebuloso, entendemos que a responsabilidade deveria ser objetiva, pois, uma vez comprovado que o dano sofrido pelo titular dos dados pessoais foi decorrente da violação às regras da LGPD, dever-se-ia punir independentemente de culpa ou dolo.

3.3 Da responsabilização do infrator em razão da violação dos dados

A Responsabilidade Civil preconiza em sua ideia o sentido de atribui aquele que praticou um ato de caráter danoso e lesivo a outrem o direito de reparação dos atos, mas a pergunta que se faz neste momento é de cunho a se compreender como acontece esta circunstância, sendo assim, a seguinte indagação surge: De que forma se dá a punição dos indivíduos ou empresas que culminam para a prática da violação dos dados pessoais dos indivíduos nas plataformas digitais? De que maneira ocorre esta responsabilização?

Para se ter um entendimento acerca de como é aplicado as sanções nestas situações, é preciso antes entender que isto acontece em até três esferas, sendo elas: administrativa por meio da LGPD, Criminal através do Código Penal e por derradeiro a civil por intermédio do Código Civil e/ou Código do Consumidor, quando existir danos materiais ou morais a outrem. Nesses casos um único fato pode sofrer a responsabilização por essas três áreas do direito.

Na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) na evidência da prática de atos lesivos aos dados pessoais, uma série de medidas podem ser adotadas, sendo que estas penalidades são de natureza financeira, sendo assim podem ser aplicados multas simples de até 2% sobre os proventos da empresa, sendo limitada ao teto de R\$ 50 milhões por infração, ou alternativamente multa diária também limitada ao mesmo montante supracitado. Cumulativo a isso ou apartadamente podem ser aplicadas também advertências, suspensão parcial do funcionamento ou exercício das atividades e proibição parcial ou total de prosseguir com o exercício das atividades, sendo que, estas condicionais encontram respaldo no art. 52 do referido dispositivo legal mencionado.

Por conseguinte, o infrator também poderá responder civilmente quando existe a nitidez na ocorrência do dano seja ele moral ou material. Sendo que, nestas situações é feita a medida da extensão do dano, conforme aduz o art. 944 do Código Civil, observando-se a gravidade da culpa e do dano. Com isso, nos termos do art. 927 do mesmo código, é necessário haver a reparação, sendo assim, utilizar-se de dados pessoais para obter vantagem indevida ou lesar a outrem, coincide para a prática de ato ilícito intitulado no referido dispositivo legis, mais precisamente em seus arts. 186 e 187, devendo por tanto, ser aplicado as penas de indenização, independente de qual tipo seja.

Em fase de conclusão, há que salientar que a prática de ato lesivo em face de dados digitais, coincide para a prática de crime e assim sendo deve-se invocar a lei nº 2.848/40 (Código Penal) para que seja aberta a fase de investigação da prática do ato criminoso, sendo que, nestes casos se busca circunstâncias específicas, a título de exemplo a falsificação de dados, a utilização de informações para extorsão ou ameaça, a disseminação de aspectos de forma caluniosa ou difamatória, situações que afetem a liberdade pessoal do indivíduo ou vão contra a sua dignidade, visto que, todas estas circunstâncias estão tipificadas no Código Penal e por tanto devem ser apuradas para sendo o caso responsabilizar os infratores. Com isso, alguns dos dispositivos que podem ser aplicados nas hipóteses destrinchadas são: arts. 139, 143, 147, 158, 298, sendo estes pertencentes a código mencionado. Neste sentido, é facultado também a aplicação destes dispositivos por analogia, já que, muitos deles não são exclusivos da área digital.

Por todo exposto, observa-se que a punição dos responsáveis que atentam contra os dados pessoais dos indivíduos ultrapassa a esfera administrativa, uma vez que, tem a possibilidade de alavancar outras áreas conforme restou demonstrando, sendo assim, quando da ação de punibilidade do infrator é preciso observar todo o enredo que circundou a prática do ilícito para que a partir daí possa se tomar a melhor decisão em termos de responsabilização, visando sempre resguardar a justiça e os bons preceitos assegurados no direito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência dos fatos ora mencionados, a presente obra tem por finalidade tratar sobre o estudo da responsabilidade civil das plataformas digitais em razão do grande número de evasão de dados de seus usuários, objetivando assim, fazer uma análise em concorrência com os direitos e garantias já conquistados pela sociedade frente a era digital, trazendo à tona dispositivos da Constituição Federal, da Lei Geral de Proteção de Dados, dentre outras doutrinas e fundamentação de teóricos que abordaram acerca do tema, considerando as ameaças existentes no ambiente virtual e os sérios riscos que estas podem trazer ao indivíduo quando invadem os seus dados pessoais.

Nesse contexto, foi possível observar a importância da responsabilidade civil no tocante há como pode ser assegurado a proteção e responsabilização dos dados sensíveis dos usuários na internet. Neste enredo, constatou-se que a LGPD trouxe consigo uma proteção e regulamentação acerca do tratamento dos dados sensíveis. Em que pese esta regulamentação, há que salientar a inobservância de muitos sites e aplicativos, sem contar que alguns agentes maliciosos desenvolvem sistemas já na intenção de captar os dados das pessoas. Com isso, a partir da aplicação da Lei foi possível ter uma maior facilidade na identificação destes indivíduos e assim então foi possível responsabilizá-los pelas práticas dos atos.

Há que ponderar que a Responsabilidade Civil é tratada na LGPD e a responsabilização administrativa escopo desta pode ocorrer concomitante a responsabilização civil, com a reparação por perdas e danos, inobstante serem esferas diferentes, mas terem o mesmo fato gerador: a violação aos dados pessoais.

Em termos gerais esta Lei é tida como um marco de muita relevância para o ambiente digital. É necessário frisar que o referido dispositivo vem sendo empregado no ambiente digital de maneira geral, sendo que, muitos casos de evasão de dados e crimes cibernéticos, só foram possíveis de punir graças a esta lei, contudo, assim como a legislação vem se aperfeiçoado, os criminosos e hackers também estão buscando cada dia mais criar mecanismos que fujam da visão do fiscal ou que apenas passem despercebidos. Com isso, é notório a necessidade de investimento nessa área, para que mais pessoas possam ser responsabilizadas pelas suas atitudes errôneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 out. de 2023.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 30 de jan de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 abril de 2014. Marco Civil da Internet**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 25 out. 2023.

CAPANEMA, Walter Aranha. **A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados**. Cadernos Jurídicos: Direito Digital e proteção de dados pessoais, ano, v. 21, p. 163-170, 2020.

CONTEUDO, Equipe Flowti. **Conheça as principais sanções para quem descumpre a LGPD**. 2023. Disponível em: <https://flowti.com.br/blog/conheca-as-principais-sancoes-para-quem-descumpre-a-lgpd#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20nos%20casos%20de%20m%C3%A1,teto%20de%20R%24%2050%20milh%C3%B5es>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CORREA, Matheus de Melo. **Responsabilidade civil: o que é, como funciona e o que os advogados precisam saber**. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/responsabilidade-civil/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DE PAULA MAIMONE, Flávio Henrique Caetano. **Responsabilidade Civil na LGPD**. Editora Foco, 2021.

DUQUE, Waleska Estrada Vieira. **A privacidade no ambiente cibernético: Direito fundamental do usuário**. Revista da Esmec, Santa Catarina, v.24, n.30, p. 197-217, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v24i30.p197>. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/

doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-ESMESC_30.09.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

FERREIRA, Rafael Freire. **Autodeterminação informativa e a privacidade na sociedade da informação**: atualizado com a Lei no 14.460, de 2022 e a Lei no 13.853, de 2019/ Rafael Freire Ferreira. - 5. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.

GODINHO, Adriano Marteleto; NETO, Genésio Rodrigues Queiroga; TOLÊDO, Rita Cássia Moraes. **A responsabilidade civil pela violação a dados pessoais**. Revista IBERC, v. 3, n. 1, 2020.

HAMADA, Hélio Hiroshi; , Lilian Noronha Nassif. **PERSPECTIVAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DE SMART CITIES: desafios e oportunidades para as organizações policiais**. Perspectiva em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 189-213, jul./dez. 2018. Disponível em: . Acesso em: 25 out.. 2023.

MARCELINO, Carolina. **Empresas vendem dados do consumidor na internet**: Basta o cliente preencher um cadastro em uma loja para que suas informações sejam repassadas para outras empresas sem autorização. A prática viola a privacidade e abre espaço para indenização caso a pessoa se sinta lesada. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/blogs/jt-seu-bolso/2011/02/05/empresas-vendem-dados-do-consumidor-na-internet/>>. Acesso em: 25 out. 2023

MARTELETO, Regina Maria. **REDES SOCIAIS, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE 20 INFORMAÇÕES: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação**. BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 out. 2023.

MULTHOLLAND, Caitlin. **Responsabilidade civil por danos causados pela violação de dados sensíveis e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (lei 13.709/2018)**. 2021. 19 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Departamento de Direito da PUC Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/07/IBERC_Responsabilidade-civil-e-dados-sensi%CC%81veis.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

SURVEILLANCE SELF-DEFENSE. **O que eu deveria saber sobre criptografia?**. Disponível em: <https://ssd.eff.org/pt-br/module/o-que-%C3%A9-criptografia>. Acesso em: 15





TOMO III

RACISMO ALGORÍTMICO: A NEUTRALIDADE ALGORÍTMICA QUESTIONÁVEL E AS OFENSAS A DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS AMBIENTES VIRTUAIS

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402894>

MORIS MARQUES DA SILVA

Bacharel em Direito pela Faculdade UNIME; Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá; Pós-graduado em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale; Servidor Público do Estado da Bahia; Professor de cursos preparatórios para concursos; Assistente Jurídico. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6630982536777748>.
E-mail: moris09@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O século XXI, século da era da tecnologia, trouxe consigo ferramentas tecnológicas que estão presentes em diversos dispositivos capazes de cumprir tarefas que influenciam diretamente no contexto da vida em sociedade. Nesse diapasão, emana uma expectativa de que os sistemas que controlam tais dispositivos operam sob métricas neutras, oriundas desses programas informáticos, os quais, supostamente, não sofreriam influências de parcialidades humanas (Ferreira, 2022).

Fato é que, tais programas, quando respondem aos conjuntos de algoritmos para cumprimentos de tarefas, executam comandos oriundos de programadores, os quais são seres humanos que já carregam consigo uma carga significativa de valores sociais e morais (Silva, 2020). Assim, a extração interpretativa de que os programas informáticos são imparciais pode revelar-se falsa, gerando desdobramentos que vão além de simplesmente cumprir tarefas cotidianas e solucionar problemas de forma prática e objetiva (Rodrigues; Chai, 2023).

Paralelo a esse contexto, percebe-se uma linha ascendente acerca da utilização de dispositivos tecnológicos por toda a sociedade e, paulatinamente, setores variados da vida humana movem-se sob influência das atuais ferramentas tecnológicas. Exemplos como reconhecimento facial, conteúdo específico recomendado nas linhas do tempo das variadas mídias sociais, biometria digital, entre outros são inseridas rotineiramente em sistemas de computadores e smartphones (Silva, 2020).

Ocorre que, todo esse aparato tecnológico, em uma perspectiva superficial, visa facilitar a vida em sociedade. Porém, analisando com certa cautela, observa-se inúmeros relatos de problemas dessas aplicações que constantemente eclodem associados a algum contexto discriminatório ligado a raça, gênero, classe social e afins (Silva, 2020). É dessa seara que surge a necessidade de analisar os efeitos discriminatórios causados pelos algoritmos racistas.

De acordo com o Noble (2018), para buscar empreender um discurso crítico negando que a Internet seja um ambiente totalmente democrático, basta assimilar a “racialização tecnológica” como sendo um salutar framework para denunciar a opressão algorítmica existente nesses ambientes digitais.

Nessa esteira, apesar da era da informação ter conduzido a humanidade a significativas evoluções tecnológicas, visando otimizar a vida em sociedade, é evidente que ainda persiste práticas racistas dentro das programações inseridas em algoritmos. Estes, em sua gênese, são manipulados por seres humanos que eventualmente elegem privilégios para pessoas brancas, em detrimento de pessoas negras, nesses diversificados espaços virtuais (Rodrigues; Chai, 2023).

Desta forma, a presente pesquisa busca fomentar uma reflexão crítica, sem a pretensa intenção de esvaziar todas as possíveis alternativas com uma única solução, mas dar sequência a uma pesquisa acerca do conteúdo, posicionando-se diante dos pormenores disponíveis no painel legislativo infraconstitucional e considerando as orientações presente na Constituição, sempre cotejando com o enfrentamento ao racismo algorítmico em face da sociedade da informação.

Insta salientar que este fenômeno, conhecido como racismo algorítmico, suscita questões fundamentais sobre justiça, equidade e proteção dos direitos individuais no contexto das tecnologias digitais. Diante disto questiona-se: em nosso ordenamento jurídico temos leis capazes de combater esse problema gerado pelos algoritmos racistas que, ao processarem conjuntos de dados historicamente enviesados, podem perpetuar e intensificar a discriminação racial?

Portanto, o objetivo deste trabalho é investigar os aspectos sociais que circundam o conceito de neutralidade dos algorítmico e os impactos causados pelas métricas discriminatórias, sob a perspectiva de princípios do direito constitucional, visando contribuir para o desenvolvimento de abordagens legais e políticas que mitiguem os efeitos prejudiciais causados pelos algoritmos racistas. Para além disso, especificamente, pretende-se:

analisar a suposta neutralidade dos algoritmos, bem como casos emblemáticos de discriminação algorítmica.

avaliar brevemente as possíveis legislações existentes que, aliando-se com princípios constitucionais, regulamentem as relações no âmbito digital.

propor recomendações para políticas públicas e regulamentações que abordem o racismo algorítmico de maneira eficaz.

Este estudo visa preencher lacunas acadêmicas e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias jurídicas que assegurem

a equidade, a justiça e o respeito aos direitos fundamentais no ambiente digital, alinhando-se aos princípios constitucionais que regem o ordenamento jurídico brasileiro.

O presente artigo utilizou o método dedutivo que parte do geral para o particular, expondo de forma sucinta o tema abordado. Optou-se pela pesquisa descritiva. No momento da coleta dos dados, optou-se pela pesquisa transversal. Tratou-se de uma pesquisa não experimental, posto não haver manipulação das variáveis. Os instrumentos da pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, utilizando-se artigos, teses, leis, dissertações, produções doutrinárias e jurisprudências. Realizou-se a pesquisa qualitativa, posto que foi realizada uma análise interpretativa.

2 RACISMO ALGORÍTMICO: CONCEITO E SUA APARENTE NEUTRALIDADE DIGITAL

Preliminarmente, cumpre apresentar o entendimento basilar sobre Algoritmo. Nessa seara, destaca-se que o termo algoritmo é um conceito nuclear no mundo computacional, uma verdadeira lógica bem peculiar que direciona a maneira como os programas informáticos irão agir. Basicamente, a literatura define algoritmos como uma série de passos para execução de uma tarefa que é descrita de forma precisa para que um computador possa executar (Cormen, 2013). Esta é a razão pela qual os algoritmos são equiparados a tarefas rotineiras da vida comum, tal como, uma receita de bolo, nas palavras de Araújo (2017, p. 84), “como um método formal para realização de tarefas cotidianas”.

Nesse contexto, as práticas contemporâneas, em torno de ferramentas digitais, ganharam muita notoriedade adquirindo espaço na rotina das pessoas em gerais. É nessa toada de avanço nas aplicações dos algoritmos que surge a importância de discutir os efeitos das transformações sociais que a internet proporcionou na última década, tal como quando da eleição de técnicas algorítmicas para mediar as experiências vivenciadas no mundo virtual (Sandvig, 2014; Rieder, 2018).

Após a análise conceitual, volve-se agora a atenção para destacar que os dispositivos tecnológicos, mesmo tendo capacidade de executar tarefas de

forma autônoma, há, na retaguarda dessas atuações, ingerências humanas, que através de programadores inserem códigos fontes que ditarão as linhas de comandos programáticos que esses dispositivos irão seguir. É exatamente nesse contexto que as práticas racistas, que circundam o “mundo real”, são conduzidas para os espaços virtuais e ganham a concretude dos cenários sociais discriminatórios existentes.

Sobre tal afirmação, Broussard acerca dos algoritmos:

São desenhados por pessoas e pessoas incorporam seus vieses inconscientes nos algoritmos. É raramente intencional – mas isso não significa que não devemos responsabilizar os cientistas de dados. Isto significa que devemos ser críticos e vigilantes sobre as coisas que podem dar errado (2018, p. 289).

Importa relatar que os países do norte do globo, formados majoritariamente por pessoas brancas, são responsáveis pelas produções das técnicas baseadas em aprendizagem das máquinas, as quais são utilizadas no cotidiano das variadas sociedades (Metz, 2019).

Os padrões elegidos por homens brancos, historicamente, são os que predominam nos ambientes tecnológicos de tomada de decisão (Broussard, 2018), apesar disso, o discurso público das empresas que atuam neste ramo é de buscar sempre favorecer a diversidade em suas aplicações (Rushe, 2014). Nessa toada, cabe lembrar o relatado por Noble (2018, online, tradução nossa), em 2017, que levou a conhecimento público um manifesto “antidiversidade” subscrito por funcionários da empresa Google:

[...] as próprias pessoas que estão desenvolvendo algoritmos e arquitetura dos sistemas de busca estão dispostas a promover abertamente em seu trabalho atitudes sexistas e racistas, enquanto devemos acreditar que esses mesmos funcionários estão desenvolvendo ferramentas de tomada de decisão que são “neutras” ou “objetivas”.

Aliado a tudo isso, corroborando para a afirmação de que essas tecnologias podem representar um alto risco para a potencialização das desigualdades, um estudo foi realizado em 2018, pelo instituto AI Now, no EUA, e classificou como desastrosa a ausência de diversidade no âmbito de desenvolvimento da inteligência artificial (Wired, 2019). O que nos leva a concluir que, com a ausência de práticas que beneficie as diferenças, o racismo estrutural ganha força e aflige ainda mais a minorias vulneráveis.

Nessa perspectiva, casos emblemáticos que ilustram bem esse contexto de discriminação racial, no ambiente digital, causado pelos algoritmos, são, por exemplo, o que Silva (2019, online) denuncia que ao fazer uma “busca por ‘garotas negras’ resulta em conteúdo pornográfico” no buscador do Google. No mesmo ano, em 2019, em matéria divulgada pela UOL, foi relatado pela jornalista Nathália Geraldo, que quando da busca, no mesmo buscador da empresa Google, “pela frase ‘mulher negra dando aula’ no campo de Imagens, no Google, leva a conteúdo pornográfico” (2019).

Retornando na linha do tempo, em 2014, o jornal diário britânico, The Guardian, publicou uma reportagem que relatava que a aplicação Googlephotos associava pessoas de peles negras a gorilas (Silva, 2019; The Guardian, 2015). Em outro caso emblemático, o aplicativo “FaceApp”, desenvolvido pela empresa russa Wireless Lab, que ficou muito famoso pelas suas variedades de filtros disponíveis para os usuários usufruir em suas “*selfies*”, associava o padrão de belo a peles brancas, e, por isso, embranquecia os rostos dos usuários quando do uso do aplicativo (Silva, 2019).

Esses exemplos, brevemente analisados, vão ao encontro do que defende Noble (2018, online) “as narrativas dominantes do Google refletem os tipos de noções e estruturas hegemônicas que, muitas vezes, mulheres e pessoas de cor buscam combater”.

Nesse viés, resta claro que a suposta neutralidade afirmada acerca dos algoritmos são falsas, tendo em vista os inúmeros relatos de ofensas raciais que afetam os direitos fundamentais das pessoas vulneráveis, vezes disfarçadamente outras explícitas, que são detectadas nos mais variados canais digitais.

De acordo com Daniels (2009), a branquitude enxergou na grande rede a possibilidade de obter um espaço totalmente dominado por eles, criando

uma verdadeira hegemonia e imune da diversidade social e, assim, criar um campo fértil para a propagação de seus ideais preconceituosos e racistas.

A definição conceitual de branquitude é apresentada por Maria Aparecida Silva Bento:

[...] um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras (Bento, 2002, p.7).

E neste desenrolar, as práticas discriminatórias manifestam-se entre seus desenvolvedores e usuários, proporcionando um ambiente totalmente hostil para usuários que não se enquadram em seus parâmetros. Vale deixar claro que as práticas racistas não acontecem livremente e de maneira desordenada, ao revés, ocorrem “de maneira organizada e sistematizada, com o privilégio e o poder político, cultural, e econômico voltado para os brancos” (Tynes *et al*, 2018).

Dessarte, a suposta noção de que os algoritmos são completamente neutros e livres de orientações preconceituosas, contendo apenas reproduções imparciais completamente apartidárias, torna-se incompatível com as práticas enviesadas, inseridas nos variados sistemas contidos em dispositivos, com imperativos totalmente voltados ao interesse da supremacia branca, proporcionando uma verdadeira seletividade imperialista dentro do âmbito virtual.

3 ANÁLISE DO CENÁRIO LEGAL PERANTE ÀS VULNERABILIDADES DIGITAIS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS ORIUNDOS DOS ALGORITMOS RACISTAS

Diante do cenário de discriminação racial algorítmica, cabe refletir acerca das possibilidades normativas aptas ao enfrentamento das manifestações preconceituosas que afetam a dignidade da pessoa humana. Nesse

liame, questiona-se em que grau o ordenamento jurídico está preparado para combater os desrespeitos ocasionados pelos vieses algorítmicos que demanda uma legislação específica.

Nessa toada, analisando em uma primeira perspectiva, observou-se que o código penal, norma geral, vigente não estava apto a combater os ilícitos virtuais que a transformações trazidas pelo uso desregrado da grande rede proporcionou. Tendo em vista que os dispositivos legais convencionais não eram capazes de fazer frente aos ilícitos violadores de direitos humanos fundamentais praticados nos espaços virtuais. Assim, chega-se à conclusão pela demanda de legislações especializadas para regulamentar as relações nos ciberespaços.

Nesse interim, o Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014, surge após a necessidade de se garantir uma privacidade no contexto de processamento de dados, haja vista a ausência de normatização que garantisse uma eficácia na proteção de direitos básicos quando do uso da internet (Magrini, 2019, p. 73).

O diploma legal surgiu num contexto instabilidade política internacional, quando na oportunidade descobriu-se casos de espionagens estrangeiras realizadas pelos Estados Unidos, atacando vários sistemas governamentais e privados de inúmeras nações do globo, no qual o Brasil estava incluso. Diante de tal acontecimento, a sociedade civil pressionou o Governo Federal por uma resposta, e este, por sua vez, pressionou o Congresso Nacional para que buscasse regulamentar as práticas no âmbito virtual.

Fato é que o referido dispositivo desenvolvido não atendeu a demanda de maneira abrangente, ficando de lado a necessidade de regulação dos aspectos que protegeriam a neutralidade dos sistemas no mundo virtual (Magrini, 2019, p.78).

O Marco Civil da Internet, apesar de não ter se afigurado um instrumento normativo capaz de assegurar a neutralidade digital e garantir incolumidade de alguns outros direitos fundamentais básicos no mundo virtual, impulsionou a implementação de práticas participativas de governança aliada a uma organização racional neste seguimento, assim, criando meios de expansão de uso da internet e difusão de dados (Magrini, 2019, p. 78).

É inequívoco que o Marco Civil da Internet se apresentou como um instrumento legal que evidenciou a utilização das tecnologias como sendo um importante propulsor de evolução social, além de destacar também a importância de serviços públicos informatizados, sempre respeitando os preceitos constitucionais da publicidade e transparências das informações. Contudo, fica claro a carência de mecanismos de proteção à privacidade, liberdade de expressão e neutralidade dos sistemas.

Em decorrência da necessidade de suprir as pendências normativas remanescentes, negligenciadas pelo Marco Civil da Internet, no ano de 2018, o Congresso Nacional implementou um novo instrumento normativo, com objetivo, dentre outros, de suprir as lacunas normativas deixadas pela Lei n. 12.965/2014, dando origem a um novo instrumento legal denominado Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n. 13.709/2018.

O surgimento da LGPD se dá após um escândalo de vazamento de dados de usuários da rede social “Facebook”, que teriam sido coletados ilegalmente por uma empresa de consultoria política britânica, a Cambridge Analytica, caso este que mudou o nível de importância mundial dado ao tema. A atividade de coletar informações de usuários das redes, a fim de mapear as inclinações políticas e traçar verdadeiros perfis psicográficos, sem a devida autorização dos proprietários, motivou várias discussões políticas pelo mundo (Magrini, 2019, p. 91).

O supra referido instrumento legal focou em regulamentar as atividades de gestão de dados pessoais no que tange ao seu armazenamento, coleta, processamento e utilização em geral nos espaços virtuais e seus potenciais impactos no mundo não virtual (Lima, 2022). A LGPD se mostrou bem abrangente definindo o sentido de “dado pessoal”, inserindo posicionamentos político, crenças religiosas, traços biométricos e indicação de raça classificando-os como dados sensíveis.

Nessa perspectiva, analisa-se:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

II – dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. [...] (Brasil, 2018).

O enfoque positivado na Lei Geral de Proteção de Dados foi centrado na busca pela máxima efetividade, bem como tornar efetiva a proteção dos dados sensíveis.

Nessa perspectiva, o alinhamento dos preceitos contidos no instrumento infraconstitucional específico com os ditames constitucionais é evidente quanto ao balizamento de parâmetros a serem respeitados quando da manipulação de dados pessoais, isto sendo “aplicado tanto para entidades governamentais quanto para a iniciativa privada e demais organizações de cunho social e econômica” (Magrini, 2019, p.94).

Com vistas em superar fortuitas antíteses e garantir a proteção do direito fundamental à proteção de dados, identificando e reconhecendo esta proteção como um direito autônomo, o professor Ingo Wolfgang Sarlet destaca a viabilidade da previsão expressa no rol de direitos fundamentais e considera a Lei Geral de Proteção de Dados como um instrumento hábil a promover a integração e harmonização do propósito a ser alcançado (Sarlet, 2020, p.188).

Ainda vale salientar que o princípio da não discriminação, o qual veda tratamentos de dados com finalidades discriminatórias ilícitas e abusivas, também foi trazido para dentro da LGPD, como se segue:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

[...]

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; [...]
(Brasil, 2018, cap. I).

Partindo da análise dos pontos destacados acima, dentre outros contidos no instrumento normativo ora tratado, percebe-se que tal mecanismo legislativo tem como missão principal tutelar o livre desenvolvimento da personalidade, atrelando a uma atenção protetiva aos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

Contudo, verifica-se que, ainda assim, considerando as drásticas mudanças trazidas pelos vieses algorítmicos, para tutelar os interesses das pessoas negras, o mecanismo infraconstitucional trabalhado enfrenta obstáculos quando do confronto, dentre outros, com a complexa evolução das novas tecnologias direcionadas por ideais econômicos que garimpam dados pessoais constantemente.

Além do mais, ainda precisa combater os agravos causados por produções enviesadas, pois os algoritmos não são racistas sozinhos, tendo em vista que existem uma gama de possibilidades de desenvolvimentos, por parte dos programadores, de linhas com tendências racistas (Rodrigues; Chai, 2023).

Outrossim, a LGPD não se afigurou também como um mecanismo hábil a enfrentar a falta de representatividade nos polos de tecnologias que possam influenciar o seguimento da ciência digital e proporcionar uma diversidade no ramo das tecnologias digitais, com vistas a combater os algoritmos racistas em suas representações imperialista que beneficiam pessoas brancas nos ciberespaços (Lima, 2022).

Dessa forma, evidencia-se que uma legislação específica, pautada em combate às práticas de segregações raciais, é de fundamental importância na busca por uma modificação de padrões e narrativas elitistas no campo das mídias digitais.

Na opinião de pesquisadores do ramo de assuntos voltado ao combate das desigualdades raciais, dentre possíveis medidas de enfrentamento ao racismo, enegrecer as instituições, que atualmente é formada por uma maioria de pessoas brancas, seria necessário para enfraquecer o preconceito racial (Westin, 2020).

Portanto, não se pretendendo esgotar as possibilidades de sanar tal demanda com uma única alternativa, traçar estratégias de políticas públicas que abarque a participação no desenvolvimento e tomada de decisão, no campo do seguimento ora discutido, diretamente por programadores e desenvolvedores negros poderia ser uma alternativa viável a ser considerada para abrandar o ímpeto da hegemonia branca no mundo virtual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo buscou-se investigar os aspectos sociais que rodeiam o conceito de neutralidade algorítmica, sob uma perspectiva constitucional principiológica, visando contribuir para o desenvolvimento de abordagens legais e políticas que mitiguem os efeitos prejudiciais causados pelos algoritmos racistas.

Outrossim, (i) analisar a suposta neutralidade dos algoritmos, bem como casos emblemáticos de discriminação algorítmica; (ii) avaliar brevemente possíveis legislações existentes que, aliando-se com princípios constitucionais, regulamentem as relações no âmbito digital visando a proteção contra o racismo algorítmico; (iii) propor recomendações para políticas públicas e regulamentações que abordem o racismo algorítmico de maneira eficaz.

O estudo identificou que a noção de algoritmos “neutros” não se sustenta, haja vista o fato de que nos códigos fontes desenvolvidos por programadores por vezes são inseridos comandos enviesados que conduzem a práticas discriminatórias dentro do espaço digital.

Nessa propositura, os resultados investigatórios apontaram que apesar de existirem leis específicas que se alinham com os princípios fundamentais contidos na Constituição Federal, não se afiguram tais instrumentos capazes

de combater o racismo algorítmico que potencializa a segregação racial existentes no mundo digital.

Diante disso, conclui-se que ainda existe uma demanda por uma legislação específica, apta a combater o racismo algorítmico de maneira preventiva, elencando possibilidade de responsabilização tanto dos setores privados como dos setores públicos por possíveis prejuízos a usuários e não usuários.

Na perspectiva do que foi apresentado, confirma-se a hipótese levantada. Pois, os impactos sociais negativos causados pela natureza enviesada das tecnologias segregam grupos racializados no contexto das relações digitais, desaguando consequentemente em discriminações sistêmicas.

Sendo assim, este trabalho contribuiu para o conhecimento da necessidade existente de uma legislação específica acerca do combate preventivo aos algoritmos racistas que afetam grupos vulneráveis e causam sérios desequilíbrios sociais. Além de evidenciar que os algoritmos não são racistas de forma autônoma, mas que o desenvolvimento deste por programadores, com ideias enviesados, os tornam ferramentas discriminatórias.

Ademais, o presente trabalho também pretendeu gerar um estímulo a uma reflexão crítica, sem a pretensa intenção de esvaziar todas as possíveis alternativas com uma única solução, mas dar sequência a uma pesquisa acerca do tema, posicionando-se diante dos pormenores disponíveis no painel legislativo infraconstitucional e considerando as orientações presente na Constituição, sempre cotejando com o enfrentamento ao racismo algorítmico em face da sociedade da informação.

A problemática do racismo algorítmico é de alta complexidade, contudo vencer esse conflito não se trata de uma condução unilateral, demanda uma soma de esforços através de uma via que unam o confronto antirracista com vigilância eficaz e respeito adequando aos direitos fundamentais da população negra.

Dessa maneira, acolhendo o desafio de desenvolver alternativas institucionais adequadas para contestar os preceitos discriminatórios racistas, recorrer a doutrina e jurisprudência especializada se mostra mais uma alternativa a auxiliar nesse objetivo.

Por tanto, quando o tema é enviesamento discriminatório, não se vislumbra respostas simples para debates acerca dos limites da aplicação de algoritmos, dessa maneira, essa celeuma deve ser encarada com a cooperação dos mais variados setores abrangidos pela sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Willian Fernandes. **As narrativas sobre os algoritmos do Facebook: uma análise dos 10 anos do feed de notícias**. 2017. 315 f. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. (2018). **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 13 jan. 2024.

BROUSSARD, M. (2018). **Artificial unintelligence: How computers misunderstand the world**. MIT Press.

CORMEN, Thomas H. **Algorithms unlocked**. MIT Press, 2013.

FERREIRA, Levi Kaique. **Racismo algorítmico não é apenas sobre engajamento nas redes sociais**. 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/racismo-algoritmico-nao-e- apenas-sobre-engajamento-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

LIMA, Bruna Dias Fernandes. **Racismo algorítmico: o enviesamento tecnológico e o impacto aos direitos fundamentais no Brasil**. 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15173>. Acesso em: 28 dez. 2023.

MAGRANI, Eduardo. **Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade**. 2. ed. Porto Alegre. Arquipélago Editorial, 2019.

METZ, Cade. **The Gender Gap in Computer Science Research Won't Close for 100 Years**. The New York Times. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes>.

com/2019/06/21/technology/gender-gap-tech-computer-science.html. Acesso em: 4 jan. 2024.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York, NY: New York University Press, 2018.

RIEDER, Benhardt. **Examinando uma técnica algorítmica**: o classificador de bayes como uma leitura interessada da realidade. Parágrafo, v. 6, n. 1, p. 123-142, 2018.

RODRIGUES, Júlia Carvalho; CHAI, Cássius Guimarães. **Inteligência artificial e racismo algorítmico**: análise da neutralidade dos algoritmos frente aos episódios de violação de direitos nos meios digitais. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, v. 12, n. 118, p. 92-103, mar. 2023.

RUSHE, Dominic. **Twitter's diversity report**: white, male and just like the rest of Silicon Valley. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2014/jul/25/twitter-diversity-white-men-facebook-silicon-valley>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SANDVIG, Christian. **Seeing the Sort**: The Aesthetic and Industrial Defense of "The Algorithm". Journal of the New Media Caucus, [S.l.], 2014. Disponível em: <http://median.newmediacaucus.org/artinfrastructures-information/seeing-the-sort-the-aesthetic-and-industrial-defense-of-the-algorithm/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Proteção De Dados Pessoais Como Direito Fundamental Na Constituição Federal Brasileira De 1988**. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça, v. 14, n.42, p. 179-218, 2020.

SILVA, Tarcízio. **Linha do Tempo do Racismo Algorítmico**: casos, dados e reações. Blog do Tarcízio Silva, 2019. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais**: microagressões e discriminação em código. VI Simpósio Internacional LAVITS. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333700308_Racismo_Algoritmico_em_Plataformas_Digitais_microagressoes_e_discriminacao_em_codigo. Acesso em: 7 jan. 2024.

SILVA, Tarcízio. **Visão computacional e racismo algorítmico**: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. Revista da Associação Brasileira de

Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 12, n. 31, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/744>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SILVA, Tarcízio. **Google acha que ferramenta em mão negra é uma arma**. Blog do Tarcízio Silva, 2019. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/google-acha-que-ferramenta-em-mao-negra-e-uma-arma/>. Acesso em: 7 jan. 2024.

TYNES, Brendesha M.; LOZADA, Fantasy T.; STEWART, Ashley M. **From Racial Microaggressions to Hate Crimes: A Model of Online Racism Based on the Lived Experiences of Adolescents of Color**. Microaggression Theory: Influence and Implications, 2018.

WESTIN, Ricardo. **Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em: 9 jan. 2024.

WIRED. *Five Years of Tech Diversity Reports—and Little Progress*. 2019. **Disponível em:** <https://www.wired.com/story/five-years-tech-diversity-reports-little-progress/>. **Acesso em: 8 jan. 2024.**





TOMO IV

DESAFIOS E IMPACTOS DA LGPD NOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402910>

ÍCARO EMANOEL VIEIRA BARROS DE FREITAS

Docente da Faculdade UNEX de Itabuna/BA. Advogado. Mestrando em Direito – UFBA. Especialista em Direito Civil, D. Empresarial, D. Tributário e Direito Processual Civil (Faculdade de Direito Damásio de Jesus). Estudante-pesquisador no Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos dos Animais, Meio Ambiente e Pós-humanismo (NIPEDA/UFBA). Membro pesquisador do grupo Criminologia: Estudos e Teorias Macrossociológicas da Criminalidade Brasileira (IMES). Membro da Academia Grapiúna de Artes e Letras, cadeira n. 22. E-mail: iemanoel.ita@ftc.edu.br

NOEL SOARES GABRIEL

Estudante de Direito da Faculdade UNEX de Itabuna/BA.
E-mail: prnoelgabriel@gmail.com

VIVIANE SILVA DAS CHAGAS

Bacharela em Fonaudiologia pela UNEB. Bacharela em Direito pela UNEX. Pós-graduanda em Direito Religioso pela UNIEVANGÉLICA-IBDR. E-mail: viviane.chagas.adv@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia é um caminho sem volta. O Direito, assim como as várias áreas do conhecimento precisa acompanhar a evolução tecnológica que cresce exponencialmente ano após ano. Estamos diante de um processo de datificação das coisas em ritmo acelerado e sem possibilidade de retorno; não há espaço para “CTRL+Z”. Aperte o “F5”, novos dados foram atualizados desde a linha anterior e transitam em alta velocidade; as informações não param. Nessa perspectiva crescem – também exponencialmente – às violações a diversos direitos fundamentais, especialmente à privacidade das informações pessoais, os chamados dados sensíveis.

Diante desse avanço da tecnologia e esse contexto acentuado de uso indevido e abusivo de dados, surge a necessidade de legislações de proteções que abordem o direito à proteção de dados, colocando o dono – titular – do dado como participante do processamento das informações, visto que é o vulnerável da relação, estando ciente e consentindo com a utilização dos seus dados.

Nesse cenário surge a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), entrando em vigor em 18.09.2020, tendo como objetivo principal assegurar o tratamento adequado dos dados, garantindo a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento das pessoas. A LGPD deve ser encarada como um vasto campo de pesquisa a ser explorado pela advocacia. Ainda que o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil contemple deveres do advogado, a exemplo do sigilo profissional, a LGPD não contraria o código supracitado, sendo mais uma ferramenta de reforço à proteção das informações pessoais dos clientes. Ao

não implementar à LGPD em seu escritório, o advogado sujeita os titulares a ataques fraudulentos, invasões e outras vulnerabilidades.

Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo o teor da LGPD, especificamente, seu impacto sobre escritórios de advocacia, uma vez que sua aplicação e adequação é condição *sine qua non* para alcance da qualidade dos serviços prestados a seus clientes. Sendo imperioso relatar que, a inquietação dos pesquisadores resultou da seguinte questão problema: Quais seriam os impactos da LGPD nos escritórios de advocacia?

A partir da referida indagação, aponta-se como objetivo principal desta pesquisa analisar os impactos da LGPD nos escritórios de advocacia, tendo como recorte pesquisas publicadas na base de dados do “Google Acadêmico” e “Portal de Periódicos da Capes”, principalmente dos últimos cinco anos. Da indagação surgiu a hipótese de que a implementação da LGPD nos escritórios de advocacia no Brasil impõe desafios significativos, especialmente no que diz respeito à gestão de dados e às mudanças nas práticas de atendimento ao cliente. No entanto, a conformidade com a LGPD também oferece oportunidades para aprimorar a confiança dos clientes e a reputação dos escritórios, além de mitigar riscos legais. A eficácia da adaptação dependerá da compreensão adequada da legislação e da adoção de medidas proativas para garantir a proteção de dados pessoais.

A partir do objetivo principal, elencou-se como objetivos específicos: identificar os riscos legais que correm os escritórios de advocacia, se não estiverem em conformidade com a LGPD; investigar as obrigações específicas impostas pela LGPD aos escritórios de advocacia; propor um guia de boas práticas. Para alcançar os objetivos supra, empregou-se a metodologia de técnicas de pesquisa bibliográficas e documentais, com consulta de conhecimentos disponíveis a partir de obras doutrinárias, legislação e artigos, utilizando-se o estudo qualitativo. Portanto, o tema apresentado, os desafios e impactos da LGPD nos escritórios de advocacia, justificam-se para compreender os mecanismos jurídicos envolvidos no tratamento de dados pessoais exercido pelo advogado, visto que seu trabalho exige um conjunto de dados pessoais de seus clientes e terceiros.

Logo, este artigo traz um breve histórico do surgimento da proteção de dados; apresenta os riscos legais resultantes da não conformidade com a LGPD, identificados em pesquisas de temas semelhantes; discorre sobre as obrigações impostas pela LGPD; propõe um guia de boas práticas a ser observado pelos escritórios; e, por fim, tem-se as considerações finais.

2 LGPD: CONTEXTO E MARCOS HISTÓRICOS

A necessidade de privacidade é inata ao ser humano, e a proteção de dados pessoais é uma forma de garantir que esse direito tão natural e intrínseco seja exercido. Este direito é garantido por duas vias legais internacionais, quais sejam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Refere o art. 12º da DUDH: Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra estas intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei (ONU,1948).

O art. 17º do PIDCP, é considerado o dispositivo internacional mais importante no que tange ao respeito à privacidade em vigor no Brasil a partir de 06 de julho de 1992. Veja-se: 1. Ninguém será objeto de intervenções arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem de atenta dos ilegais à sua honra e à sua reputação. 2. Toda e qualquer pessoa tem direito à proteção da lei contra tais intervenções ou tais atentados. (Brasil,1992). Ambos os documentos supracitados foram elaborados em uma época em que o desenvolvimento tecnológico não era tão acentuado.

Segundo Doneda (2019), a informação passou a ser utilizada e manipulada de inúmeras formas através do incremento da capacidade de armazenamento de dados, e isso atraiu a atenção das instituições públicas e privadas, transformando-se em um dos pilares para um crescente número de relações, sobretudo econômicas. Ou seja, até determinado momento da história, a proteção jurídica existente era suficiente; com a demanda crescente

de armazenamento de dados, um maior controle, fiscalização e tratamento dos dados passou a ser necessário.

Lauser (2023) afirma que esse protagonismo que o fenômeno da informação obteve em todos os setores da sociedade, forçou o Direito não só a reconhecer a insuficiência dos dispositivos legais existentes, como a controvérsia em torno do tratamento de dados, o que exigiria um amadurecimento na maneira de lidar juridicamente com a questão e seus efeitos. Com o advento das redes sociais, intensificou-se a problemática da proteção de dados, vários países passaram a ter problemas de privacidade e segurança. E assim nesse cenário de vulnerabilidade e medo, surgem as leis de proteção de dados ao redor do mundo. Na União Europeia surge a GDPR (*General Data Protection Generation*), uma lei de proteção de dados para países da União Europeia aprovada em 2016, vigente a partir de 25 de maio de 2018, quando começaram as fiscalizações e aplicações de multas (Polhmann, 2019).

Segundo Pinheiro (2020), com a GDPR surge a necessidade de adequação de países e empresas que se relacionavam com a União Europeia, pois a GDPR exigia que possuísem legislação de mesmo nível de proteção de dados. Isto ocasionou um efeito “dominó”, sendo a GDPR um catalisador para o surgimento de outras leis de proteção de dados nos demais países. Brancher (2022), aponta o GDPR da União Europeia como o grande representante de um modelo de lei de proteção de dados aplicável a todos os tratamentos de dados, abrangendo a esfera pública e privada.

No contexto brasileiro, é importante destacar que anteriormente à LGPD, o ordenamento brasileiro já tratava do tema, ainda que de forma incipiente e pouco aprofundada, conforme se destaca nas próximas alíneas. Os dispositivos legais, a exemplo de CF/88, CDC/90, Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12572/2011), Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e outros que contemplavam a temática de proteção à privacidade e intimidade não foram revogados, mas complementados em um processo dialógico das fontes.

Dentre os dispositivos legais supracitados, um pequeno recorte do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), demonstra que a proteção à

privacidade e intimidade já era uma preocupação do legislador, assim como outros direitos:

Omissis

IX — é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X — são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; sigilo da correspondência e das comunicações;

XII — é inviolável o telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIV — é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

LXXII — conceder-se-á habeas data.

A Lei n. 13.709/18, LGPD, foi um avanço histórico no direito brasileiro, tendo sua origem no PLC 53/2018, aprovado por unanimidade pelo Plenário do Senado em julho de 2018 e sancionada em agosto de 2018 e em vigor a partir de 18 de setembro de 2018. Sendo aplicável mesmo a empresas com sede no exterior, desde que a operação de tratamento de dados seja realizada no território nacional (Brasil, 2020).

Segundo Ferreira (2022), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, consiste em um marco jurídico no Brasil, que tem como objetivo regular o tratamento de dados pessoais, seja por meio físico ou digital, de forma a garantir a proteção da liberdade e da privacidade enquanto direitos fundamentais. Que ao estabelecer e regular o tratamento de dados pessoais, qualquer pessoa, de direito público ou direito privado, deve obediência às regras estabelecidas, de forma a proporcionar ao titular do dado pessoal – pessoa física – o livre desenvolvimento de sua personalidade.

Corroborar com Ferreira, o Ministério Público Federal (2022) ao afirmar que:

A Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018), objetiva principalmente a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Tendo ainda como foco o estabelecimento de um cenário de segurança jurídica, na medida em que promove a padronização de regulamentos e práticas com vistas a proteger dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais existentes.

De acordo com os parâmetros internacionais, visto que a LGPD é fortemente inspirada pela *General Data Protection Regulation* (GDPR), para proteger os dados dos cidadãos europeus e aprovada pela União Europeia no ano de 2016. Lauser *apud* Teffé (2019), corrobora que:

Ao estabelecer padrões mais altos para a proteção de dados pessoais, o regulamento europeu serviu como modelo referencial para que países como o Brasil o utilizassem como base tanto na interpretação e aplicação de suas legislações nacionais quanto na própria elaboração de um código acerca da temática. Para assim, estarem de acordo com o fluxo de informações e convergências derivadas de diplomas em nível internacional.

Dessa forma, com a LGPD, o Brasil passa a ter regras de Privacidade e Proteção de Dados compatíveis com as mais avançadas regulações do mundo, conforme próximo subtópico.

3 DOS PRINCÍPIOS DA LGPD APLICADOS NO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Ao abordarmos os princípios que direcionam a LGPD, é importante destacar que existe um que serve de esteio para todos os outros. Referimo-nos à boa-fé, princípio enunciado no *caput* do art. 6º. Segundo a LGPD, toda a atividade de tratamento de dados deverá observar a boa-fé:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

✓ Princípio 1 - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades; ✓ Princípio 2 - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento; ✓ Princípio 3 - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados; ✓ Princípio 4 - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais; ✓ Princípio 5 - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; ✓ Princípio 6 - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial; ✓ Princípio 7 - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

✓ Princípio 8 - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
✓ Princípio 9 - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos ✓
Princípio 10 - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas. O acesso aos dados pessoais é normatizado e somente pode ser realizado se o titular dos dados der seu consentimento explícito para realização de atividades específicas, a não ser que o tratamento se enquadre em: cumprimento de leis, tanto da atividade privada do controlador quanto da administração pública; realização de estudos por órgão de pesquisa; exercício de direitos contratuais ou judiciais; quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular; proteção da vida ou integridade física do titular ou terceiros; tutela da saúde do titular; garantia de prevenção à fraude ou segurança do titular e para a proteção do crédito (BRASIL, 2018).

Portanto, é justamente essa boa-fé que norteia os demais princípios, que também deverá ser observada na prática jurídica dos advogados e na relação com seus clientes.

Outrossim, em relação ao princípio da finalidade (1) os escritórios de advocacia precisam revisar e, se necessário, atualizar suas políticas de privacidade para garantir que estejam em conformidade com os requisitos da LGPD. Isso inclui a definição clara dos propósitos para os quais os dados pessoais são coletados e processados. No que tange ao princípio da adequação (2), é de grande relevância, pois estabelece que o tratamento de dados pessoais seja adequado ao propósito para o qual os dados foram coletados, ou seja, que haja uma correspondência entre a finalidade do tratamento e a natureza dos dados requisitados, guardando estreita relação com o princípio da finalidade.

Nessa senda de observância dos princípios, tem-se o da necessidade (3), o qual precisa ser observado pelos escritórios de advocacia, pois é fundamental limitar a coleta de dados pessoais ao necessário para a prestação de serviços legais. Imprescindível evitar a coleta de informações excessivas que não são essenciais para a representação legal ou para cumprir outras finalidades legítimas.

O princípio do livre acesso (4) destaca que os titulares dos dados têm o direito de confirmar a existência de tratamento de seus dados pessoais e o acesso facilitado a essas informações. Para escritórios de advocacia, isso implica que os clientes têm o direito de solicitar e receber informações sobre como seus dados estão sendo tratados.

Outro princípio a ser abordado é o princípio da qualidade dos dados (5), que destaca que os titulares dos dados têm o direito de confirmar a existência de tratamento de seus dados pessoais e o acesso facilitado a essas informações. Para escritórios de advocacia, isso implica que os clientes têm o direito de solicitar e receber informações sobre como seus dados estão sendo tratados.

O princípio da qualidade dos dados tem relação direta com o princípio da transparência (6), pois esse também preconiza que os Escritórios de Advocacia devem fornecer informações claras e compreensíveis sobre como os dados pessoais são coletados, processados e utilizados nos serviços jurídicos.

Nessa toada não podemos deixar de dialogar com o princípio da *segurança da informação* (7), tendo em vista a sua essencialidade para advocacia. Pois os Escritórios devem implementar medidas técnicas e organizacionais para salvaguardar os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos ou perdas, garantindo a confidencialidade e integridade das informações. Quanto ao princípio da *Não Discriminação* (8), a advocacia deve garantir que o tratamento de dados pessoais não resulte em discriminação injusta ou ilegal. Isso é particularmente importante ao lidar com informações sensíveis relacionadas a casos jurídicos.

O princípio da *Prestação de Contas* (9), por sua vez, traz como foco de atuação aos Escritórios de Advocacia designar um encarregado de proteção de dados, com fito de implementar políticas internas e inventariar as práticas de tratamento de dados para demonstrar conformidade e responsabilidade.

Em resumo, a relação entre os princípios da LGPD e a prática da advocacia destaca a necessidade de transparência, proporcionalidade, responsabilidade e segurança no tratamento de dados pessoais, contribuindo para a proteção da privacidade dos clientes e a conformidade legal. Bases fundamentais para o exercício da prática da advocacia no enfrentamento e mitigação dos riscos decorrentes das não conformidades com a Lei que abordamos no presente trabalho de pesquisa.

4 OS RISCOS LEGAIS QUE CORREM OS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Segundo Hallberg (2021) mudar uma cultura empresarial não é algo fácil, especialmente por conta da necessidade de investimento financeiro. O autor destaca que as empresas acabam por não se proteger e assumem o risco pelo resultado negativo.

Lima (2020) afirma que apesar de o ordenamento jurídico já tratar da proteção de dados de pessoas naturais, ainda assim há uma preocupação acerca dos impactos da LGPD sobre as empresas. E isto decorre de uma ética empresarial pobre, que não preza pela conformidade e observância de leis, pois de outra sorte, não haveria necessidade de se criar a LGPD. Ou seja, não há uma cultura de integridade; a prioridade não é compliance, conformidade, adequação. Os escritórios de advocacia se enquadram nesse conjunto, ainda que norteados por Código de Ética e Disciplina da OAB e Estatuto da OAB.

Não há que se falar que a advocacia passou a sujeitar-se ao sigilo profissional e a respectiva confidencialidade dos dados pessoais de seus clientes apenas a partir da LGPD, uma vez que já existia um regramento que estabelecia esta obrigatoriedade, conforme se depreende dos artigos 25 a 27 do Estatuto da OAB. Em consonância com esse entendimento Paulo Lobo, ao abordar o sigilo profissional, assevera que:

É do interesse geral que cada pessoa humana, empresa ou entidade tenha assegurado que o de mais íntimo e reservado recebido pelo advogado não extravase para o espaço público. É do interesse da administração da justiça, para que esta não seja comprometida, que pessoas, empresas e entidades não soneguem informações ao seu defensor, com receio de vê-las divulgadas (LOBO, 2022, p. 85)

Feita esta ressalva, é imperioso evidenciar que, de acordo com as fontes pesquisadas na base de dados do Google Acadêmico e Portal Capes, bem como o que assevera o art. 52 da LGPD, os riscos legais que correm os escritórios de advocacia, por não estarem em conformidade com o referido diploma legal, são os mais variados. Podemos citar como exemplo de risco legal, a aplicação de multas significativas para empresas e organizações que não estejam em conformidade. As multas podem chegar a 2% do faturamento anual da empresa, limitado a R\$ 50 milhões por infração. As multas podem ser ainda maiores em casos graves de não conformidade (art. 52, II, Lei n. 13.709/18).

Compulsando esse art. 52, no inciso XI, § 2º, é possível constatar que além das multas, os escritórios de advocacia podem ser responsabilizados civil e penalmente por danos causados a indivíduos devido ao tratamento inadequado de seus dados pessoais. Isso pode resultar em ações judiciais por perdas e danos, nas quais a empresa pode ser obrigada a pagar indenizações.

Não obstante, além dos desdobramentos na esfera administrativa, civil e penal, existem as consequências comerciais. Pois a partir do momento que um Escritório de Advocacia ensejar na falta de conformidade com a LGPD, poderá prejudicar significativamente a sua reputação. A percepção de que a privacidade e a segurança dos dados pessoais não são respeitadas pode afastar clientes e minar a confiança no escritório. Esses clientes e, mais especialmente aqueles que são empresas, estão cada vez mais atentos à privacidade de dados. A não conformidade com a LGPD pode resultar na perda de clientes que buscam escritórios de advocacia que estejam em conformidade com as regulamentações de privacidade.

Diante desses desafios impostos, que eclodem dos acontecimentos sociais, tais como: velocidade de difusão do conhecimento, internet, redes sociais e fraudes/crimes cibernéticos, os Escritórios de Advocacia precisam enviaar esforços para que não fiquem sujeitos as repercussões negativas, mas antes tenham estabelecido um guia de boas práticas. Soler (2022), adverte que a LGPD não traz um detalhamento em sua redação acerca da exata forma ou modelo de como elaborar os documentos jurídicos a serem aplicados. Logo, a existência de um guia de boas práticas consiste em instrumento facilitador da rotina do operador do direito, não apenas no sentido de blindá-lo de sanções, mas principalmente para que atue com a máxima responsabilidade, decoro e ética exigidas para o exercício dessa profissão.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Em face dos desafios impostos, a partir dos acontecimentos sociais, e alheios ao nosso controle, quais sejam: velocidade de difusão do conhecimento, internet, redes sociais e fraudes/crimes cibernéticos, no centro de tudo isso a atividade advocatícia está atrelada, invariavelmente, à proteção de dados. Doneda (2011) corrobora com essa ideia, ao enfatizar os direitos do cidadão cliente, ao passo que também destaca os deveres/obrigações das organizações:

- Deve existir um meio para um indivíduo evitar que a informação a seu respeito colhida para um determinado fim seja utilizada ou disponibilizada para outros propósitos sem o seu conhecimento.
- Deve existir um meio para um indivíduo corrigir ou retificar um registro de informações a seu respeito.
- Toda organização que estruture, mantenha, utilize ou divulgue registros com dados pessoais deve garantir a confiabilidade destes dados para os fins pretendidos e deve tomar as devidas precauções para evitar o mau uso destes dados (DONEDA, 2011, p - 100).

E especialmente essa relação cliente x empresa vem a ser o foco desta discussão, pois com o advento da LGPD, os direitos dos indivíduos à proteção

de suas informações pessoais passaram a ser mais bem protegidas. De outro lado temos os Escritórios de Advocacia que passaram a ter diretrizes mais específicas e previsões de sanções para o descumprimento desse regramento.

Isto posto, depreende-se dessa discussão a existência de iminentes riscos a esses Escritórios, sejam prejuízos financeiro ou danos a suas reputações. Para tanto, se faz necessário pautar sua prática em princípios trazidos pela LGPD, tais como: finalidade, adequação, transparência, prestação de contas, entre outros.

Logo, os Escritórios de Advocacia precisam envidar esforços para que não fiquem sujeitos as repercussões negativas, mas antes tenham estabelecido um guia de boas práticas que os ajudem a não somente blindar-se de sanções, mas principalmente para que atuem com a máxima responsabilidade, decoro e ética exigidas para o exercício dessa profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a LGPD trouxe desafios e impactos importantes nos escritórios de advocacia por ocasião do seu advento e vigência, visto que o sumo do trabalho do advogado implica informações sigilosas, personalíssimas (dados pessoais de clientes e terceiros), e que requer proteção e confiabilidade.

Para melhor compreensão do tema tratamos brevemente dos avanços tecnológicos, especificamente da rede global de informações, estabelecendo um detalhamento do lapso temporal, uma contextualização do surgimento de leis de proteção de dados, direito de privacidade ao redor do mundo e no Brasil. Buscou-se também estabelecer aspectos principais dos princípios da LGPD, tendo sido norteadores de ações práticas recomendadas e a serem aplicadas nos escritórios de advocacia. Destacou-se o *princípio da boa-fé* como o piso que acomoda todos os demais e que torna possível uma relação ética entre advogado e cliente.

Entendendo que o ambiente de trabalho do advogado é uma central de armazenamento de dados e informações de pessoas, e que a possibilidade de um vazamento de dados consiste em um prejuízo tanto para o cliente e/ou terceiro que tem os seus dados expostos, quanto para a imagem do escritório de advocacia, então não há objeções quanto à necessidade de mudanças imediatas,

independentemente das sanções previstas em lei; ainda que funcionem como incentivos ao cumprimento.

Em que pese já existir um código de ética para o exercício da profissão de advogado, percebeu-se que a LGPD é uma legislação muito mais completa, abrangendo as inovações tecnológicas do presente. Dessa forma é indeclinável que os escritórios de advocacia se adequem à LGPD, estabelecendo políticas de privacidade, documentação de processos de tratamento de dados pessoais, implementando medidas de segurança de dados, melhorando seus contratos e termos de consentimentos. Ainda, ofertando treinamentos e capacitação de seus funcionários, tendo em vista que o primeiro passo rumo a uma cultura de proteção de dados, começa com a identificação dos atores, estabelecimento de funções a partir dos níveis de conhecimento na corporação.

As adequações sinalizadas ao longo deste trabalho requerem investimento financeiro por parte das empresas de advocacia, o que muitas vezes representa a barragem do processo ou mesmo sua implantação parcial. O que as pesquisas demonstram é que a LGPD proporciona duradouros aspectos positivos às empresas, traz consigo lucidez, clareza e transparência ao processamento de dados, e logo será um diferencial de mercado, quiçá um filtro de quem desaparecerá e quem se estabelecerá.

Ao longo deste artigo, os autores se preocuparam em contribuir com os profissionais envolvidos, percorrendo sobre ações importantes a serem aplicadas, visto que a intenção do trabalho não era apenas de identificar desafios e impactos, mas de apontar soluções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Promulgação. **Lex**: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Brasília, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20.out.2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 59-64, 15 ago. 2018.

BRASIL.Senado Federal. Lei Geral de Proteção de Dados entra em vigor. **Senado Notícias.**2020. Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/18/lei-geral-de-protecao-de-dados-entra-em-vigor>. Acesso em: 08.nov.2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. O que é a LGPD? Brasília,2022. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/o-que-e-a-lgpd>> Acesso em: 11.out.2023.

BRANCHER, P.R. Proteção internacional de dados pessoais. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). **Tomo: Direito Internacional.** Cláudio Finkelstein, Clarisse Laupman Ferraz Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/496/edicao-1/protecao-internacional-de-dados-pessoais>. Acesso em:17. out. 2023.

DONEDA, D. **A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental.** Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL], 12(2), 91–108, Joaçaba, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315>. Acesso em: 17.out. 2023.

DONEDA, D. **Da privacidade à proteção de dados pessoais: fundamentos da Lei geral de proteção de dados.** São Paulo: Revista dos Tribunais,2019.

FERREIRA, Rafael Freire. **Manual Objetivo de Direito Administrativo.** 3. ed. Londrina: Thoth Editora, 2022. 390.p.

HALLBERG, F.B. **Gestão de arquivos em nuvem na era da LGPD com enfoque em um escritório de advocacia.** Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/13546/1/FERNANDO_BOTTEGA_HALLBERG-%5b68352-685-5-953491%5dEstudo_de_Caso_-_GestAo_em_Ti_-_2021_-_Fernando_Bottega_Hallberg.pdf. Acesso em: 14.out.2023.

LAUSER, S.L. **A Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos nos Escritórios de Advocacia**. 2023. 62f. (Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/262700>. Acesso em: 14.set.2023.

LIMA, A.C. **LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados**. Sua empresa está pronta? São Paulo, SP: Literare Books International, 2020.

LÔBO, Paulo Luiz N. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. São Paulo. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555593716. p. 85.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em : < <http://www.onu-brasil.org.br/documentos%20direitos%20humanos.php>. Acesso em : 03.nov.2023.

PINHEIRO, P.P. **Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 3.709/2018 (LGPD)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 152 p.

POHLMANN, S.A. LGPD Ninja. **Entendendo e implementando a Lei Geral de Proteção de Dados nas empresas**. Editora Fross, 2019. 308 p.

SOLER, F.G. **Proteção de dados: reflexões práticas e rápidas sobre a LGPD**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.





TOMO V

**A COLISÃO ENTRE A TRANSPARÊNCIA
ADMINISTRATIVA E O DIREITO FUNDAMENTAL
À PROTEÇÃO DE DADOS: DESAFIOS PARA A
REVELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS APROVADOS
EM CERTAMES PÚBLICOS**

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402942>

BRUNO RAMOS DE ANDRADE

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

E-mail: bruno8922.br@gmail.com

GUILHARDES DE JESUS JÚNIOR

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Professor Titular do
Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Santa
Cruz (UESC); E-mail: guilhardenes@uesc.br

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a tutela dos direitos fundamentais deve ser considerada como prioridade por todos os integrantes da sociedade civil, visto que a inobservância da proteção dos direitos evidencia um problema grave que põe em ponto de crise as finalidades existenciais do Estado. *A priori*, é indispensável delimitar os elementos básicos destacados pelas ciências políticas e pela Teoria Geral do Estado que servirão de sustentáculos para a abordagem de uma situação problemática que está presente na esfera do ordenamento jurídico brasileiro.

Nessa perspectiva, são várias as teorias que explicam o surgimento do Estado, sendo duas predominantes: a corrente de pensamento contratualista, que explica que esse ente teve origem a partir do ato da vontade humana, e a corrente naturalista que aponta que o Estado passou a existir em decorrência lógica de um impulso natural que levou o ser humano a conviver em sociedade. Independentemente de qual seja a teoria adotada, todas elas convergem para o mesmo ponto: a origem da figura estatal tem por finalidade a busca do bem comum e a defesa dos direitos.

Com base nesse elemento introdutório, um olhar científico deve ser dedicado para descrever situações geradas pelo Poder Público que podem consistir em um entrave para efetiva tutela de certos direitos fundamentais. A situação problemática, ao qual será destacada nesse capítulo, tem seu sentido delimitado a partir da análise de um dos direitos fundamentais recentemente introjetados na Constituição Federal de 1988, que foi a Emenda Constitucional nº 115/2022, que passou a considerar como cláusula pétrea a proteção de dados pessoais.

Indubitavelmente, foi uma reação adequada do Poder Legislativo ante a complexidade da sociedade atual gerada pelas novas interações no espaço virtual. Apesar disso, ainda não houve uma adaptação eficiente da Administração Pública direta e indireta para tornar presente esse direito constitucional em seus atos. Uma indagação válida que pode demonstrar uma inconsistência jurídica da modernidade é: como a Administração Pública tem tratado a proteção de dados pessoais frente ao dever de transparência na divulgação da lista classificatória dos participantes de certames públicos? É uma pergunta

pertinente quando é levado em conta os casos em que o Estado deve manter nitidez em seus atos em virtude do princípio da publicidade. Antes da promulgação da emenda supracitada não era incomum os entes estatais divulgarem dados pessoais de aprovados em processos seletivos, concursos públicos ou no Diário Oficial, sem nenhum compromisso em zelar pelas informações dos indivíduos envolvidos. Mesmo após a EC nº 115/2022, essa realidade tem-se demonstrado estática, o que consiste em um problema do ponto de vista jurídico, já que, como mencionado, a finalidade estatal tem por objetivo a tutela dos direitos e o bem comum.

Apesar do destacado, ainda não há instrumento normativo adequado para superar o problema decorrente da publicidade administrativa, pois nem mesmo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) previu a situação-problema em questão. Tal afirmativa tem respaldo no próprio contexto histórico da criação dessa lei, que valorou os problemas com aspectos econômicos referentes a utilização indevida de dados por parte de empresas públicas ou privadas.

Com base nessa perspectiva, deve-se analisar as circunstâncias e casos que foram falhas no tratamento dos dados pessoais dos indivíduos que realizaram certames públicos ou qualquer tipo de processo seletivo que ensejou a publicidade no Diário Oficial, antes e após a promulgação da Emenda Constitucional nº 115/2022, que inseriu no rol de direitos fundamentais a proteção de dados, assim como uma análise da possível ineficiência da legislação atual para garantir a tutela dos direitos dos participantes.

Nesse sentido, tal pesquisa é de suma importância para possibilitar o esclarecimento acerca do tema e contribuir com a irradiação da Constituição Federal para o conteúdo normativo das legislações do ordenamento jurídico.

Assim, para alcançar resultados, foi utilizada uma metodologia que se concentrou em pesquisas bibliográficas de artigos científicos, teses, dissertações, sites de informações jurídicas e livros relacionados à temática. Para corroborar, foram analisados e selecionados editais publicados pela Administração Pública direta e indireta, que evidenciam uma falha na prestação das informações pessoais, como forma de comprovação da problemática abordada.

2 A ORIGEM DO DEVER ESTATAL

Antes de explorar a parte central do problema ao qual esse trabalho propõe descrever, é imprescindível fornecer a base do entendimento que remete aos elementos introdutórios que explicam a origem do Estado e a qual sua função. Nessa perspectiva, as duas correntes predominantes estabelecem que ou o surgimento do Estado está ligado ao impulso natural do ser humano em conviver em uma sociedade ou então o surgimento desse ente foi possibilitado graças ao ato da vontade humana.

A corrente teórica favorável à ideia da sociedade natural, sustenta que o homem, fundamentalmente, é induzido a socializar e buscar convivência juntamente com outros seres humanos, sendo tal impulso uma condição inerente ao ser. Um dos principais precursores de tal ideia, sem dúvidas, foi Aristóteles ao formular a ideia de que o homem é um animal político. Conforme esclarece Dalmo Dallari (p.14, 2011)

O antecedente mais remoto da afirmação clara e precisa de que o homem é um ser social por natureza encontra-se no século IV a.C, com a conclusão de ARISTÓTELES de que “o homem é naturalmente um animal político”. Para o filósofo grego, só um indivíduo de natureza vil ou superior ao homem procuraria viver isolado dos outros homens sem que a isso fosse constrangido. Quanto aos irracionais, que também vivem em permanente associação, diz ARISTÓTELES que eles constituem meros agrupamentos formados pelo instinto, pois o homem, entre todos os animais, é o único que possui a razão, o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto.

Com base nessa análise, é pertinente dizer que a melhor opção de sobrevivência para o homem é viver em uma sociedade. Ademais, pelo fato do ser humano ter racionalidade, o seu agrupamento não se assemelha ao dos outros animais, isto é, o convívio humano deve manter os traços caracterizantes de uma sociedade civilizada.

Nesse sentido, é comum problemas na esfera de convívio de um determinado território que devem ser solucionados para a possibilidade da convivência harmônica e a manutenção dos fins de sua existência. Assim, é possível concluir que a sociedade e o Estado que surgiu em decorrência dela, é o produto do impulso natural da interação do homem com outro igualmente racional, pois essa é uma condição inerente ao ser humano e a sua subsistência depende da possibilidade da garantia de convívio. Portanto, com o desenvolvimento da sociedade, o Estado se adequa as novas necessidades naturais que devem ser observadas para a manutenção da harmonia social.

Uma outra teoria que fornece um entendimento sobre a formação e finalidade do Estado, é a corrente que defende a sua existência por meio de um ato da vontade humana simbolizado por um contrato social. Dessa forma, o Estado surgiu a partir de um pacto em que o homem incumbiu a um só indivíduo o dever de proteção de todos, o que legitimou ele a definir regras sociais. Apesar disso, os contratualistas com as teses mais preponderantes dessa corrente tinham uma certa divergência quanto ao início da formação.

Na percepção de Thomas Hobbes, o homem vivia no estado de natureza e era norteadado apenas pela lei do mais forte. Essa situação fazia com que todas as pessoas vivessem em um estado constante de insegurança, pois não havia nenhuma garantia de tutela dos direitos que poderiam ser lesados a qualquer momento por outro indivíduo.

Nessa perspectiva, a constante insegurança e a incerteza fizeram com o que o homem buscasse uma forma de garantir o bem da vida, renunciando sua força e parte da sua liberdade para obter tal benefício. Nas palavras de Andréia Arruda (2013, p. 53) ao explicar a origem do Estado sob a perspectiva hobbesiana, ela destaca que “Trata-se de um tipo de contrato ou pacto que não diz respeito a nenhuma realidade já existente. São contratos firmados pelos homens naturais entre si em benefício de um terceiro que é imbuído do poder soberano”.

A corrente de John Locke aborda o fato de que no estado de natureza o homem tem o instinto natural de conservação para evitar a miséria. Para isso, utiliza o trabalho para adquirir bens e formar sua propriedade individual para sobreviver dignamente. Dessa forma, a aquisição fruto do trabalho é

anterior à própria sociedade civil. Conforme Arruda (2013, p.54), esse cenário possibilita o surgimento de conflitos que ensejam a necessidade da criação do ente estatal para garantir a pacificação social e o direito natural à propriedade.

Ao examinar o pensamento contratualista, nota-se que a formação da sociedade civil teve que se ajustar com base no panorama de sua época. Quando se utiliza como base essa teoria para explicar os acontecimentos da sociedade atual, percebe-se que ela ainda é pertinente, conforme explica Arruda (2013, p. 56)

O Estado sofreu diversas transformações, porém, foi no século XVI que nasceu o que pode ser denominado como Estado Moderno, ou seja, um Estado que surge conforme os ideais contratualistas e da vontade dos indivíduos que abriram mão de sua liberdade ilimitada para criar um ente artificial que, por sua vez, pudesse garantir seus interesses e amparar suas carências, bem como possibilitar o mais pleno exercício de seus direitos.

Com essa análise, é possível concluir, com base na explicação da autora mencionada, que o estado civil é o mecanismo resultante do acordo humano para garantir a paz e seus direitos naturais. Então, só existe sociedade por causa da existência do Estado e a existência desse ente só foi possível a partir do pacto em que o homem aceitou renunciar parte de sua liberdade e centralizar o poder nas mãos de um só.

3 FINALIDADES DA EXISTÊNCIA DO ESTADO

Após o embasamento sobre o que fundamenta a formação do Estado, entender alguns elementos básicos sobre sua finalidade contribui para a consolidação dessa etapa inicial que consiste em facilitar a interpretação do dever inerente a esse ente. Dessa forma, será destacado somente alguns pensamentos doutrinários considerados importantes e que explicam os fins da figura estatal após sua origem.

São várias as correntes de pensamentos que estabelecem a finalidade do Estado, sendo isso de suma importância para o desenvolvimento da sociedade civil garantidora de direitos. Nessa perspectiva, pode-se considerar que após a formação do Estado ele adquiriu uma finalidade subjetiva, que como destaca Dallari (2011, p. 49), é a realização de inúmeros fins particulares, haja vista que o aparelho estatal é movimentado por inúmeras ações humanas. Essa ideia entra em consonância com os modelos de sociedade que são movimentados a partir dos interesses políticos dos indivíduos que estão no poder, o que faz com que o fim particular seja a expressão do direito a ser alcançado.

Outrossim, há os defensores da ideia de que a sociedade visa alcançar fins expansivos, que consiste em um crescimento das funções estatais. Desse modo, é possível a existência de objetivos voltados para o desenvolvimento material visando a garantia do bem estar, já que uma situação material favorável eliminará as necessidades sociais. Em outras palavras, o Estado de Bem Estar é visto como “um conjunto articulado de políticas e instituições que expressam o reconhecimento da responsabilidade pública sobre o bem-estar social”. (Kerstenetzky, 2011, p. 3). Esse modelo visa reduzir riscos e garantir a seguridade social estabelecendo como responsabilidade do estado uma política de provisão. É fundamental observar que se as políticas e as instituições que compõem esse modelo fugirem da lógica de proteção dos direitos sociais, então a existência desse tipo de Estado perde o sentido tanto conceitual quanto ao sentido de sua origem e finalidade.

Uma outra linha de pensamento relevante, considera fins limitados para o exercício da atividade estatal, estabelecendo para esse ente apenas a função de vigilante da ordem social. Tal ideia corrobora com os fundamentos trazidos pela corrente contratualista que são utilizados para explicar traços comuns das sociedades democráticas, como a constante discussão sobre os direitos adquiridos e possivelmente violados. Nas palavras de Dallari (2011, p.50).

Outra importante corrente dá ao Estado, exclusivamente, a função de proteger a liberdade individual, emprestando um sentido muito amplo ao termo liberdade, não admitindo que qualquer indivíduo sofra a mínima restrição em favor de outro indivíduo, da coletividade ou do Estado.

O pensamento teórico destacado norteia a ideologia dos sistemas baseados no liberalismo econômico. Dessa forma, a ideia não se limita apenas ao direito de liberdade, mas também se mostra adequada em relação à segurança que é um dos direitos de primeira geração que deve ser resguardado. Assim, segurança deve ser interpretada em um sentido que abarque as situações e complexidades da sociedade contemporânea, como a segurança da proteção dos dados pessoais ao qual esse trabalho visa destacar.

Outra linha de intelecção, que também é uma derivação da corrente contratualista, preconiza o chamado Estado de Direito. O contratualismo proposto por Thomas Hobbes e Rousseau considera que todos os indivíduos têm direitos naturais que fomentaram o surgimento estatal a partir da ideia de que o homem dependia de um poder centralizado para garantir a proteção dos direitos inerentes ao seu ser. Tal concepção formal exige que o Estado seja um aplicador rigoroso do direito, senão estaria contrariando o motivo de sua existência.

Em síntese, ao analisar as ideias propedêuticas acerca do Estado, percebe-se que todas se direcionam para uma interpretação central, apesar das diferenças de modelo e de embasamento. Desse modo, é adequado afirmar que a existência do aparelho estatal é voltada para a busca do bem comum, que é simbolizada pela garantia dos direitos expressos no ordenamento. Essa análise inicial do tema caminha para questões mais recentes, ao qual esse trabalho propõe esmiuçar, como o fato de algumas cláusulas pétreas não receberem a devida tutela, o que é uma ideia inconcebível do ponto de vista da epistemologia jurídica e da ciência política, conforme foi possível deduzir com base no exposto.

Diante dessas considerações iniciais, foi fornecida uma base que possibilitará o leitor formular e analisar criticamente as situações fáticas que demonstram ser um problema do ponto de vista jurídico, no que se refere a proteção de direitos fundamentais positivados no ordenamento constitucional.

4 A PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O Congresso Nacional promulgou no dia 10 de fevereiro de 2022 a Emenda Constitucional nº 115, que inseriu no rol de direitos e garantias fundamentais elencados no artigo 5º da Constituição Federal a proteção de dados como direito a ser tutelado. Sabe-se que mesmo antes disso já existia tratamento jurídico para situações que envolviam esse tema, pois a proteção de dados estava implícito no princípio da privacidade.

A Emenda Constitucional nº 115/2022 teve origem após a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 17/2020) e estabeleceu que seria de competência da União criar os dispositivos normativos para regular o direito à proteção de dados pessoais. Conforme explicado por Sarlet, é importante destacar que a emenda foi promulgada em um contexto em que já existia a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/ 2011).

No contexto da criação da emenda, o legislador tinha como perspectiva possibilitar um fortalecimento das liberdades públicas e garantir a privacidade do cidadão. Antes disso, a própria Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) que entrou em vigor no ano de 2018 foi elaborada buscando dar segurança jurídica para as pessoas ante ao crescente interesse das empresas privadas em conseguir informações para utilizar o algoritmo como forma de auferir lucros.

É difícil imaginar a sociedade atual desprovida dos benefícios das novas tecnologias. Isso quer dizer que o desenvolvimento tecnológico trouxe uma nova realidade jurídica, econômica, cultural etc. ao qual todos devem se adaptar. Por consequência, a utilização de dados pessoais tornou-se presente, principalmente, no mundo virtual e fez nascer a necessidade de reduzir os riscos da sua utilização indevida.

Seguindo essa linha de intelecção, a Lei Geral de Proteção de Dados ao entrar em vigor no ordenamento jurídico teve como objetivo principal tutelar os direitos fundamentais da privacidade e da liberdade. Dessa forma, seria possível criar uma realidade capaz de garantir segurança jurídica e se

tornar compatível com a configuração atual da sociedade que cada vez mais tem suas demandas centradas no espaço cibernético.

Diante desse cenário, passou-se a padronizar os regulamentos voltados para a proteção das informações pessoais dos cidadãos, antes da promulgação da emenda que nasceu em um contexto em que já existia uma base jurídica e doutrinária sobre o assunto. Desse modo, a LGPD passou a definir o que são dados pessoais e a delimitar os cuidados necessários ao manuseá-los tanto no meio físico quanto no virtual.

Um ponto de grande importância trazido, pela legislação supramencionada, é o fato de o consentimento do titular dos dados ser considerado como de grande relevância para o tratamento. Nesse sentido, ele deve ser manifestado pelo titular das informações que serão manuseadas e a lei estabelece que a vontade poderá ser expressada por escrito ou por outro meio que torne possível identificar o consentimento do indivíduo.

Ademais, essa lei introjetada no ordenamento trouxe certas garantias inerentes ao consentimento, como por exemplo, solicitar que os dados pessoais sejam excluídos das entidades públicas e privadas. A título de esclarecimento, a legislação que está sendo comentada é voltada para as pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive, deve ser observada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Apesar do consentimento do titular ter grande relevância para o tratamento de dados, essa lei trouxe algumas exceções como as que seguem abaixo:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência
- g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Depreende-se que o consentimento do titular dos dados é preponderante para o tratamento, exceto nos casos do inciso II supramencionado. Como pode ser visto, as situações para tratamento de dados sem o consentimento alcançam apenas aquelas de natureza sensível e as hipóteses de cabimento não preveem situações mais abrangentes, tais como a divulgação dos dados pessoais realizada pela Administração Pública.

É indispensável também realizar um exame de outro ponto da LGPD que são os artigos dentro do núcleo de sentido do capítulo IV, intitulado como “Do Tratamento de Dados Realizados pelo Poder Público”, que vai do art. 23 até o art. 30. Dessa maneira, busca-se esclarecer um tópico que tinha potencial para sanar o problema da divulgação indevida das informações pessoais, mas o legislador direcionou para um sentido diverso. De início, o capítulo aborda que

Art. 23. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público...

Pode parecer que esse dispositivo resolve todo o problema, pois ele diz que o Poder Público irá realizar o tratamento de dados pessoais, pois isso está vinculado a sua finalidade e ao interesse público. Embora o artigo descreva uma possível hipótese que pode ser aplicada aos casos de divulgação de informações dos participantes de concursos públicos, caso seja levado em conta que a publicidade tem por objetivo alcançar uma finalidade pública, não se pode esquecer os fundamentos e o contexto de criação da LGPD.

É com base nesse raciocínio que torna-se imprescindível relembrar um dos pilares dessa lei, que o fato que ela está voltada para aspectos econômicos, conforme consta logo na parte inicial do diploma:

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação (grifo nosso);

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

É possível compreender, então, que as finalidades e interesses públicos se aplicam se houver interesse econômico envolvido. Caso persista alguma dúvida sobre a validade dessa interpretação, talvez ela seja sanada com outro dispositivo da mesma lei, que diz

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas (grifo nosso) e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei

Apesar dessas considerações, não é possível observar um tratamento jurídico adequado referente aos casos de publicação das informações dos participantes de certames públicos antes e depois da EC nº115/2022 ou da LGPD. Antes dessas legislações mencionadas, existiam jurisprudências no Supremo Tribunal Federal que serviam como bússola, mas não consolidavam a resolução da situação problema desse trabalho. No Habeas Corpus n. 91867/PA o ministro Gilmar Mendes tinha firmado a tese sobre a utilização indevida dos dados pelos agentes estatais em casos de investigação criminal no seguinte sentido:

Não se confundem comunicação telefônica e registros telefônicos, que recebem, inclusive, proteção jurídica distinta. Não se pode interpretar a cláusula do artigo 5º, XII, da CF, no sentido de proteção aos dados enquanto registro, depósito registral. A proteção constitucional é da comunicação de dados e não dos dados. (HC n. 91867/PA, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 24/04/2012, DJe 20/09/2012).

Sem dúvidas foi uma interpretação coerente, haja vista que as interceptações telefônicas são permitidas para coletar dados e informações durante o fluxo da operação pelo tempo determinado no mandado. Embora isso, é notório que esse entendimento do direito à proteção de dados, implícito no

artigo da Constituição, teria certos problemas ao ser utilizado como base na atualidade após o direito à proteção ter sido positivado, tanto no ordenamento constitucional, quanto no infraconstitucional.

Para deixar mais claro o que foi abordado, a argumentação do Ministro Gilmar Mendes gravitava na ideia de que os dados que deveriam ter uma maior tutela eram somente aqueles produzidos durante a gravação da investigação criminal autorizada no mandado. Portanto, informações registradas não tinham o mesmo grau de importância, o que realça a incompatibilidade dessa tese com a conjuntura do mundo moderno.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Para poder entender a colisão entre o princípio da publicidade e a tutela da proteção de dados, primeiro é necessário fazer algumas considerações elucidativas que demonstram a proposta conceitual e jurídica de cada um dos institutos.

O princípio da publicidade é inerente à Administração Pública e consiste no dever de divulgação dos atos administrativos. Dessa forma, é possível fazer a dicotomia entre a publicidade que permite que as pessoas tenham livre acesso às informações de seu interesse e o dever de transparência durante a realização dos atos administrativos. Conforme explica Alexandre Mazza (2014, p. 89) a publicidade dos atos administrativos é um mecanismo estatal que possibilita demonstrar a vontade da Administração Pública para todos os indivíduos da sociedade, além de tornar exigível o conteúdo do ato e facilitar o controle da legalidade.

Assim, a publicidade dos atos é um instrumento utilizado para alcançar determinados objetivos característico do Estado Moderno, a prova disso é o fato de que esse princípio faz parte das normas orgânicas estabelecidas pela Constituição. De acordo com o texto *ipsis litteris* do artigo 5º, inciso XXXIII

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que os órgãos públicos devem agir com o máximo de transparência e possibilite que a população tenha conhecimento dos atos administrativos. Seguindo esse pensamento, a divulgação dos atos administrativos tem por aspecto principal a transparência e isso colabora para o problema jurídico da divulgação indevida das informações pessoais dos participantes de certames públicos.

Com base nos ensinamentos de Mazza (2014, p.90), pode-se dizer que o princípio da publicidade está dividido em dois subprincípios, sendo eles a transparência e a divulgação oficial. Para efeito de esclarecimento, utilizando ainda a explicação desse autor, a transparência consiste no dever de prestar informações indispensáveis aos cidadãos. Por outro lado, a divulgação oficial consiste na publicação dos atos e tem por objetivo exteriorizar a vontade da Administração Pública, tornar exigível o conteúdo dos atos, facilitar o controle da legalidade e possibilitar que os efeitos jurídicos surtam efeito.

Nesse sentido, dependendo do tipo de ato a publicidade tem variações. Como Mazza 2014, p. 90) explica, os atos administrativos dirigidos a destinatário certo ou os atos internos dentro das repartições públicas são garantidos pela comunicação do interessado. Por outro lado, os atos gerais são direcionados aos destinatários indeterminados, o que faz com que a publicidade tenha que ser realizada por meio do Diário Oficial, como nos casos de edital convocatório de concurso público. Ademais, também é necessário que haja publicação no Diário Oficial os atos individuais que geram efeitos coletivos, ou seja, é de interesse particular do indivíduo, mas que também repercute no interesse de um grupo de pessoas, como por exemplo no caso do deferimento de férias dos servidores públicos.

Os doutrinadores ainda dividem esse princípio em quatro conceitos específicos que deixam o sentido ainda mais delimitado. Desse modo, a

publicidade pode ser formal, quando se referir a um requisito de validade jurídica. Portanto, tem eficácia em relação aos atos administrativos como os de natureza convocatória, de intimações, contratos etc. É muito comum também a publicidade com aspecto educativo, normalmente voltado para a difusão de políticas públicas ou campanhas de conscientização social.

Além disso, quando se analisa a publicidade sob a ótica da transparência, nota-se que estamos diante do dever do Estado de apresentar informações necessárias que facilitam a fiscalização dos atos, ou seja, cria a possibilidade de controle externo tanto pelos cidadãos quanto pelos órgãos incumbidos dessa responsabilidade. Por fim, existe a publicidade interna, que nas palavras de Thiago Marrara (on-line) é a “divulgação de informações internamente, dentro de um órgão público, com o objetivo de promover a coordenação de tarefas, capacitar agentes públicos e avaliar ações, por exemplo, em audiências governamentais, circulares etc.”

Essas definições ajudarão futuramente a entender o evidente conflito entre o dever e o direito. Em outras palavras, o dever estatal de transparência dos atos nas publicações convocatórias é indispensável tanto para a sua eficácia jurídica, quanto para que haja um controle e fiscalização. Apesar disso, essa prática entra em colisão quando se trata de divulgação de dados pessoais dos indivíduos que participaram de qualquer situação que gerou o dever de divulgação dos resultados no Diário Oficial.

6 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro oferece respaldo para que os cidadãos possam consultar informações de interesse individual ou coletivo e isso é a materialização dos subprincípios da publicidade: transparência e acesso à informação. De acordo com o dispositivo da Lei de Acesso à Informação

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Como pode ser analisado, o inciso II remete a ideia que alguns doutrinadores do direito chamam de transparência ativa. Dessa forma, os órgãos públicos divulgam informações pelos meios de comunicação sem a necessidade de uma solicitação prévia e essa disponibilização proativa possibilita uma certa facilidade para que o cidadão tenha ciência sobre decisões de interesse público ou de iniciativas da administração

De acordo com a própria explicação dada pelo site oficial do governo brasileiro (Gov.Br), a Lei de Acesso à Informação estipula um mínimo de conteúdo informativo que deve ser obrigatoriamente publicado por todos os órgãos e entidades no meio virtual por meio de canais oficiais. Conforme consta nessa plataforma, as informações divulgadas podem ser de natureza financeira, orçamentária, de despesas, licitações, contratual, assim como informações institucionais etc. Isso tudo sem considerar novas obrigações trazidas por algumas legislações.

Outrossim, o site oficial do Senado Federal também fornece alguns apontamentos acerca desse assunto. Nesse sentido, com base na explicação dada nessa fonte, a Constituição de 1988 é o fundamento normativo que garante aos cidadãos acesso aos dados públicos gerados e mantidos pelo governo. Dessa forma, é direito de todos, por exemplo, ter acesso às informações de quem são os servidores públicos e quanto eles ganham, ou como estão sendo gastados os tributos arrecadados entre outras coisas. Vale realçar que o direito de saber quem são os servidores públicos não diz respeito ao fato de conhecer os seus dados privados.

É possível observar, no que se refere a essa temática, que a Lei de Acesso à Informação (Lei 12 527/ 2011) traz em seu corpo normativo dispositivos que apontam para a direção correta quando se trata do manejo de dados pessoais. De acordo com o que consta em um de seus artigos

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

- I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e
- III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Portanto, está expresso o dever estatal de assegurar a proteção das informações relativas à vida privada, intimidade, honra e imagem das pessoas, haja vista que tudo isso é a síntese do que se considera como informação pessoal.

Ademais, a própria Constituição Federal oferece mecanismos para a defesa desse direito, como o direito de peticionar na esfera administrativa em defesa do direito a obtenção de dados pessoais, como está expresso no art. 5º, XXXIV da Constituição

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal

Isso remete a ideia de que a informação pessoal pertence ao indivíduo e quando ele está diante de uma situação que é uma ilegalidade, a norma constitucional prevê o instrumento necessário para a defesa desse direito.

Além disso, no caso da Lei de Acesso à Informação, é previsto a responsabilização do agente público que nega indevidamente o acesso à informação como expresse nesse dispositivo que diz

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar (...)

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal

Vale ressaltar que em situações de divulgação no Diário Oficial, tal ato é realizado por um agente, então, por interpretação literal, dar publicidade as informações pessoais ou deve ser visto como um ato ilícito, já que contraria o artigo da lei supramencionada, ou então, é claramente um problema presente no ordenamento jurídico brasileiro. Nessa perspectiva, o artigo anterior da Lei de Acesso à Informação diz acerca da temática:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresse da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias.

A própria lei estabelece um ponto relevante ao levar em conta o tratamento de dados, que é o consentimento expresso da pessoa. É indubitável o fato de que todos esses elementos são indispensáveis para consolidar o entendimento acerca da adequada proteção de dados, que é um direito do cidadão e um dever do Poder Público.

Assim, é possível simplificar e dizer com base no pensamento de Mazza (2014, p. 92) que a Lei de Acesso à Informação tem por objetivo principal estabelecer certos requisitos para a disseminação de informações públicas e os procedimentos para que as pessoas tenham acesso, afim de ensejar um aprimoramento na gestão pública.

Insta salientar, conforme explica Mazza (2014, p. 92) que a lei mencionada deve ser aplicada por todos os entes da federação, já que trata-se de norma com taxonomia de lei nacional. Além disso, esse conjunto normativo também é aplicável nos casos das entidades privadas sem fins lucrativos que recebem subsídios para realizarem atos de interesse da coletividade. Vale ressaltar que “a publicidade a que estão submetidas tais entidades privadas refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.” (Mazza, 2014, p.92).

Isso entra em sintonia com o contexto da criação da Lei Geral de Proteção de Dados (13 709/ 2018), já que ela foi criada, inicialmente, objetivando a proteção das informações pessoais dos usuários de aplicativos de empresas privadas e plataformas no ambiente virtual. Mas, ao contrário do que se esperava, essa lei não aborda efetivamente um corpo normativo capaz de proibir ou regular situações de violação do direito causado pelo Poder Público.

Quando se analisa a natureza jurídica do dever de publicidade dos atos administrativos gerais, os doutrinadores do direito estão divididos entre a corrente majoritária e minoritária. Como explica Mazza (2014, p. 92), a maior parte dos doutrinadores consideram que a publicidade do ato da administração pública é uma condição indispensável para a eficácia do ato. Um exemplo claro dado pelo autor é o caso de um ato assinado pelo governador que não foi enviado para o Diário Oficial, nessa situação, o ato existe, mas ainda não consegue produzir seus efeitos.

Por outro lado, Mazza (2014,p. 92) explica que a corrente minoritária considera que a publicação dos atos realizados pela administração pública é um elemento de existência, tendo em vista que antes da publicação no Diário Oficial o ato não está no mundo jurídico. Com base nisso, caso um governador venha se arrepender do conteúdo de um decreto assinado, mas ainda não publicado, ele pode simplesmente desconsiderá-lo. Por fim, é relevante destacar com base no autor mencionado que no caso de concursos públicos a primeira corrente é a mais adequada.

Assim, é possível concluir que no caso da transparência a regra é a publicação de todos os atos indispensáveis para fazer valer a ideia de limpidez no tratamento da administração pública. Já a exceção vale nos casos em que o Estado pode negar publicidade das informações referentes à segurança da sociedade e as informações que dizem respeito a vida privada de um indivíduo.

7 VIOLAÇÃO DA PROTEÇÃO DE DADOS EM EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CERTAMES PÚBLICOS

Com base nos elementos doutrinários expostos, é possível começar a descrever um pouco do problema presente na atual realidade jurídica brasileira causado pela colisão entre o dever estatal de divulgação dos atos administrativos e o direito fundamental da proteção de dados pessoais.

Nesse sentido, parece ser a forma adequada de abordar esse assunto evidenciando a necessidade do consentimento para o tratamento de dados pessoais. Além disso, é de suma relevância utilizar casos concretos como exemplificação e destacar o importante conceito doutrinário da autodeterminação informativa que trará clareza ao identificar o problema jurídico ao qual se está abordando.

A princípio, a autodeterminação informativa é o direito que o titular dos dados tem de controlar suas informações pessoais e isso está vinculado a ideia de consentimento. Alguns doutrinadores, como Sirotheau, fundamentam o pensamento com sustentáculo no art. 5º, inciso XII da LGPD que diz que o consentimento é uma “manifestação informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma

finalidade determinada.” Dessa forma, o titular tem a liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o tratamento de dados pelo controlador.

Com base nessa construção de raciocínio, a Lei Geral de Proteção de Dados enuncia algumas hipóteses em que é possível o tratamento de dados. Apesar disso, nenhuma delas consegue regular satisfatoriamente os casos de divulgação realizados por editais de convocação em processos seletivos de certames públicos. Desse modo, ao analisar a letra da lei, é possível perceber todos os casos em que o legislador valorou como importantes.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;
- IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).;
- VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

É possível observar que o dispositivo não fornece um respaldo jurídico satisfatório para o problema da publicidade de dados pessoais realizada pelo ente estatal controlador das informações. O substrato jurídico mais próximo para se aplicar aos casos de divulgação indevida de dados de natureza pessoal é o que consta nos incisos III e IX do artigo supramencionado.

O inciso III diz que o tratamento somente pode ser realizado pela Administração nos casos em que o uso é necessário para a execução de políticas públicas. Dessa forma, é dispensável um esforço hermenêutico aprofundado para notar que o inciso em questão não se aplica adequadamente aos casos de divulgação de resultados de certames públicos. Portanto, a publicidade da lista de convocados em concursos não é considerada como política pública, o que já elimina qualquer chance de aplicabilidade ao caso.

Por outro lado, o inciso IX menciona que o tratamento de dados pessoais será realizado para atender os interesses legítimos do controlador, mas isso não ocorrerá quando se estiver diante de liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Laura Schertel Mendes (2014, p. 189) destaca o seguinte sobre o assunto

A tutela jurídica para a proteção de dados da personalidade em face do tratamento de dados pessoais envolve o estabelecimento de uma série de procedimentos, princípios e direitos, que limitam o processamento de dados pessoais ao mesmo tempo que empoderam o cidadão para controlar o fluxo de seus dados.

Nessa perspectiva, a autora aponta que a principal função da proteção de dados não está voltada para a proteção das informações pessoais, mas sim

para garantir a segurança ao titular desse direito fundamental. Logo, o inciso em questão abre um pequeno espaço para a ideia de que a divulgação de dados dos indivíduos não se aplica quando colidir com liberdades fundamentais. Embora isso, não é suficiente para sanar a lacuna do problema da publicidade de alguns atos da Administração Pública.

Depreende-se que o empoderamento, anteriormente citado, pode ser alcançado por meio do consentimento do titular e da ideia doutrinária do direito à autodeterminação informativa contidas na Lei Geral de Proteção de Dados e na Lei de Acesso à Informação, que são anteriores à promulgação da Emenda Constitucional nº 115/2022.

Nessa conjuntura, não seria incorreto afirmar que o problema da proteção de dados gerado pela publicidade administrativa não alcança todos os atos realizados pelo Estado. O fragmento da realidade que está sendo descrito está focado nas situações em que os indivíduos realizam processos seletivos de certames públicos para ingressar ou desempenhar alguma função inerente aos cargos dos três poderes do Estado e tem seu direito fundamental violado quando a lista torna pública vários dados privados, como o número do Cadastro de Pessoas Físicas, do Registro Geral (Carteira de Identidade) e a data de nascimento, por exemplo.

Como a emenda constitucional que inovou a Carta Magna e introjetou esse novo direito fundamental foi promulgada em 2022, parece ser adequado dividir a análise dada ao assunto em antes e depois desse ano. Conforme a fundamentação construída, a proteção de dados era um direito implícito que decorria da interpretação que se dava ao direito à privacidade expressado no artigo 5º, inciso X em que sua transcrição literal diz que: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.


As considerações que se faz quando é comparado o direito à privacidade e o direito à proteção de dados pessoais é que em relação ao primeiro “a sua lógica é baseada na liberdade negativa de o indivíduo não sofrer interferência alheia” enquanto o segundo “consistiria em uma proteção dinâmica e em uma liberdade positiva” (Bioni, 2019, p.125). Em síntese, a proteção de dados não se confunde com a privacidade, mas mantém vínculo. Corrobora para esse

entendimento o fato do Supremo Tribunal Federal ainda utilizar como base a conexão de ideias entre o princípio da privacidade e a tutela de informações pessoais, como consta na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5545 em que o ministro Luiz Fux utiliza como lastro o pensamento da autora Tatiana Vieira Malta e elabora a seguinte argumentação:

O direito à privacidade, na dimensão de uma prestação positiva por parte do Estado, também impõe o debate sobre medidas de segurança a respeito de dados que incidam diretamente na esfera privada dos indivíduos, assumindo caráter preventivo, a fim de se evitar acessos não autorizados a essas informações. A privacidade, nesta dimensão, impõe a “salvaguarda das informações pessoais armazenadas tanto pelo setor público como pelo privado”, o que demanda procedimentos aperfeiçoados e atualizados, diante da “constante evolução das tecnologias utilizadas para a coleta, arquivamento, transmissão e interconexão de dados” (VIEIRA, Tatiana Malta. O direito à privacidade na sociedade da informação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, p. 99). (ADI 5545, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 13-04-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-06-2023 PUBLIC 16-06-2023)

Diante disso, nunca houve uma uniformização de tratamento adequado de dados que permitisse um cuidado efetivo por parte da Administração Pública, enquanto ente controlador das informações pessoais cadastradas na fase de inscrição dos certames. Dessa forma, o dever estatal de divulgação dos atos administrativos, quando não realizado com um traquejo técnico adequado, possibilita a violação ao direito fundamental em questão. Um exemplo que prova isso é a publicação realizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que é um órgão da administração direta, responsável pela gestão escolar do ensino básico no sistema dos municípios.

Figura 1 – Processo Seletivo Simplificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMED Nº 03/2012

RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	CPF	DATA DE NASCIMENTO	CÓDIGO DO CARGO	CARGO PLEITEADO	PNE	LOCAL INDÍGENA	PONTUAÇÃO FINAL		
									EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL GERAL
1	3486	CARLOS ANDRÉ BASTOS DE ALMEIDA	031512617-52	30/10/72	A01	MOTORISTA			40,00	44,00	84,00
2	3079	CARLOS PEREIRA DO NASCIMENTO	073035047-96	12/03/77	A01	MOTORISTA			40,00	21,00	61,00
3	1117	ALESSANDRO RIBEIRO	082558277-65	25/03/79	A01	MOTORISTA			23,60	18,00	41,60
4	870	MARCELO BARCELOS ROSSI	035868457-90	20/03/77	A01	MOTORISTA			22,40	18,00	40,40

Fonte: <https://www.aracruz.es.gov.br/storage/20412/RESULTADO-FINAL-Semed-003-2012.pdf>

Esse exemplo mostra uma situação ocorrida no ano de 2012 em que as informações pessoais foram divulgadas com o intuito de identificar e classificar os indivíduos aprovados em um processo seletivo simplificado. É possível notar o número da inscrição, o nome completo do candidato e o número do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), assim como a data de nascimento.

Ao avançar um pouco mais a linha do tempo, no mesmo ano em que a Lei Geral de Proteção de Dados entrou em vigor, que foi em 2018, é fácil de encontrar exemplos que continuaram no mesmo sentido do anterior, como esta publicação do Diário Oficial nº 33530:

Figura 2 - Publicação do Diário Oficial

28 ■ DIÁRIO OFICIAL Nº 33530		Quinta-feira, 04 DE JANEIRO DE 2018
CPF: 256.941.202-30; CB PM ANTONIO CARLOS PEREIRA CEREJA CPF: 740.700.702-06; CB PM ROBERTO SANTOS COQUEIRO CPF: 684.539.302-87; CB PM JOSÉ DA SILVA FRADE CPF: 718.867.452-34; CB PM VALMIR VICENTE BATISTA PEREIRA CPF: 698.206.432-87; CB PM NATAN DE SOUSA RODRIGUES CPF: 989.210.702-06; SD PM ODINALDO NEVES ALVES CPF: 007.861.482-17; SD PM DANIEL SOARES SILVA CPF: 005.571.913-94; SD PM EWERTON SERGIO MELO DE ALMEIDA	MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA PERÍODO: 16/11/2017. QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO. SERVIDOR (ES): SUB TEN PM SALUSTIANO BOSCO REIS CPF: 204.131.812-00; SGT PM MÁRIO PINHEIRO MODESTO FILHO CPF: 352.204.572-68; SGT PM JUAREZ DO SOCORRO SOUSA CPF: 458.207.242-91; SGT PM RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA CPF: 430.401.012-34; SGT PM WELLINGTON DA SILVA FRANÇA CPF: 402.522.482-87; CB PM ROBERTO SANTOS COQUEIRO CPF: 684.539.302-87;	DESTINO(S): CAMETÁ E MOCAJUBA - PA PERÍODO: 11 A 12/12/2017. QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSSADA. SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS ALMEIDA CPF: 460.069.072-91; SGT PM DANIEL NAZARENO MIRANDA DE ALCÂNTARA CPF: 278.543.532-04; CB PM JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS CPF: 374.734.922-68. ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA PORTARIA Nº 8894-DC-DF-17 OBJETIVO: REFORÇO DE POLICIAMENTO. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Nº 5.119/04 MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

Fonte: https://www.ioepa.com.br/pages/2018/01/04/2018.01.04.DOE_29.pdf

Nesse caso, também é possível identificar uma publicação indevida, pois no conteúdo do edital está presente o número completo do Cadastro de Pessoas Físicas. Tal informação, durante o cotidiano, não é fornecida pelo titular, a não ser que seja necessário.

Ainda é pertinente mais um exemplo de publicidade indevida dos dados dos participantes que fizeram processos seletivos públicos, como o que se encontra abaixo, que foi uma divulgação realizada no Diário Eletrônico pelo Município de Salmourão no estado de São Paulo. É possível analisar que a data da publicação ocorreu no ano de 2023, portanto, logo após a vigência da LGPD e da Emenda Constitucional nº 115/2022 que estabeleceu a proteção de dados como um direito fundamental de todos.

Figura 3 - Publicação de ato administrativo do Município de Salmourão



Fonte: [https://www.salmourao.sp.gov.br/public/admin/globalarq/diarioeletronico/diario\[...\].pdf](https://www.salmourao.sp.gov.br/public/admin/globalarq/diarioeletronico/diario[...].pdf)

Seria possível utilizar exemplos até a exaustão, pois não é difícil de encontrar esse tipo de situação representada pelo dever estatal de publicidade que colide com um direito constitucional. Vale ressaltar o pensamento de Laura Mendes (2014, p.189) que diz que o objetivo das legislações que estabelecem as diretrizes para o tratamento de dados é justamente para garantir uma segurança aos titulares.

Nesse ponto, torna-se importante destacar um conceito preponderante quando o assunto é a tutela de dados: o direito à autodeterminação informativa. Tal conceito surgiu após o julgamento da Lei de Censo pelo Tribunal Constitucional Alemão que consistiu em uma discussão sobre a constitucionalidade do recenseamento da população (Mendes, 2020, p.11). Como a autora explica, o desenvolvimento tecnológico possibilitou o processamento ilimitado das informações, assim como a transmissão desses dados em larga escala.

Essa nova realidade forçou a jurisprudência alemã a firmar um entendimento que fosse capaz de garantir a proteção do indivíduo na sociedade da informação. Mendes (2020, p. 11), esclarece que “o processamento automatizado

dos dados ameaçaria o poder do indivíduo de decidir por si mesmo se e como desejaria fornecer a terceiros os seus dados pessoais”. Assim, essa perspectiva possibilitou o surgimento do conceito da autodeterminação informativa que consiste no direito que o indivíduo tem de controlar seus dados pessoais.

Nesse contexto, percebe-se que o direito à autodeterminação informativa existe no mundo teórico, mas não no mundo concreto, pois conforme os exemplos ilustrados acima, os dados publicados no Diário Oficial têm um certo grau de privacidade que exige um consentimento claro dos participantes do processo seletivo.

Apesar disso, há algumas instituições que tem demonstrado uma política de tratamento e divulgação de dados de forma adequada, no que tange à publicidade dos resultados e classificações dos candidatos submetidos à seleção de provas para provimento de cargos públicos. Um exemplo pertinente disso, é o realizado pela Universidade Estadual de Santa Cruz durante o processo seletivo para o cargo de docência.

Figura 4 - Resultado do concurso para docência



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
GERÊNCIA DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO – GSEOR

Km 16, Rodovia Jorge Amado – 4º andar – Torre Administrativa – Salobrinho
CEP 45.642-900 – Ilheus/BA – Fone: (0xx) 73 3480.5035 / 5034 / 5402
e-mail: gseor@uesc.br site: www.uesc.br

RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DA PROVA ESCRITA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS - DCAA					
MATÉRIA: ANATOMIA ANIMAL					
Candidato(a)	CPF	Prova escrita (PE)			
		1º avaliador	2º avaliador	3º avaliador	Média
ADRIANA LOPES DA SILVA	*****6800	8,40	8,00	8,50	8,30
DAVID RWBYSTANNE PEREIRA DA SILVA	*****8405	8,30	7,50	7,00	7,60
*****8654	*****8654	7,00	5,50	5,50	6,00
*****9510	*****9510	5,30	3,50	4,20	4,33
*****9587	*****9587	3,70	5,00	5,00	4,57
PAULA ELISA BRANDÃO GUEDES	*****0562	8,70	8,00	8,00	8,23
*****0548	*****0548	6,80	6,00	5,80	6,20
THAISE DA SILVA OLIVEIRA COSTA	*****4530	8,60	7,50	8,80	8,30

Nota-se que foram divulgadas somente as informações essenciais para a identificação dos participantes, reduzindo consideravelmente a lesão ao direito fundamental de proteção dos dados e mantendo a transparência de um ato administrativo necessário. Os candidatos que não conseguiram alcançar a nota necessária para a aprovação, tiveram seus nomes ocultados, mas mantiveram os quatro últimos dígitos do Cadastro de Pessoas Físicas. Essa técnica permite que somente o interessado tenha ciência da sua reprovação e que os aprovados consigam a posse do cargo de maneira legítima, pois a divulgação manteve a transparência.

Tal método é inegavelmente relevante, visto que ele resolve de modo simples o problema da colisão entre o dever estatal de divulgação dos atos dos entes vinculados à Administração Pública direta ou indireta e garante a proteção dos dados pessoais que mantém seu status de privado.

8 CONCLUSÃO

Diante do exposto, ficou compreensível que mesmo com a existência de dispositivos infraconstitucionais voltados para regulação da proteção de dados, a violação desse direito ainda é uma constante, como demonstrado quando se analisou alguns editais convocatórios de diferentes momentos na linha do tempo dividida em antes e depois da Emenda Constitucional nº115/2022.

Assim, o princípio da publicidade mostrou ser importante para a sociedade pois ele tem a finalidade de garantir a transparência dos atos administrativos. Além disso, esse dever estatal é uma garantia para o controle de legalidade, haja vista que todos podem consultar as informações que acharem necessárias, isto é, que são de interesse coletivo.

Por outro lado, também foi possível notar que a divulgação de alguns atos administrativos quando realizada de forma inadequada pode colidir com direitos fundamentais, o que é problemático, pois alguns dos direitos expressos na Constituição são garantias contra a arbitrariedade do Estado.

Além disso, examinou-se que a sociedade atual passou a ter como característica marcante a divulgação em larga escala de informações dos indivíduos. Isso fez com que fosse adotado o conceito doutrinário da autodeterminação

informativa, que consiste no direito das pessoas em ter controle sobre seus próprios dados.

Também foi destacado exemplos concretos que mostram editais de convocação e publicações no Diário Oficial com dados pessoais dos indivíduos que concorreram a vaga para provimento de cargo público, mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional nº 115/2022, da Lei Geral de Proteção de Dados e da Lei de Acesso à Informação.

Vale ressaltar também que foi demonstrado um exemplo de tratamento de dados pessoais de forma adequada, realizada por um ente da administração pública indireta referente a divulgação do resultado dos aprovados do processo seletivo para compor o quadro de funcionários da instituição. Isso comprova que ainda não há uma uniformização na aplicação da legislação vigente, pois nem todos os entes seguem esse modelo que consiste em uma técnica adequada para difusão de dados pessoais com o intuito de informar e de garantir a transparência dos atos realizados pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Promulgada emenda constitucional de proteção de dados**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/10/promulgada-emenda-constitucional-de-protecao-de-dados>. Acesso em 10/12/2022.

ARRUDA. **A formação do Estado Moderno sob a concepção dos teóricos construtualistas**. R. Curso Dir. UNIFOR, Formiga, v. 4, n. 1, p. 51-57, jan./jun. 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022. Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 set.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc115.htm#art1>. Acesso em: 28 de Mar de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Acesso em: 31 de julho de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal**; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2011&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=12> >. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5545**. DIREITO CONSTITUCIONAL. FAMÍLIA. FILIAÇÃO. LEI ESTADUAL QUE OBRIGA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA QUE EVITEM, IMPEÇAM OU DIFICULTEM A TROCA DE RECÉM-NASCIDOS NAS DEPENDÊNCIAS DE HOSPITAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS, CASAS DE SAÚDE E MATERNIDADES E QUE POSSIBILITEM A POSTERIOR IDENTIFICAÇÃO ATRAVÉS DE EXAME DE DNA. COLETA DO MATERIAL GENÉTICO DE TODAS AS MÃES E FILHOS NA SALA DE PARTO. ALEGADA OFENSA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À PRIVACIDADE E INTIMIDADE E AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. LEI Nº 3.990/2002, ARTS. 1º, PARTE FINAL, E 2º, III. CF/88, ART. 5º, X E LIV. AÇÃO CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO. Min. Luiz Fux. 16 de junho de 2023. Lex: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inteiro teor do acórdão 1 a 126.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Habeas Corpus n. 91867/PA. HABEAS CORPUS. NULIDADES:** (1) INÉPCIA DA DENÚNCIA; (2) ILICITUDE DA PROVA PRODUZIDA DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL; VIOLAÇÃO DE REGISTROS TELEFÔNICOS DO CORRÊU, EXECUTOR DO CRIME, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL; (3) ILICITUDE DA PROVA DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DE CONVERSAS DOS ACUSADOS COM ADVOGADOS, PORQUANTO ESSAS GRAVAÇÕES OFENDERIAM O DISPOSTO NO ART. 7º, II, DA LEI 8.906/96, QUE GARANTE O SIGILO DESSAS CONVERSAS. VÍCIOS NÃO CARACTERIZADOS. ORDEM DENEGADA. Min. Gilmar Ferreira Mendes, 24 de dezembro de 2012. Lex: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inteiro teor do acórdão 1 a 29.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 314p.

KERSTENETZY, Celia Lessa. **Políticas sociais sob a perspectiva do Estado do Bem-Estar Social: desafios e oportunidades para o “catching up” social brasileiro**. Centro de estudos sobre desigualdade e desenvolvimento. 2011. Acesso em: <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-034->

KERSTENETZKY-C. -2011. **Políticas sociais sob a perspectiva do Estado do Bem Estar Social**. Desafios-e-oportunidades-para-o-catching-up-social-brasileiro.pdf.

MARRARA, Thiago. **Princípio da público**. Trilhante. Disponível em <https://trilhante.com.br/curso/principios-do-direito-administrativo-1/aula/principio-da-publicidade-7>.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

MENDES, Laura Schertel. **Autodeterminação informacional: origem e desenvolvimento conceitual na jurisprudência da Corte Constitucional alemã**. Thomson Reuters Proview – Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13.709/18), Ed. 2020

SARLET, Ingo. **DIREITOS FUNDAMENTAIS: a EC 115/22 e a proteção de dados pessoais como Direito Fundamental I**. Consultor Jurídico. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2022-mar-11/direitos-fundamentais-ec-11522-protacao-dados-pessoais-direito-fundamental/>. Acesso em 11 de março de 2022.

SIREOTHEAU, Débora. **O consentimento na LGPD. Consultor Jurídico.** Disponível em <https://www.conjur.com.br/2022-mai-21/debora-sirotheau-consentimento-lgpd/>. Acesso em 21 de maio de 2022.

VIEIRA, Tatiana Malta. **O direito à privacidade na sociedade da informação.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, p. 99.





TOMO VI

DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS, REFLEXOS JURÍDICOS E IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11402960>

ISAC BARRA SANTOS

Bacharel em Direito (Anhanguera). Servidor Público do Estado da Bahia.

Técnico em Segurança do trabalho. Técnico em informática e gestão.

E-mail: isac_santos@hotmail.com

ADIVE CARDOSO FERREIRA JÚNIOR

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Direito e Processo Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Advogado. Professor de Direito da Anhanguera (BA) e Unex (BA).

E-mail: adivejunior@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das novas tecnologias e a popularização destas inovações ao grande público, nos últimos tempos muito se tem discutido a respeito da inteligência artificial – IA^[8] e seus desdobramentos nas diversas camadas sociais. Em primeiro plano, cabe citar o conceito deste termo, que é compreendido como um ramo da ciência da computação que se concentra no desenvolvimento de algoritmos^[9] e sistemas capazes de realizar tarefas, até então, dependentes da inteligência humana para serem realizadas. O funcionamento das atuais IA's se baseia na capacidade de coletar, processar e analisar grandes quantidades de dados pessoais presentes na *Internet*^[10], trazendo preocupações e questionamentos quanto à proteção dos direitos do autor, face aos novos e inovadores sistemas, capazes de gerar as mais diversas obras artísticas, reproduções gráficas e produções literárias.

Atualmente tem sido efusivamente publicizado em matérias jornalísticas, artigos e periódicos científicos, entre outros meios de comunicação em todo o mundo, variadas demandas e discussões judiciais aventando alegações de violação aos direitos de propriedade intelectual e de privacidade por estes sistemas. Fato notório é que tais tecnologias, possuindo capacidade computacional extremamente avançada de criação e manipulação de dados a partir de

⁸ Termo cunhado em 1956 pelo cientista da computação estadunidense John McCarthy, em uma conferência de especialistas em *Dartmouth College, New Hampshire* – EUA, intitulada “O Eros Eletrônico”. Este termo remete a um ramo da ciência da computação que busca criar sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana para serem executadas, como reconhecimento de voz, visão computacional, tradução automática, entre outras.

⁹ Alan Turing e Alonzo Church, considerados os pais da ciência da computação definem este termo como “um conjunto não ambíguo e ordenado de passos executáveis que definem um processo finito”. Essencialmente, trata-se de uma sequência finita de instruções precisas, não ambíguas e bem definidas que, sendo seguidas de forma correta, tem capacidade de resolver determinado problema ou realizar uma tarefa específica, em quantidade finita de etapas.

¹⁰ Rede de computadores interconectados globalmente que permite a comunicação e o compartilhamento de informações em tempo real entre dispositivos.

algoritmos e IA, utilizando técnicas de linguagem natural e *machine learning*^[11], e valendo-se de conteúdo existente na rede mundial de computadores em sua base de dados, suscitam por conseguinte, questionamentos quanto a real propriedade intelectual e direitos autorais das obras artísticas, audiovisuais, musicais e literárias geradas pelas IAs.

Assim posto, faz-se necessário um debate mais aprofundado quanto ao reflexo destas novas tecnologias face as possíveis violações aos direitos individuais juridicamente protegidos, em especial, ao direito de propriedade intelectual, previsto no art. 5º, inciso XXVII, da Constituição Federal; na Lei 9.610/98, que versa sobre os direitos autorais; bem como projetos de lei atualmente existentes e em recente discussão (marco legal da Inteligência Artificial - PL 2.338/2023^[12]). Ademais, é importante citar os efeitos destas tecnologias e a possível violação à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que versa especificamente sobre o tratamento e manuseio de dados pessoais nos meios digitais – Lei nº 13.709/18 de 14 de agosto de 2018.

Diante disto, esta pesquisa, que aborda o direito de propriedade intelectual e a inteligência artificial, seus reflexos jurídicos e impactos nos direitos e garantias fundamentais, trouxe à tona a complexa problemática em voga, analisando as diversas lides advindas das interações destas tecnologias (Inteligência Artificial) na seara jurídica das garantias individuais e do direito de propriedade intelectual sobre produções de obras audiovisuais, literárias, acadêmicas, industriais e responsabilização civil. A investigação em pauta constituiu-se como necessária ferramenta acadêmica, vez que, apresentou o conceito de Inteligência Artificial e inovações tecnológicas análogas, compreendendo e contextualizando o cenário atual no Brasil e no mundo, as consequências legais correlatas, contribuindo, por conseguinte, na elaboração de possíveis alternativas que possam mitigar tais arbitrariedades.

¹¹ Em relação ao aprendizado de máquina (*machine learning*), pode se conceituá-la como a habilidade de sistemas de IA de aprenderem com a própria experiência, possibilitando condutas originais por meio da realização do estudo e inferências de dados correspondentes a situações passadas (RIBEIRO, 2020. p. 31).

¹² Projeto de lei apresentado pelo atual presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Outrossim, são evidenciados os desdobramentos decorrentes de violações aos direitos autorais, advindas das recentes inovações computacionais e algorítmicas, visando responder o seguinte questionamento: Quais reflexos jurídicos, aspectos positivos e negativos, e possíveis violações, as novas inteligências artificiais e tecnologias correlatas têm trazido ao Direito e garantias individuais?

Buscando responder o problema supracitado, o objetivo geral é discorrer acerca das potenciais consequências jurídicas das inovações tecnológicas (IA's) face aos direitos inerentes à propriedade intelectual e as garantias individuais. Como objetivos secundários, i) identificar conceitos fundamentais da inteligência artificial e da propriedade intelectual, em subsequência, os principais desdobramentos e discussões das atuais inovações tecnológicas (Inteligências Artificiais) no âmbito jurídico; ii) descrever as problemáticas decorrentes da interação destas tecnologias em contraste com os direitos autorais, garantias individuais e legislações pertinentes que mediam o assunto em voga.

Quanto à metodologia, tem-se uma abordagem indutiva, utilizando procedimento técnico de revisão de literatura, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Em síntese, foram realizadas consultas em livros, periódicos, sites fidedignos, artigos e revistas científicas, por meio de busca na rede mundial de computadores e materiais físicos que abordaram o tema proposto, bem como trabalhos científicos, teses e dissertações. Como ferramentas de buscas de materiais de qualidade, utilizou-se de bases de dados e repositórios, para o acesso às informações pretendidas, a saber: Google acadêmico, Periódicos Capes e SciELO. Para tanto, as palavras-chave utilizadas na busca foram: “Inteligência artificial”; “direitos autorais”; “regulação da inteligência artificial”; “*machine learning*”; “*Midjourney*”; “*Chat gpt*”; “*Bard*”; “propriedade intelectual”; “*Open AI*”.

Dada a relevância e contemporaneidade da pesquisa, alguns autores foram utilizados alguns autores como referências de base, sendo eles: Rafael Freire Ferreira (2019); Carlos Roberto Gonçalves (2016); Filipe José Medon Affonso (2022); Danilo Danilo (2006) e Mafalda Miranda Barbosa (2017).

2 PRINCIPAIS CONCEITUAÇÕES

As inovações tecnológicas são importantes fatores de desenvolvimento social, inerentes ao cenário globalizado e ferramentas que demonstram a dimensão do intelecto humano, a ponto de sintetizar artificialmente o complexo e abstrato conceito de inteligência. Entretanto, como todo e qualquer fator revolucionário, a tecnologia em comento possui aspectos positivos e negativos, incorrendo em diversos conflitos com bens juridicamente tutelados. Nesse diapasão, o Direito como ciência jurídica, deve refletir os valores, necessidades e expectativas da sociedade e como instrumento dinâmico, se adaptar às constantes mudanças da humanidade, buscando equidade e justiça como objetivo fim.

Assim posto, antes de se analisar pormenorizadamente o debate entre as inovações tecnológicas das IAs e os direitos civis inerentes a propriedade intelectual e garantias individuais, impera apresentar um breve desenvolvimento dos principais conceitos que abrangem os dois lados da arena, expostos a seguir.

2.1 Conceito de inteligência artificial

A inteligência artificial (IA) é um campo de estudo da ciência da computação, que se concentra no desenvolvimento de algoritmos e sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como reconhecimento de fala, visão computacional, raciocínio, tomada de decisão, entre outras funções. Uma das definições mais amplas e aceitas de IA pela comunidade científica é dada por Russell e Norvig (2010), que a descreve como “o estudo de como fazer com que os computadores realizem tarefas que, no momento, os humanos fazem melhor”. Ou seja, para alcançar

esse objetivo, a IA se valerá de uma ampla gama de técnicas de lógica e programação, incluindo redes neurais^[13], algoritmos genéticos^[14], lógica difusa^[15], entre outras.

Para uma melhor síntese e compreensão mais abrangente do assunto, cita-se o entendimento do autor Ruy Flávio de Oliveira:

[...] quando um computador consegue fazer uma tarefa que até então apenas os seres humanos [...] conseguiam fazer, este computador exibe traços de inteligência, e por ser uma entidade fabricada — construída por seres humanos em vez de ter surgido espontaneamente na natureza — é artificial (Oliveira, 2018. p. 11).

Em suma, esta tecnologia executa de forma artificial e autônoma, a capacidade humana de concatenação e raciocínio lógico, reconhecendo padrões e realizando tarefas de forma independente.

2.1.1 Evolução histórica e avanços tecnológicos da inteligência artificial

Tendo sua origem no século XX, em meados dos anos 50, com pensadores como Herbert Simon e John McCarthy, o desenvolvimento das primeiras IA's nos primórdios da computação se restringiu inicialmente apenas ao campo acadêmico / científico, com potenciais discussões e avanços tecnológicos no decurso do tempo. Cita-se importante marco temporal datado de 1959, quando pela primeira vez é utilizado o termo *Machine Learning*, que se traduz num

¹³ Trata-se de um modelo computacional inspirado no funcionamento do cérebro humano, que visa a solução de problemas por meio de algoritmos que simulam o funcionamento dos neurônios, conforme o entendimento de Oliveira (2018).

¹⁴ Estes algoritmos são conjuntos de métodos matemáticos visando solucionar um problema específico, embasando-se na seleção natural e genética, utilizados para encontrar soluções aproximadas para problemas complexos de otimização.

¹⁵ Extensão da lógica clássica, que permite o tratamento de conceitos imprecisos e incertos. Este modelo é utilizado em diversas áreas, como na inteligência artificial, entre outras.

determinado sistema atribuir aos computadores a capacidade de aprender de forma autônoma determinada função sem serem programados para aquela finalidade. Em suma, seu funcionamento se baseia em fornecer dados a um algoritmo para que, a partir disso, a máquina aprenda a executar autonomamente uma função. Outra data essencial a ser citada ocorre em 1964 com Elisa^[16], o primeiro e ainda ativo *chatbot* da história, que dialogava com o usuário em uma estrutura sintática lógica, se valendo de respostas simples com base em termos previamente inseridos, mimetizando um profissional da psicanálise.

Contudo, nos últimos anos, o ramo tecnológico em questão tem recebido crescente atenção e tem se popularizado tanto no setor privado, pelas *Big Techs*^[17], com expressivos investimentos financeiros, como no âmbito governamental, alcançando as grandes massas, em virtude de seu potencial para transformar radicalmente a sociedade em diversas áreas de atuação, inclusive no Direito, a citar como exemplo, a corte maior do Brasil, que utiliza sistemas de IA como ferramentas auxiliares aos servidores^[18]. Muitas destas inovações propiciaram o que já tem sido classificado por historiadores como a quarta revolução industrial^[19], tanto pelo uso na indústria, mercado financeiro, robótica, como pela aplicação em áreas mais sensíveis, a título de exemplo, na saúde,

¹⁶ WEIZENBAUM, Joseph. Eliza, a chatbot therapist. Disponível em: <https://web.njit.edu/~ronkowit/eliza.html>. Acesso em: 06 nov. 2023.

¹⁷ As “big techs” são empresas de tecnologia com grande poder econômico e social, que atuam em diversos setores, mas de forma predominante na tecnologia, impactando significativamente a economia e a sociedade como um todo. Tais empresas exercem dominância nas áreas de tecnologia da informação, internet, mídia digital e no comércio eletrônico.

¹⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF amplia emprego de Inteligência Artificial. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=508710&ori=1>. Acesso em: 22 out. 2023.

¹⁹ VENDRAMINI, A. Os impactos da quarta revolução industrial. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 22, n. 5, p. 740-754, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26904/74093-153852-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

para diagnósticos médicos^[20], ou mesmo em locais mais triviais, como nas redes sociais, em motores de busca ou serviços de streaming^[21].

Cita-se como exemplo de recentes inovações extremamente populares, o *Chat-GPT*, assistente virtual no formato *chatbot*^[22] *online*, dotado de inteligência artificial, desenvolvido pela organização *OpenAI*^[23] e lançado em novembro de 2022, capaz de dialogar, argumentar, ou criar textos complexos e concatenados a partir de perguntas ou informações inseridas pelos usuários; o *Bard*, inteligência artificial similar ao *Chat-GPT*, lançado em março de 2023 e propriedade da *Big Tech Microsoft*; ou mesmo os sistemas *Midjourney* e *Stable Diffusion*, serviços de inteligência artificial capazes de gerar autonomamente imagens foto realistas, desenhos e representações artísticas a partir de descrições escritas ou faladas através de prompts de comando^[24].

Tais tecnologias se desenvolvem e evoluem com as informações presentes na rede mundial de computadores, recebendo variados treinamentos, aprendendo

²⁰ LEMOS, Amanda. Inteligência Artificial na Saúde: Benefícios e Desafios. Exame, 8 de agosto de 2023. Disponível em: <https://exame.com/inteligencia-artificial/inteligencia-artificial-na-saude-beneficios-e-desafios/>. Acesso em: 15 set. 2023.

²¹ Carvalho, Thaisi. 6 usos de inteligência artificial no seu dia a dia que você mal percebe. TechTudo, 15 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2022/10/6-usos-de-inteligencia-artificial-no-seu-dia-a-dia-que-voce-mal-percebe.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2023.

²² *Chatbot* trata-se de um tipo de *software* projetado para interagir com usuários através de conversas escritas, simulando a interação humana. É uma aplicação de inteligência artificial que utiliza algoritmos de processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina para entender e responder aos questionamentos dos usuários.

²³ A *OpenAI* é uma organização especializada em pesquisa e desenvolvimento em inteligência artificial. Foi fundada em dezembro de 2015 por um grupo de empreendedores, investidores e pesquisadores, incluindo o empresário Elon Musk e o pesquisador de inteligência artificial Ilya Sutskever.

²⁴ *Interface* de linha de comando (códigos computacionais) que permite que os usuários interajam com um sistema operacional ou aplicativo digitando comandos em vez de usar uma interface gráfica, com botões ou elementos interativos, por exemplo.

e se alimentando dos dados disponíveis na rede, inseridos pelos milhões de usuários no mundo todo, conforme discorrem Doneda *et al.* (2018), a saber:

a disponibilidade de mais recursos computacionais e também de mais informação, resultantes tanto do desenvolvimento tecnológico como do paradigma do *Big data*^[25], proporcionaram o surgimento de sistemas de inteligência artificial que não fossem total ou prioritariamente baseados em um modelo de regras pré-fixadas, mas que fossem alimentados com grandes quantidades de dados, para que pudessem neles fundamentar suas decisões e formar seus padrões decisoriais (Doneda *et al.*, 2018. p. 2).

Ademais, cabe citar que com os avanços tecnológicos e recentes evoluções na funcionalidade destes sistemas informáticos, diversos questionamentos éticos e discussões jurídicas têm surgido, conforme abordado no decurso da presente pesquisa.

2.2 Conceito de Propriedade Intelectual

De início, conceitua-se a propriedade intelectual como um ramo do direito privado (gênero) responsável por regulamentar as relações jurídicas advindas das criações do intelecto e interesses do autor (garantias reais de uso, gozo, disposição de bens e revê-los de quem injustamente os possua) sobre sua propriedade. Este direito advém dos direitos da personalidade, é previsto na Carta Magna (Art., 5º, XXVII) e abarca bens jurídicos tutelados por pessoa física ou jurídica. Um interessante rol a ser citado é o que expõe o consagrado jurista Denis Borges Barbosa (1997):

²⁵ *Big Data* é um termo utilizado para descrever o grande volume de dados, estruturados ou não, que são gerados diariamente nas mais variadas fontes, como redes sociais, sistemas de informação, dispositivos móveis, entre outros.

A Convenção da OMPI define como Propriedade intelectual, a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (Barbosa, 1997. p. 10).

Insta salientar, que este ramo jurídico do direito privado se subdividirá em importantes áreas de atuação, visando resguardar variáveis bens jurídicos: A propriedade industrial, regulada pela Lei da Propriedade Industrial (LPI) - Lei 9.279/96, e pela Constituição Federal, artigo 5º, XXIX, correspondendo ao acervo imaterial de determinada empresa, com fulcro essencialmente na área comercial (Marca, Patente, Desenho Industrial, Indicação Geográfica e segredo industrial); os direitos autorais, regulados respectivamente pela Lei 9.610/98 - Lei dos Direitos Autorais - LDA, que trata de criações artísticas e intelectuais, e a Lei 9.609/98, que abrange os direitos autorais de programas informáticos ou softwares^[26]; e por fim, as proteções sui generis, englobando o arcabouço de conhecimentos tradicionais, proteção de cultivares e topografia de circuitos integrados^[27].

²⁶ Conjunto de programas de computador, algoritmos, procedimentos e documentação associada que desempenham tarefas específicas em um sistema de computador.

²⁷ As áreas de atuação são reguladas respectivamente pelas seguintes leis: Lei de Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais (Lei 13.123/2015) - Dispositivo legal que protege os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita; Lei de Cultivar (Lei nº 9.456/1997) - Estabelece e regulamenta um sistema de proteção para criadores de variantes de espécies de plantas não encontradas no meio ambiente, conce-

2.2.1 Dos Direitos Autorais

Sendo a propriedade intelectual, gênero, temos por subsequente, como espécie decorrente desta, o direito autoral. Compreendendo importante arcabouço jurídico nacional e internacional, presente inclusive na DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu art. 27, dispõe que “todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria”, tendo por verbo imperativo aquele decorrente da propriedade, conforme versado pelo art. 1.228 do Código Civil, faculta ao proprietário o uso, gozo e disposição, bem como o direito de reaver do poder de quem quer que injustamente possua ou detenha a sua propriedade.

Este direito é regido pela Lei nº 9.610/1998, que regula garantias ao autor sobre suas obras, o respectivo registro, direitos morais, patrimoniais e sua duração, limitações e sanções às violações destas prerrogativas, entre outros dispositivos. Importa dispor ainda, o art. 7º da referida lei, que contém em seu caput, a definição de obra intelectual, abrangendo uma sequência de produções autorais protegidas, nestes termos:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I – *os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;*

II – *as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;*

III – *as obras dramáticas e dramático-musicais;*

dendo a estas pessoas (indivíduos ou empresas) a devida proteção legal a sua propriedade intelectual; e a Lei de Topografia de Circuitos Integrados (Lei nº 11.484/2007) que regulamenta a proteção de topografias de circuitos integrados (componentes tecnológicos responsáveis pelo funcionamento de conexões eletrônicas) garantindo que os fabricantes destes circuitos tenham o direito exclusivo de reproduzir, distribuir e usar as topografias criadas.

- IV – as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;*
- V – as composições musicais, tenham ou não letra;*
- VI – as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;*
- VII – as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;*
- VIII – as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;*
- IX – as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;*
- X – os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;*
- XI – as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;*
- XII – os programas de computador;*
- XIII – as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual* (Brasil, 1998, n.p.).

Depreende-se do rol previsto no texto legal, ao evocar o termo “as criações do espírito”, que a essência humanística ligada a autoria e a vinculação exclusivista a pessoa física como autor capaz de criar obra literária, artística ou científica, bem como a dualidade ali presente, abrange tanto o direito pessoal, compondo fatores morais e de personalidade, como os direitos patrimoniais, mediante fatores econômicos e concessões de comercialização da obra autoral.

Concernente a matéria, importa mencionar ainda, o Tratado de Direito Autoral, que desempenha um papel fundamental na harmonização das leis de propriedade intelectual a níveis internacionais, sob autoria e égide da OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual ^[28], facilitando

²⁸ A OMPI, ou Organização Mundial da Propriedade Intelectual (em inglês, World Intellectual Property Organization - WIPO), é uma agência especializada das

o intercâmbio de informações e promovendo a cooperação entre países em questões inerentes à propriedade intelectual, sendo inclusive recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro, por meio do Decreto Legislativo nº 78, de 1974.

Diante de tudo exposto, cabe prosseguir a análise da real efetividade e alcance do presente ordenamento jurídico sobre direitos autorais frente a possíveis conflitos e violações decorrentes das inovações tecnológicas supracitadas.

3 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E IMPACTOS NO ÂMBITO JURÍDICO

Ao adentrar na seara das novas tecnologias correlatas a inteligência artificial, têm-se visto a publicização periódica de variadas inovações em uma miscelânea de áreas sociais, seja no âmbito mercadológico, artístico e social, trazendo por consequência, controvérsias e ocasionalmente, o acionamento do judiciário visando dirimir estas contendas.

Cita-se como exemplo, um processo conjunto movido na justiça norte americana^[29] pelas artistas estadunidenses Sarah Andersen, Kelly McKernan e Karla Ortizem, em desfavor das empresas *Stable (Stability IA)*, *Midjourney* e *DeviantArt*, sob a alegação de que estas companhias, detentoras de softwares com incorporação de IA e capacidade de criação de imagens a partir de comandos de texto inseridos pelo usuário, se valeram do uso de variadas obras de diferentes artistas para treinamento destas sem que houvesse o consentimento dos autores. Outro processo semelhante foi movido pela *Getty Images*, importante empresa do Reino Unido e detentora de um significativo repositório de imagens na *internet*, contra a *Stability AI*, nos mesmos termos acusatórios.

Nações Unidas, que tem por finalidade a promoção e proteção da propriedade intelectual em escala global. Esta organização foi fundada em 1967 e sua sede está localizada em Genebra, Suíça.

²⁹ G1. Artistas processam empresas que geram arte com IA por violação de direitos autorais. G1, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/01/18/artistas-processam-empresas-que-geram-arte-com-ia-por-violacao-de-direitos-autorais.ghtml>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

Para mais, outro interessante causídico correlato informa a criação de uma música gerada inteiramente por IA^[30] com a inclusão das vozes dos artistas *Drake* e *The Weeknd*, sem o conhecimento prévio dos artistas ou da gravadora responsável pela administração das obras dos cantores. A celeuma em torno desta questão foi tamanha, que a companhia *Universal Music Group*, responsável pela carreira de diversos artistas de renome internacional, notificou extrajudicialmente os principais serviços de *streaming*^[31], requerendo o bloqueio ao acesso de suas bibliotecas musicais às empresas de inteligência artificial para treinamento de IAs, e a remoção de eventuais músicas geradas pelos algoritmos destes sistemas informáticos.

Outrossim, a recente greve dos atores de Hollywood, iniciada em julho de 2023^[32] e atualmente em vigência, foi outro notório imbróglio correlacionado ao uso de IA, cujas reivindicações requeriam diversos direitos trabalhistas e melhores condições laborais, além da garantia de direitos de imagem ante o uso destes sistemas tecnológicos. As negociações entre as partes restaram comprometidas, principalmente em relação a IA, em que os grevistas buscavam vetar o uso da tecnologia em comento, em contraposição aos estúdios, que utilizam estes sistemas em larga escala nas suas produções. Os roteiristas, outra classe de profissionais integrantes da greve, também reivindicaram maior transparência e diretrizes mais justas em relação ao uso destes sistemas nas produções cinematográficas. As principais discussões incluíram o direito de

³⁰ Mark Savage, Folha de S.Paulo. Por que música viral feita por inteligência artificial com vozes de Drake e The Weeknd preocupa artistas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/04/por-que-musica-viral-feita-por-inteligencia-artificial-com-vozes-de-drake-e-the-weeknd-preocupa-artistas.shtml>. Acesso em: 24 out. 2023.

³¹ Plataformas digitais (*Spotify*, *Apple Music*, *Netflix*, *Disney+*, entre outras) que disponibilizam conteúdo de áudio e vídeo de produtoras, gravadoras ou artistas independentes pelos seus aplicativos, propiciando o consumo destes conteúdos ao usuário final sob demanda.

³² PACETE, L. G. Entenda o impacto da IA na greve de roteiristas e atores de Hollywood. Forbes Brasil, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/07/entenda-o-impacto-da-ia-na-greve-de-roteiristas-e-atores-de-hollywood/>. Acesso em: 16 set. 2023.

uso de imagem, a substituição e imposição da IA nos contratos e a subsequente precarização do trabalho.

Tal embate é deveras proeminente no ramo do entretenimento, ao passo que diversos artistas de renome se deram a adicionar previsões contratuais contrárias ao uso de IA's, a exemplo da cantora Madonna, que incluiu em seu testamento, uma cláusula proibitiva quanto ao uso de hologramas e recriação de sua imagem digitalmente por meio de inteligência artificial após sua morte. A citada greve, segundo especialistas da área, evidencia perigos relacionados ao uso da IA na indústria do entretenimento, levantando questões éticas e legais sobre a temática.

Em outra veiculação jornalística^[33], o autor de livros de ficção científica Tim Boucher, se valeu do sistema Chat GPT, para gerar autonomamente ilustrações e a escrita integral de livros, inclusive angariando receita através do comércio destas obras no mercado digital. Outra interessante notícia veiculada aponta o comportamento percebido recentemente pela IA Chat GPT, conforme comunicado emitido pela própria desenvolvedora – OpenAI, através de um relatório, em que se verificou a recente capacidade do sistema de mentir intencionalmente^[34] para concluir um determinado objetivo, entre outras capacidades complexas, acabando por gerar preocupações éticas pela desenvolvedora quanto ao comportamento do sistema, que executa tarefas passadas pelo usuário de forma autônoma.

O que se depreende por parte destas novas tecnologias, é que estando dotadas de uma avançada capacidade de aprendizagem (*Deep Learning*), como anteriormente explicitado, possuem habilidades autônomas para criação de obras artísticas e literárias, partindo inicialmente de uma interação humana

³³ CNN Brasil. Homem diz que escreveu cem livros de ficção científica usando inteligência artificial. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/homem-diz-que-escreveu-cem-livros-de-ficcao-cientifica-usando-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 20 out. 2023.

³⁴ MARTINS, Flávia. CNN Brasil. Chat GPT-4: Inteligência Artificial 'mente' para completar tarefa e gera preocupação. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/chat-gpt-4-inteligencia-artificial-mente-para-completar-tarefa-e-gera-preocupacao/>. Acesso em: 26 out. 2023.

mediante instruções previamente inseridas, entregando por conseguinte, um resultado teoricamente inédito, desdobrando uma imprevisibilidade do produto final, tanto para os seus desenvolvedores, como para os proprietários destes sistemas, gerando importantes discussões quanto a autoria intelectual dos produtos concebidos, bem como a incidência de possíveis plágios.

Outro aspecto significativo, fruto das interações e uso das redes sociais, repousa no próprio uso e troca de informações, compartilhamento de músicas, imagens, obras literárias, entre outras manifestações artísticas na internet, inevitável consequência da atual cultura de consumo. *Softwares* modernos dotados dos mais avançados algoritmos e coleta de dados, são capazes de processar informações presentes na rede mundial de computadores, concatenando, agrupando e classificando estes dados em velocidades surpreendentes, possuindo a capacidade de manipulação das mídias (som, vídeo, imagem) gerando novas obras artísticas.

Se por um lado, percebe-se que diante destas inovações supracitadas, o processo de criação artística a nível global já vive uma notória revolução sem precedentes históricos, no mesmo rompage, se verifica verdadeira progressão a nível internacional, por parte dos criadores intelectuais, empresas e artistas das mais diversas áreas recorrendo ao judiciário, em buscar a proteção de suas obras, ante a premissa de suposta violação de direitos autorais.

Diante disto, se percebe uma dualidade entre os aspectos positivos e negativos destas novas tecnologias na sociedade, emergindo conflitos éticos e de interesses entre as corporações do ramo e particulares, especialmente por conta do uso de obras intelectuais pela IA para aprendizado da máquina (*Machine Learning*) e tratamento de dados.

3.1 Capacidade criativa da máquina e intelecto humano

Desde os primórdios em que se discutiam os direitos autorais, com a primeira tutela localizada nos remotos anos de 1827, até a promulgação da presente lei autoral em 1998, verifica-se que o componente humano é o cerne da norma civil, como preceitua Barbosa:

A tutela dos direitos autorais, de outro lado, não é tão ligada, no texto constitucional, às claras e específicas raízes nacionais, pois se volta, pelo menos no que toca à esfera moral de tais direitos, às noções de tutela dos direitos da pessoa humana, de cunho, assim, natural e universal, ainda que, como toda propriedade, sujeita à obrigação de um uso socialmente adequado (Barbosa, 1997. p. 24).

Neste rompante, a própria constituição deixa expressa a consciência e fator humano como estritamente correlato ao direito do autor, vez que não somente manifesta a capacidade criativa ao autor com características essencialmente humanas, adscrito nos artigos XXVII, XXVIII e XXIX, do artigo 5º, como direciona inclusive, o pleito a indenização por danos morais a pessoa, conforme expresso em seu art. 5º, inciso X. A própria Lei de Propriedade Industrial, em seu Art. 6º, § 4º, especifica a nomeação e qualificação do inventor, também presente novamente no art. 12, expressando quanto aos termos consentimento e declaração do inventor, sendo tais atribuições, características exclusivamente humanas.

No entanto, como já mencionado, diante do progresso nas habilidades das IAs, têm-se percebido o despontar de uma capacidade intelectual inventiva decorrente desta evolução tecnológica. Diante das possibilidades presentes nestes sistemas e o leque criativo das demandas requisitadas face a eficácia capacidade de aprendizagem do algoritmo que motoriza as IAs, essencialmente alimentadas pelo grande volume de conteúdo presente em suas bases de dados e extenso treinamento de máquina, verdadeiras obras de arte têm sido criadas por estes motores generativos.

Todavia, é necessário assimilar a gênese de determinada obra criada por uma IA e mensurar sua originalidade. As demandas judiciais que tratam especificamente de direitos autorais, mencionam características de plágio nas obras geradas. Isto se dá, pois o treinamento da IA, se vale da mimetização e aprendizado com base em obras de terceiros. Conforme evidências apresentadas nas lides judiciais citadas, perceberam-se inclusive, resquícios de assinaturas e outros sinais gráficos que correlacionaram o produto gerado pela IA com

as obras confeccionadas por artistas humanos, presentes nas bases de dados destes sistemas, sem que houvessem a devida autorização e/ou o pagamento de direitos autorais (*royalties*) aos artistas.

Ademais, é fato notório que mesmo havendo importante autonomia da máquina no processamento de dados e entrega de resultado, atualmente a interferência humana continua sendo o controle que direciona e dá o *start* para o funcionamento e características do conteúdo gerado, sendo esta intervenção, uma espécie de guia do sistema, traçando um claro objetivo a ser alcançado, a exemplo dos *prompts* de comando. Não existe atualmente em disponibilidade mercadológica, uma tecnologia que seja dotada de autonomia absoluta e irrestrita no processo de criação da obra intelectual. Seja ela qual for, é o ser humano quem “pressiona o botão”.

Em contraditório, frisa-se que este cenário não é imutável, dado a dinamicidade e exponencial evolução destas tecnologias. Tanto é que, em carta aberta^[35], executivos e especialistas em IA, recentemente requisitaram as empresas de desenvolvimento de inteligências artificiais, que paussem temporariamente o desenvolvimento destes sistemas, ante a preocupante alegação de que uma desenfreada corrida para implementação de mentes digitais complexas e poderosas, eventualmente ocasionem resultados que nem mesmo estes desenvolvedores possam controlar, prever ou entender em níveis seguros. Ainda assim, é improvável que a publicação da referida carta possua condão para conter o aprimoramento desta tecnologia e seu desenvolvimento exponencial mediante avaliação prévia de riscos.

Ante o questionamento de futuros cenários distópicos, dignos de um roteiro ficcional, e a atual tecnologia presente no mercado, remanesce o questionamento quanto a eficácia da atual legislação face a revolucionária realidade fática destas inovações tecnológicas em contraste com a privacidade, direitos individuais e direitos autorais.

³⁵ G1. Inteligência artificial: o alerta de mil especialistas sobre risco para a humanidade. G1, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/30/inteligencia-artificial-o-alerta-de-mil-especialistas-sobre-risco-para-a-humanidade.gh.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

3.1.1. Base de dados e privacidade

Uma vez que para o funcionamento da IA, utiliza-se uma base de dados, que como o próprio nome referência, se vale de informações coletadas, tanto para o seu treinamento, processo, e armazenamento, como para o próprio funcionamento do motor generativo e redes neurais, a exemplo dos recentes e supracitados *chatbots*, pende o questionamento quanto a proteção e acesso dos dados presentes na internet.

O constante abastecimento de novos dados, públicos ou privados, subsequentemente propicia o desenvolvimento do intelecto (raciocínio) da máquina. Assim sendo, ante o método operativo desta tecnologia, cada vez mais aplicada nos diversos setores e mídias sociais, a realidade em que um sistema é capaz de concatenar estes dados, agrupando logicamente as informações disponíveis em atendimento a uma determinada tarefa, traz a possibilidade de cenários em que haja violações do direito constitucional previsto na carta magna em seu artigo 5º, LXXIX, a exemplo de reprogramações nas IAs em ataques cibernéticos para roubos, invasões, entre outros ilícitos.

Neste rompage, a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, recente legislação que entrou em vigor em 2020, compreende diretrizes de tratamento de dados pessoais, coleta, armazenamento, processamento e veiculação das informações coletadas, regulamenta e têm como objetivo, garantir a privacidade das informações de indivíduos, presentes nos diversos meios digitais, repositórios, servidores e bases de dados a nível nacional. A referida lei, inclusive especifica em seu artigo 20, imbuindo a qualquer pessoa, o direito de questionar decisões tomadas em relação a si mesma, concernente ao tratamento automatizado de dados, podendo ser aplicado em caso de decisões tomadas por IAs.

Outrossim, diante da previsão legal referenciada, essencial para a garantia de que os dados pessoais sejam privados face a popularização da IA, é mais do que importante a adoção de medidas de segurança por parte das desenvolvedoras, buscando a proteção dos dados coletados e a privacidade. Isto porque, conforme exposto, a tecnologia pode ser utilizada em simples tarefas, como requerer uma listagem de e-mails ou informações pessoais,

previamente inseridas por outros usuários, fragilizando a segurança destes elementos. Ademais, diante das claras diretrizes da LGPD, é essencial que as companhias que atuam neste ramo mercadológico, implementem e aprimorem os seus processos tecnológicos, tornando-os acessíveis a audição em caso de descumprimentos, e que suas políticas sejam públicas e claras, objetivando o uso da tecnologia de forma ética e responsável.

Contudo, outro questionamento remanesce: o arcabouço jurídico nacional e internacional possui regramento específico que aborde as problemáticas decorrentes do mau uso da IA e suas implicações? É o que se busca compreender no transcurso da presente discussão.

4 REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: GARANTIAS INDIVIDUAIS E LEGISLAÇÕES PERTINENTES NACIONAL E INTERNACIONALMENTE

Ante a atual relevância e despontar das IA's, seu uso e implementação, em contraposição a escassez de normas antecedentes que versem sobre o assunto; não só no Brasil, como ao redor do mundo, tem se percebido uma movimentação dos órgãos regulamentadores em criar leis que possam abarcar esta tecnologia, visando a proteção e as garantias individuais da população.

Globalmente, temos como primeiro marco regulatório na União Europeia, o *EU AI Act*^{36]}, proposta de lei já aprovada no parlamento europeu e com previsão de entrada em vigor já em 2024, após passar pela Comissão Europeia e Conselho Europeu e ser aprovada por todos os países membros do bloco. A legislação se propõe a regulamentar os métodos de *machine learning* e o funcionamento da automação, abrangendo também outros modelos de linguagem, determinando que estes sistemas sejam rastreáveis, auditáveis e éticos, além de que respeitem os direitos humanos, especialmente quanto a

³⁶ PARLAMENTO EUROPEU. Lei da UE sobre IA: primeira regulamentação de inteligência artificial. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20230601STO93804/eu-ai-act-first-regulation-on-artificial-intelligence>. Acesso em: 05 nov. 2023.

discriminação em massa. Nesta regulamentação, foram estabelecidas quatro categorias de risco para classificar os algoritmos, a saber: **Inaceitável** (proibido) – sistemas que classifiquem ou discriminem as pessoas através de previsão comportamental, pontuação social ou policiamento preditivo; **Risco elevado** – sistemas avaliados antes e após sua comercialização, englobando as IA utilizadas na gestão de infraestrutura, controle de fronteiras ou área jurídica; as de **Risco limitado** – que deverão cumprir minimamente diretrizes de ética e confiabilidade, a exemplos dos *chatbots*, e por fim, as de **Risco mínimo** – que não são acrescidas de obrigações legais além das já existentes.

Nos Estados Unidos^[37], o atual presidente Joe Biden, assinou recentemente um decreto para regulamentar a inteligência artificial em solo nacional. A normativa determina padrões de privacidade e segurança para estes sistemas, buscando a proteção da privacidade de dados dos americanos. O decreto incentiva a inovação e exige o compartilhamento dos resultados de testes de segurança e demais informações críticas dos seus sistemas com o governo americano. Caberá ao Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia norte americano – NIST, o estabelecimento de rígidos padrões de testes de segurança, priorizando a segurança antes de lançar a tecnologia ao público. A agência reguladora aplicará os citados padrões de qualidade aos setores de infraestrutura, estabelecendo o Conselho de Segurança da IA.

Também está abarcado no texto legal, a determinação de padrões de segurança na triagem e manuseio de materiais biológicos perigosos. Por subsequente, até mesmo a captação de financiamento federal para o desenvolvimento de projetos relacionados pelas companhias estará condicionada a estes padrões, garantindo uma triagem e gerência de potenciais riscos decorrentes da funcionalidade da IA.

³⁷ HELDER, Darlan. Biden assina 1º decreto para regulamentar inteligência artificial nos EUA; veja os principais pontos. G1, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/01/biden-assina-1o-decreto-para-regulamentar-inteligencia-artificial-nos-eua-veja-os-principais-pontos.gh.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Outrossim, no continente Asiático, especificamente na China^[38], a administração governamental de cibertecnologia publicizou um agrupamento de normativas para gerência da indústria de IA. Depreende-se do ordenamento em questão, uma flexibilização de várias regras que tinham sido definidas anteriormente sobre o assunto, sugestionando o crescente interesse do governo chinês nesta tecnologia. As regras aplicam-se aos serviços disponibilizados a população geral, estando isentos os sistemas desenvolvidos em instituições de pesquisa ou que possuam como público-alvo outros países. Como parte da flexibilização, foram removidos do texto as previsões de multas por violações, instando as plataformas a participarem na elaboração de regras e padrões a nível internacional, relacionados à IA generativa. O que se visualiza é o incentivo estatal para uso da IA nos variados setores econômico-sociais entre outros campos de atuação, além do desenvolvimento de chips, softwares, ferramentas e fontes de dados confiáveis, conforme apresentado na documentação.

No Brasil, não existe atualmente uma legislação específica que regule o desenvolvimento e uso de Inteligências Artificiais. Entretanto, tramitam atualmente nas duas câmaras legislativas – Congresso e Senado, Projetos de Lei que vislumbam regular a tecnologia em voga. O primeiro projeto de lei a discutir a normatização da IA, foi o Projeto de Lei 5.051/19, datado de setembro de 2019 e proposto pelo Senador Styvenson Valentim^[39], que possuiu como foco, o estabelecimento de princípios generalistas para o uso da IA, sem, contudo, definir sanções em caso de eventual descumprimento ou instituir obrigações a serem seguidas. Por conseguinte, outro Projeto de Lei (PL 5.691/19) também proposto em 2019, pelo mesmo Senador,

³⁸ HE, Laura. CNN Brasil. China avança na regulamentação de Inteligência Artificial generativa. CNN Brasil, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/china-avanca-na-regulamentacao-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 22 out. 2023.

³⁹ AGÊNCIA SENADO. Comissão conclui texto sobre regulação da inteligência artificial no Brasil. Brasília, DF, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/06/comissao-conclui-texto-sobre-regulacao-da-inteligencia-artificial-no-brasil>. Acesso em: 5 nov. 2023.

pretendeu estabelecer princípios basilares no desenvolvimento e regulação desta tecnologia, em termos semelhantes ao primeiro PL proposto.

Seguindo a linha cronológica, em 2020, o Deputado Federal Eduardo Bismarck apresentou^[40] o projeto de lei 21/20, definido configurações específicas para sistemas e agentes de IA, fundamentos e princípios, além de determinar direitos e limites de acesso as informações, englobando também diretrizes aos agentes públicos. Em fevereiro de 2021, outro PL é apresentado, desta vez pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo^[41], em que, de forma correlata ao PL abordado anteriormente, limitou-se a estabelecer princípios generalistas para o uso da IA, bem como diretrizes governamentais de atuação.

Avançando a discussão, foi proposto em 2023, o PL 2.338/23, atualmente tramitando em comissão interna^[42], de autoria do Senador Rodrigo Pacheco e com trânsito em concomitante com os projetos supracitados. O referido PL possui como diferencial, uma forte influência no primeiro marco regulatório sobre IA do mundo, o já citado *EU AI Act*, e tido por especialistas como o projeto de lei que mais abrange diretrizes e direitos para as pessoas impactadas negativamente por estes sistemas, impondo relevantes sanções, diversas limitações e classificações das IAs, além de estabelecer obrigatoriedades de publicidade e comunicação ao governo em caso de incidentes graves e de determinar a criação de um órgão competente para fiscalização do ordenamento proposto.

⁴⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 21, de 2020. Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236340>. Acesso em: 5 nov. 2023.

⁴¹ BRASIL. Projeto de Lei nº 872, de 2021: dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/147434>. Acesso em: 05 nov. 2023.

⁴² BRASIL. Projeto de Lei nº 2338, de 2023: dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-2338-2023>. Acesso em: 05 nov. 2023.

De forma generalista, percebe-se por parte das instituições governamentais, uma lógica e emergente preocupação em oficializar preceitos e obrigações, face as inovações computacionais abordadas e seus desdobramentos. Assim, ante as principais regulamentações propostas para a IA em nível global, cabe uma análise correlacional com os direitos de propriedade intelectual e seus possíveis desdobramentos diante da contemporaneidade tecnológica em comento.

4.1 Análise das atuais legislações correlatas aos Direitos de propriedade intelectual e seus reflexos jurídicos

Compreendendo toda problemática decorrente das discussões quanto aos direitos autorais pleiteados e seus desdobramentos, têm-se como necessidade, um melhor repousar sobre as atuais leis que versam a matéria frente as recentes judicializações correlatas. Urge, portanto, a obrigação de se proteger o autor de determinada obra, garantindo a este, a real detenção dos seus direitos.

Dentro do ramo da propriedade intelectual, a nível nacional, têm-se como regramento basilar o quanto estabelecido na Lei de Direitos Autorais e na Lei de Propriedade Industrial, como já explicitado. Tais dispositivos jurídicos são as ferramentas que existem atualmente e tem por objetivo a proteção dos direitos do autor. Ressalta-se que estas leis não possuem previsão em sua redação que aborde a questão da IA.

No âmbito internacional, observa-se uma miscelânea de legislações que visam abarcar e regulamentar os direitos autorais. Têm-se como referencial mais abrangente, o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), entidade internacional que integra o sistema econômico das Nações Unidas, criada em 1967 e convencionada entre diversos países, que administra variados tratados internacionais, visando a proteção dos direitos autorais a nível mundial. Nesta instituição, apesar de ser possível verificar artigos que discorrem a temática, não se vislumbra em sua regulamentação, ferramentas legais que diretamente abordem a IA.

A compreensão analítica destas leis em contraste com a problemática, objeto do trabalho em voga, é de suma importância para se perceber a quão

dinâmica é a sociedade e suas mudanças frente ao que estabelece a lei, e como o arcabouço jurídico deve acompanhar as novas tecnologias, buscando a justiça, como propósito final. Diante da multidisciplinaridade em que a IA orbita, os projetos de lei e as efetivas normas já pavimentadas que versam sobre direitos do autor e regulamentação da IA, é cediço a carência de uma melhor adequação dos dispositivos legais, buscando interseccionar e consubstanciar-se mutuamente.

No Brasil, a Lei de direito autoral, é muito clara em seu artigo 11º, ao estabelecer a obrigatoriedade da intervenção humana de forma ativa para se determinar a autoria (pessoa física) de uma obra literária, artística ou científica, e como no caso das IA com capacidade generativa de criação, caso este processo ocorra de forma autônoma, visualiza-se significativa “brecha” legal, tanto para a aquisição de direitos, como para a responsabilização legal de infratores, vez que não há previsão legal para tal cenário.

Conforme se depreende da lei, a responsabilização civil precisa atender as características expressas no texto legal, e no caso de danos causados aos autores, a responsabilização precisa ser imputada a pessoa que efetivamente incorreu na transgressão, o que não se aplicaria a IA, que não é considerada pessoa pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Ao questionamento, parte da doutrina entende que se adequaria a previsão do Código Civil, em seu art. 931, classificando a IA como coisa (produto posto sob circulação), e estando sob a égide de seus desenvolvedores e proprietários, caberá a estes o reconhecimento desta responsabilidade objetiva, ante o dever de custódia e vigilância de seus bens. Entretanto, a complexidade deste cenário repousa em se instituir um responsável, seja partindo da extensa participação de profissionais na concepção destes sistemas, residentes em diferentes territórios, como pela própria dificuldade em se controlar o risco de uma IA operar de forma autônoma, fugindo do controle da empresa proprietária ou de seu responsável legal.

Por fim, face a ausência de legislação que verse o assunto de uma forma abrangente, o já citado projeto de lei que trata sobre o assunto (PL 2.338/2023) e projetos de lei correspondentes, procuraram agregar as principais querelas correlatas a IA. Entretanto, a legislação precisa levar em conta os

novos desafios decorrentes da quarta revolução industrial, buscando equilíbrio entre permitir o progresso tecnológico e respeitar as garantias individuais e os direitos autorais. Para tanto, a discussão para o estabelecimento de uma regulamentação da IA deve abarcar não só os interesses mercadológicos e grande potencial revolucionário desta realidade tecnológica, que veio para ficar, como deve garantir maior proteção aos criadores de obras artísticas, musicais e literárias, propiciando a aplicação da tecnologia de forma ética, transparente e enriquecedora para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação e uso de inteligência artificial (IA) tem crescido em todo o mundo, e o uso desta tecnologia possibilitou a execução de tarefas complexas, inerentes da inteligência humana e a criação de obras de arte fenomenais, instituindo-se numa ferramenta verdadeiramente revolucionária.

Ademais, a profunda complexidade dos sistemas de IA, os modelos de algoritmos configurados em redes neurais e a capacidade de realizar surpreendentes tarefas, cálculos matemáticos, obras artísticas e literárias através do processo de *machine learning* e capacidade generativa, não trouxeram somente aspectos positivos, mas variadas problemáticas subsequentes, nomeadamente as alegações de descumprimentos de direitos autorais.

Ainda assim, a ausência de legislação específica para regulamentar e proteger os autores de obras intelectuais de prováveis violações aos seus direitos por parte da IA, causa insegurança jurídica, ante a desproporcionalidade na relação entre estes e os desenvolvedores e grandes corporações de IA. No entanto, órgãos regulamentadores têm se movimentado para criar leis que possam abarcar esta tecnologia, visando a proteção de garantias individuais das pessoas.

Neste rompante, o estudo aprofundado no âmbito mercadológico das novas tecnologias relacionadas as inteligências artificiais, compreendendo todos os impactos que eventuais violações as garantias individuais podem trazer, a crescente integração da inteligência artificial em diversos setores da

sociedade, como a indústria, a saúde, a educação e a cultura, trazem consigo desafios e reflexos jurídicos que precisam ser cuidadosamente considerados.

Os desafios que surgem nessa interseção estão relacionados, em grande parte, à capacidade das máquinas de criar, reproduzir e distribuir conteúdos intelectuais de forma autônoma. Isso coloca em questão a titularidade dos direitos autorais, uma vez que as criações geradas por algoritmos não são atribuíveis a um autor humano. Questões como a autoria, a originalidade e a proteção das obras criadas por IA precisam ser abordadas de forma adequada, a fim de garantir uma justa compensação aos envolvidos e a promoção da inovação.

Além disso, a inteligência artificial levanta preocupações éticas e sociais, como o viés algorítmico e a privacidade. Os algoritmos podem ser programados com preconceitos inconscientes, o que pode resultar em infrações afetando garantias individuais. Também é necessário estabelecer regras claras para a coleta e o uso de dados pessoais pelas IA, a fim de proteger a privacidade e a segurança das pessoas.

No âmbito dos reflexos jurídicos, as legislações de propriedade intelectual precisam ser adaptadas para lidar com a IA. É fundamental revisar as definições de autoria, originalidade e direitos autorais para acomodar as novas realidades tecnológicas. Além disso, é preciso repensar os mecanismos de fiscalização e aplicação das leis de propriedade intelectual, considerando a velocidade e a escala das operações realizadas por máquinas.

Os impactos das novas tecnologias nos direitos e garantias fundamentais também são evidentes. A preservação da liberdade de expressão, o acesso à informação, a não discriminação e a privacidade são valores fundamentais que não devem ser comprometidos pela expansão da inteligência artificial. Portanto, é crucial que as leis e regulamentos sejam formulados de maneira a equilibrar a proteção da propriedade intelectual com a preservação desses direitos fundamentais.

O direito de propriedade intelectual e a inteligência artificial representam um desafio complexo, mas crucial, que demanda uma abordagem multidisciplinar. É necessário um diálogo constante entre juristas, cientistas da computação e a sociedade em geral para desenvolver um quadro jurídico que

promova a inovação, proteja os direitos autorais e, ao mesmo tempo, garanta os direitos e garantias fundamentais de todos. O equilíbrio entre esses interesses será essencial para garantir que a inteligência artificial beneficie a sociedade como um todo, sem prejudicar valores fundamentais e direitos individuais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução a Propriedade Intelectual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. Disponível em: https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/introducao_pi.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

BARBOSA, Mafalda Miranda. **Inteligência Artificial: uma visão jurídica e ética**. 1. ed. São Paulo: Editora Thomson Reuters, 2019. 244 p.

BARBOSA, Mafalda Miranda. Responsabilidade Civil pelos danos causados por entes dotados de Inteligência Artificial. *In*: BARBOSA, Mafalda Miranda; et al (coord.). **Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa**. São Paulo, Editora Foco, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto cria marco legal para uso de inteligência artificial no Brasil**. Agência Câmara de Notícias, Brasília, mar. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/641927-projeto-cria-marco-legal-para-uso-de-inteligencia-artificial-no-brasil/>. Acessado em: 03 de maio de 2023.

BRASIL. Agência Senado. **Comissão conclui texto sobre regulação da inteligência artificial no Brasil**. Brasília, DF, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/06/comissao-conclui-texto-sobre-regulacao-da-inteligencia-artificial-no-brasil>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Agência Senado. **Comissão Temporária vai estabelecer marco da inteligência artificial**. Senado Notícias, Brasília, ago. 2023, Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/15/comissao-temporaria-vai-estabelecer-marco-da-inteligencia-artificial>. Acessado em: 27 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 21, de 2020. **Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236340>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 78, de 1974. **Aprova o texto da Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinado em Estocolmo, a 14 de julho de 1967, e da Convenção de Paris Para a Proteção da Propriedade Industrial, revista em Estocolmo, a 14 de julho de 1967.** Diário Oficial da União. Seção 1. 01 de novembro de 1974. p. 12469. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1970-1979/decretolegislativo-78-31-outubro-1974-345478-convencao-1-pl.html>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 15 ago. 2023

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114020.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **STF amplia emprego de Inteligência Artificial**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=508710&ori=1>. Acesso em: 22 out. 2023.

CNN Brasil. **Homem diz que escreveu cem livros de ficção científica usando inteligência artificial**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/homem-diz-que-escreveu-cem-livros-de-ficcao-cientifica-usando-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 20 out. 2023.

Doneda, Danilo Cesar Maganhoto. *Et al.* Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. **Pensar revista de ciências jurídicas**, v. 23 n. 4 (2018). Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/8257/pdf>. Acessado em: 05 de maio de 2023.

FERREIRA, Rafael Freire. **Autodeterminação informativa e a privacidade na sociedade da informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

G1. **Artistas processam empresas que geram arte com IA por violação de direitos autorais**. G1, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/01/18/artistas-processam-empresas-que-geram-arte-com-ia-por-violacao-de-direitos-autorais.ghtml>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

G1. **Biden assina 1º decreto para regulamentar inteligência artificial nos EUA; veja os principais pontos**. G1, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/01/biden-assina-1o-decreto-para-regulamentar-inteligencia-artificial-nos-eua-veja-os-principais-pontos.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2023.

G1. **Inteligência artificial: o alerta de mil especialistas sobre risco para a humanidade**. G1, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/30/inteligencia-artificial-o-alerta-de-mil-especialistas-sobre-risco-para-a-humanidade.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HE, Laura. CNN Brasil. **China avança na regulamentação de Inteligência Artificial generativa**. CNN Brasil, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/china-avanca-na-regulamentacao-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 22 out. 2023.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Direitos autorais vão resistir à inteligência artificial? Entenda**. Estadão, 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/>

musica/direitos-autorais-vaio-resistir-a-inteligencia-artificial-entenda/. Acesso em: 08 de maio de 2023.

LEMOS, Amanda. **Inteligência Artificial na Saúde: Benefícios e Desafios**. Exame, 8 de agosto de 2023. Disponível em: <https://exame.com/inteligencia-artificial/inteligencia-artificial-na-saude-beneficios-e-desafios/>. Acessado em: 28 ago. 2023.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e inovação**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Flávia. CNN Brasil. Chat GPT-4: **Inteligência Artificial ‘mente’ para completar tarefa e gera preocupação**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/chat-gpt-4-inteligencia-artificial-mente-para-completar-tarefa-e-gera-preocupacao/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MEDON, Filipe. **Inteligência Artificial e Responsabilidade Civil: autonomia, riscos e solidariedade**. Salvador: Juspodivm, 2020.

OLIVEIRA, Ruy Flávio de. **Inteligência artificial / Ruy Flávio de Oliveira**. Londrina. Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

OMPI. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **O que é propriedade intelectual?**, 2020. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf

. Acesso em: 07 set. 2023.

PACETE, L. G. **Entenda o impacto da IA na greve de roteiristas e atores de Hollywood**. Forbes Brasil, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/07/entenda-o-impacto-da-ia-na-greve-de-roteiristas-e-atores-de-hollywood/>. Acesso em: 16 set. 2023.

PALHARES, Felipe. **Regulamentação no Brasil**. Migalhas, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/393450/regulamentacao-no-brasil>. Acesso em: 07 nov. 2023.

PARLAMENTO EUROPEU. **Lei da UE sobre IA: primeira regulamentação de inteligência artificial**. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20230601STO93804/eu-ai-act-first-regulation-on-artificial-intelligence>. Acesso em: 18 out. 2023.

PAULICHI, Jaqueline Silva; WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira. O Dilema Jurídico da Propriedade Intelectual da Inteligência Artificial: A Máquina poderá ser Titular de Direito Autoral? **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, v.7, n.2, p.01-16, dez. 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/8086>. Acesso em: 16 set. 2023.

RIBEIRO, Júlia Melo Carvalho. **Regulação da inteligência artificial à luz dos desafios impostos pela tecnologia à responsabilidade civil** / Júlia Melo Carvalho Ribeiro. 155 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte, 2022.

RUSSEL, Stuart.; NORVIG, Peter. **Artificial Intelligence: A Modern Approach / Third Edition**. 3. ed. Nova Jersey (EUA): Prentice Hall.

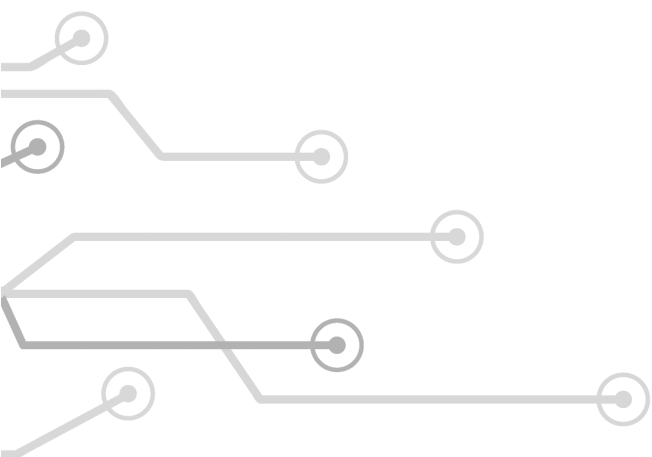
SANTOS, Maria Clara Teles de Souza. **Quem é o autor?** A Atribuição de autoria em obras intelectuais produzidas por Inteligência Artificial. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direitos Fundamentais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TENG, Jing Xuan. **China implementa nova regulamentação para conteúdo gerado por IA**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 ago. 2023. Seção Tec. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/08/china-implementa-nova-regulamentacao-para-conteudo-gerado-por-ia.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

VENDRAMINI, A. Os impactos da quarta revolução industrial. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 5, p. 740-754, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26904/74093-153852-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

WESENDONCK, Tula. Inteligência Artificial e Responsabilidade Civil pelos Riscos do Desenvolvimento: um estudo comparado entre as propostas de regulamentação da matéria na união Europeia e o ordenamento vigente brasileiro. In: BARBOSA, Mafalda Miranda et al. (Coord.). **Direito Digital e Inteligência Artificial: diálogos entre Brasil e Europa**. São Paulo: Editora Foco, 2021.









ISBN 978-65-85626-67-5 (Físico)
ISBN 978-65-85626-68-2 (Digital)
DOI: <https://doi.org/10.29327/5404329>

**SABERES JURÍDICOS
EM DIREITO DIGITAL**

Coleção Saberes Jurídicos, Volume 3

Ícaro Emanuel Vieira Barros de Freitas
Rafael Freire Ferreira.
Organizadores

1ª Edição 2024



 doi.org/10.29327/5404329



SABERES JURÍDICOS em direito digital é fruto do esforço conjunto de profissionais de notável saber jurídico, constituindo-se em um chamamento à reflexão sobre os direitos fundamentais na sociedade contemporânea, consubstanciados nos temas encerrados em cada tomo que a integra. Não obstante sua formatação tópica, o discurso desenvolvido por toda a obra tem como escopo a liberdade individual e a dignidade da pessoa humana, constituindo-se no fio condutor que permeia cada tema.

